



RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2025-2027
FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2025



**PODER
JUDICIÁRIO**
DO ESTADO DO ACRE





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE

Desembargador **Laudivon Nogueira**

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora **Regina Ferrari**

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador **Nonato Maia**

JUÍZES (AS) AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Giordane Dourado

Louise Santana

Zenice Mota

JUIZ AUXILIAR DA VICE-PRESIDÊNCIA

Bruno Perrotta de Menezes

JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Anastácio Lima

ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO

Diretor – Desembargador **Luís Camolez**

TRIBUNAL PLENO

Desembargador **Samoel Evangelista**

Desembargador **Roberto Barros**

Desembargadora **Denise Bonfim**

Desembargador **Francisco Djalma**

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Desembargadora **Regina Ferrari**

Desembargador **Laudivon Nogueira**

Desembargador **Júnior Alberto**

Desembargador **Elcio Mendes**

Desembargador **Luís Camolez**

Desembargador **Nonato Maia**

Desembargador **Lois Arruda**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

SECRETARIAS

Secretaria-Geral – SEGER

José Carlos Martins Júnior

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SEGOV

Hélio Oliveira de Carvalho

Secretaria de Logística e Gestão Administrativa – SELGA

Larissa Salomão Montilha

Secretaria Judiciária – SEJUD

Denizi Regis Gorzoni

Secretaria de Gestão Orçamentária e Finanças – SEGOF

Jacikley da Costa Ribeiro

Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEP

Nassara Nasserela Pires

Secretaria de Comunicação Social – SECOM

Andréa Laiana Coêlho Zilio

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC

Elson Correia de Oliveira Neto

Secretaria de Infraestrutura e Atendimento ao Usuário – SEINF

Ana Paula Viana de Lima Carrilho

ELABORAÇÃO

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SEGOV

REVISÃO

Secretaria de Comunicação Social – SECOM

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	8
2.	MARCO ESTRATÉGICO	10
3.	EIXOS DA GESTÃO AÇÕES E RESULTADOS	14
3. 1.	Eixo 1 – Priorização da Atividade Jurisdicional	14
3. 2.	Eixo 2 – Gestão Tecnológica	30
3. 3.	Eixo 3 – Gestão de Pessoas	36
3. 4.	Eixo 4 – Gestão Organizacional	49
3. 5.	Eixo 5 – Gestão de Infraestrutura	108
4.	PROJETOS SOCIAIS	114
4. 1.	Projeto Cidadão	114
5.	GESTÃO DE PRECATÓRIOS	132
5. 1.	Coordenadoria de Gestão de Precatórios	132
5. 2.	Realização de Correição Anual Ordinária	133

5. 3.	Processos Analisados Durante a Correição	133
5. 4.	Adequação das Decisões às Regras de Linguagem Simples	133
5. 5.	Atendimento das Partes	133
5. 6.	Participação em Encontros Nacionais	133
5. 7.	Criação de Painel de Bi para Monitoramento e Gestão de Precatórios	133
5. 8.	Realização de Reuniões com os Comitês de Precatórios	134
5. 9.	Reconhecimento Nacional Durante a Inspeção Ordinária do CNJ	134
5. 10.	Registro de Pagamentos de Precatórios Efetuados	134
5. 11.	Priorização e Humanização no Atendimento	135
6.	PREMIAÇÕES	136
6. 1.	Um Novo Olhar	136
6. 2.	Identificar para Incluir	138
6. 3.	Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos do CNJ	139
6. 4.	Prêmio de Inovação J.Ex 2025	139
6. 5.	Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça	141
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142



1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), referente ao exercício de 2025, apresenta uma síntese analítica das ações, programas, projetos e resultados alcançados pelas unidades no cumprimento de suas atribuições institucionais. Sua estrutura observa as diretrizes da Resolução CNJ n.º 325/2020, que institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, bem como os princípios orientadores do Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026 e do Plano de Gestão 2025–2027 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Trata-se de instrumento indispensável à transparência, ao controle social e ao monitoramento contínuo da governança organizacional no âmbito do Poder Judiciário acreano.

A elaboração deste documento tem por finalidade demonstrar, de forma clara e objetiva, como as ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2025 se alinham às políticas institucionais, às diretrizes nacionais de governança e às exigências normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse sentido, o relatório busca evidenciar a contribuição das iniciativas implementadas pelo TJAC para o fortalecimento da governança judicial e administrativa, bem como para o aperfeiçoamento da prestação de serviços judiciais e administrativos à sociedade.

A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOV), instituída e disciplinada pela Resolução n.º 331/2025, consolidou-se como a unidade responsável por conduzir a formulação, execução e avaliação da estratégia institucional. Compete à SEGOV atuar nas frentes de planejamento, monitoramento, transformação organizacional, gestão por processos, sustentabilidade e análise de dados, proporcionando suporte técnico e estratégico à alta administração. Sua estrutura é composta pela Secretaria e pelas Subsecretarias a ela vinculadas (Subsecretaria de Estratégia e Sustentabilidade – SUESS, Subsecretaria de Monitoramento e Análise Estratégica – SUMAE e Subsecretaria de Transformação Organizacional – SUTOR) que atuam de forma integrada na coordenação dos resultados estratégicos e no apoio às decisões da Presidência.

O Relatório de Gestão 2025 foi organizado de modo a evidenciar o alinhamento das unidades às políticas institucionais e às responsabilidades definidas pelos atos normativos do CNJ, especialmente no que tange à gestão de riscos, à integridade, à transparência, à modernização administrativa e ao aprimoramento das práticas de planejamento. Entre os temas centrais abordados, destacam-se a gestão de riscos, integridade e conformidade; a transparência e a prestação de contas; a modernização administrativa e a transformação organizacional, com base na implantação do Modelo de Excelência em Gestão (MEG); a sustentabilidade socioambiental, em observância à Resolução CNJ n.º 400/2021 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU; bem como o monitoramento das metas nacionais do CNJ e dos indicadores estratégicos institucionais.

Ao longo do exercício de 2025, o TJAC concentrou esforços no acompanhamento sistemático das metas nacionais do CNJ e na revisão de seus indicadores estratégicos, com vistas a assegurar mais aderência entre o planejamento e a execução das políticas judiciais. Houve ênfase no monitoramento das iniciativas do Plano de Gestão 2025–2027, no apoio qualificado aos processos decisórios da Presidência e no fortalecimento de uma cultura organizacional orientada por evidências e resultados.

Nesse contexto, foram aperfeiçoados os sistemas de acompanhamento estratégico, consolidando-se os planos operacionais das unidades administrativas e incentivando-se o uso de metodologias de gestão orientadas por resultados. Esses esforços contribuíram para elevar a maturidade institucional em governança, permitindo mais integração entre as áreas, melhor definição de prioridades e mais capacidade de resposta às demandas internas e externas.

O relatório contempla, ainda, a análise dos principais indicadores de desempenho institucional, com apresentação de comparativos em relação ao exercício anterior e destaque para os impactos das ações estratégicas sobre os resultados organizacionais. As informações sistematizadas permitem avaliar tendências, identificar avanços e pontos de melhoria e subsidiar o planejamento das entregas previstas para o exercício de 2026, favorecendo a continuidade e o aperfeiçoamento das políticas judiciais implementadas pelo Tribunal.

A elaboração deste Relatório de Gestão responde à necessidade institucional de consolidar a primeira etapa (exercício de 2025) de um ciclo de gestão pautado pela transparência, pelo rigor técnico e pela cultura de monitoramento permanente. Nesse sentido, o TJAC reafirma seu compromisso com a boa governança, com a eficiência na utilização dos recursos públicos e com a construção de um ambiente organizacional voltado à inovação e à excelência na prestação dos serviços judiciais e administrativos.

Portanto, cumpre registrar que os resultados aqui apresentados refletem o esforço conjunto das unidades administrativas, enquanto área-meio, e das unidades judiciais, bem como de todas as equipes envolvidas no planejamento, na execução e no acompanhamento das políticas estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Este relatório representa, ao mesmo tempo, um registro institucional e um marco de responsabilidade, transparência e compromisso com a melhoria contínua da gestão pública no âmbito do Poder Judiciário acreano.



2. MARCO ESTRATÉGICO

O marco estratégico que orienta o Relatório de Gestão 2025 está ancorado no Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026 e no Plano de Gestão 2025-2027. Enquanto o primeiro definiu como missão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre “garantir a justiça para a paz social” e estabeleceu uma visão de futuro voltada ao reconhecimento, até 2026, como instituição ágil, moderna, acessível e alinhada às necessidades do jurisdicionado, o segundo definiu sua estratégia de médio prazo em cinco eixos estruturantes, alinhado ao Plano Estratégico, que fundamentam todas as políticas de governança e a organização das ações descritas no presente relatório.

Os princípios norteadores que sustentam a atuação institucional baseiam-se nas máximas “jurisdicionado em primeiro lugar; nada quebrado, nada faltando e nada fora do lugar” e “otimização que gera resultados”, as quais foram incorporadas como fundamentos essenciais da gestão. Elas traduzem a concepção de que a excelência administrativa e jurisdicional parte da organização interna, da racionalização dos processos de trabalho e do compromisso com a eficiência, assegurando entregas de maior impacto à sociedade acreana. Esses princípios permeiam o Plano de Gestão 2025–2027 e orientam a atuação das unidades administrativas, especialmente no que se refere à governança estratégica.

Os valores institucionais como Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, Independência, Eficiência, Efetividade, Respeito, Transparência, Compromisso, Moralidade e Responsabilidade Social e Ambiental reforçam a identidade organizacional e consolidam o ethos que orienta magistrados, servidores e equipes de apoio. Ao integrar tais valores ao processo de tomada de decisão, o Tribunal reafirma uma cultura de integridade e respeito ao cidadão, essenciais para a consolidação de um ambiente institucional robusto e confiável.



Nesse contexto, o Plano de Gestão 2025–2027 constitui o instrumento de alinhamento entre o planejamento de longo prazo (PE 2021–2026) e a execução administrativa da atual gestão. O plano estrutura-se em cinco eixos estratégicos: Priorização da Atividade Jurisdicional, Gestão Tecnológica, Gestão de Pessoas, Gestão Organizacional e Gestão de Infraestrutura, que representam a síntese operacional das políticas institucionais e definem as entregas esperadas ao longo do biênio. Cada eixo contém diretrizes, metas e iniciativas orientadas por critérios de eficiência, inovação, transparência e sustentabilidade.

Figura 01 - Eixos do Plano de Gestão (2025-2027)

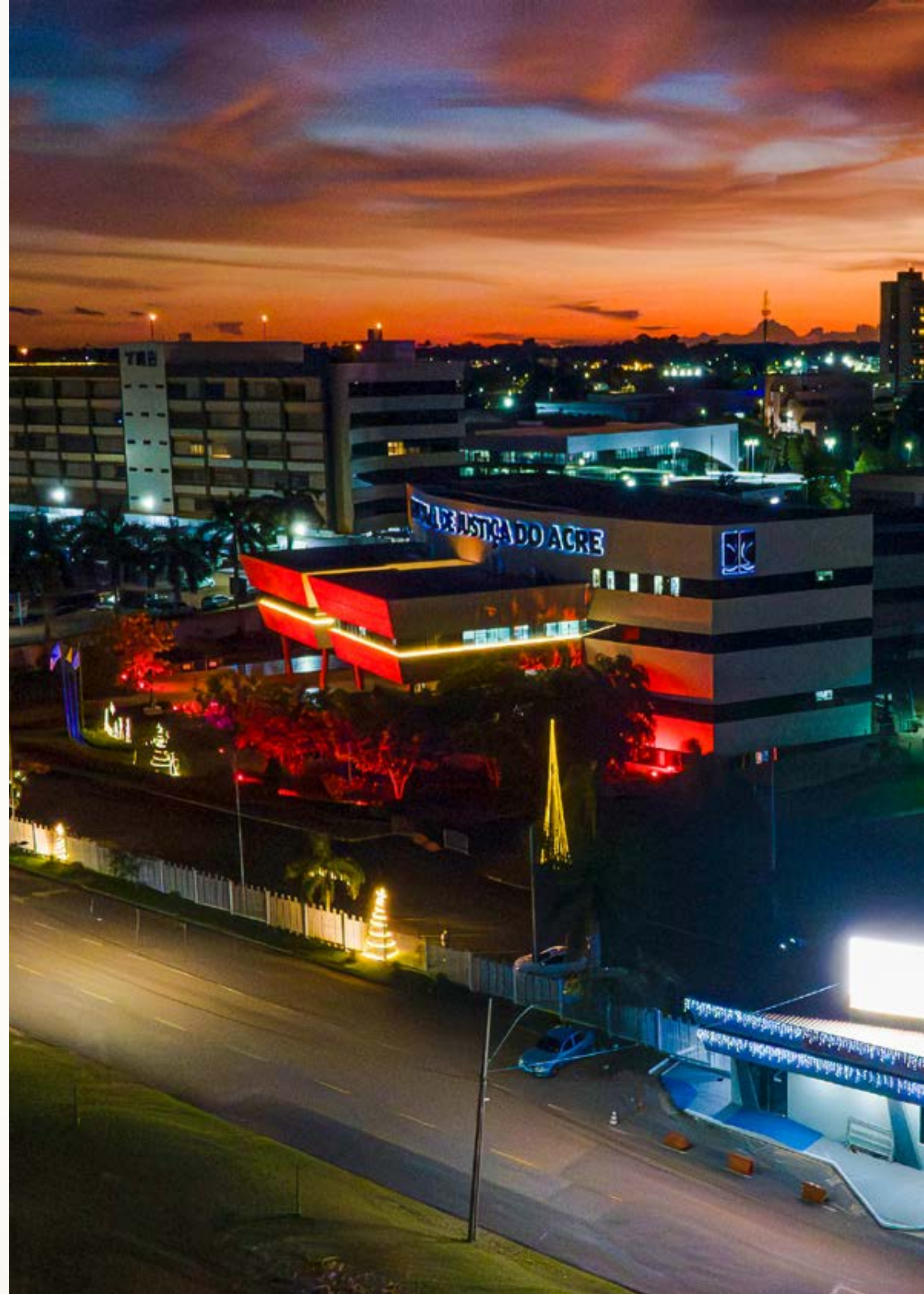


Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

As diretrizes do Plano de Gestão reforçam o compromisso do Tribunal com a governança moderna, com o aprimoramento da gestão processual, com o investimento na transformação digital e com a valorização de magistrados e servidores. Destacam-se, ainda, a incorporação das Políticas Nacionais do CNJ, com ênfase nas áreas de tecnologia, governança, sustentabilidade e integridade, bem como a integração aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A presença dos ODS no planejamento institucional demonstra o alinhamento do Judiciário acreano a metas globais de desenvolvimento, inovação, igualdade e justiça social.

O Relatório de Gestão 2025, ao apresentar as iniciativas e resultados alcançados, mostra como as ações implementadas dialogam diretamente com o marco estratégico estabelecido. A modernização da infraestrutura, a revisão dos indicadores estratégicos, o fortalecimento da governança digital, a ampliação da transparência, o avanço na maturidade tecnológica e o apoio ao primeiro grau de jurisdição constituem evidências concretas da materialização das políticas definidas no PE 2021-2026 e no Plano de Gestão 2025-2027.

Portanto, o marco estratégico deste relatório reafirma a coerência entre planejamento, execução e resultados institucionais. Ele demonstra que todas as unidades administrativas atuaram de forma integrada para consolidar práticas de gestão orientadas por evidências, elevar a capacidade organizacional, fortalecer a confiança pública e garantir que o Tribunal de Justiça do Acre avance rumo a uma instituição cada vez mais eficiente, moderna, sustentável e centrada no jurisdicionado.





3. EIXOS DA GESTÃO AÇÕES E RESULTADOS

3. 1. Eixo 1 – Priorização da Atividade Jurisdicional

3. 1. 1. Iniciativas e Projetos do PJAC

Prêmio de Qualidade do TJAC

Em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre instituiu, por meio da Portaria PRESI n. 5.449/2025, o Prêmio de Qualidade do Poder Judiciário do Estado do Acre, com foco nas unidades de primeiro grau. A iniciativa teve como objetivo reconhecer o desempenho exemplar das unidades judiciárias na prestação jurisdicional, incentivar a melhoria dos índices de produtividade e eficiência, promover a melhoria contínua da prestação de serviços à sociedade e valorizar o empenho, a capacitação e a qualificação de magistrados e servidores.

O prêmio passou a abranger varas únicas, varas especializadas, Juizados Especiais e Turmas Recursais, considerando apenas unidades instaladas há mais de três meses, com cálculo proporcional quando necessário. Para avaliação, o Tribunal adotou indicadores relacionados à razoável duração do processo e ao desempenho global das unidades, como Taxa de Congestionamento Líquida, Tempo Médio de Processos Pendentes, cumprimento das Metas Nacionais do CNJ, Índice de Atendimento à Demanda e Índice de Saneamento de Cadastro, compondo um sistema de pontuação máxima de 320 pontos.

Figura 02 - Categorias de Reconhecimento do Prêmio de Qualidade TJAC



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Com base nesses indicadores, foram definidas categorias de reconhecimento: Diamante, Ouro, Prata, concedidas às unidades que alcançarem, respectivamente, no mínimo 90%, 80% e 70% da pontuação possível, com distinção especial de Excelência para aquelas que atingirem 95%. As unidades certificadas como Diamante e Ouro passaram a ter direito à premiação pecuniária, a ser distribuída entre os servidores nelas lotados, reforçando o caráter de incentivo e reconhecimento institucional ao desempenho de qualidade.

A Portaria também estabeleceu o fluxo anual de apuração, com ano-base encerrado em 30 de novembro, divulgação de resultados preliminares e listas de servidores vinculados no início de dezembro, prazo para recursos e impugnações, publicação da lista definitiva e, ao final, divulgação do resultado final com solenidade de premiação e pagamento das premiações até o fim de dezembro de 2025. Assim, em 2025 o Tribunal estruturou um mecanismo permanente de gestão por resultados, alinhado às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e orientado à entrega de serviços judiciais mais céleres e eficientes à população acreana.

Projeto Reconhecer

O Projeto RECONHECER - Reconhecimento Assistido e Segurança Pré-Processual é uma iniciativa de cooperação técnica entre os Tribunais de Justiça do Acre (TJAC), Tocantins (TJTO) e Rondônia (TJRO), por meio de seus Laboratórios de Inovação (LAPIS, INOVASSOL e GÊNESIS, respectivamente). O projeto nasceu da constatação de graves fragilidades no processo de reconhecimento facial e pessoal na fase pré-processual, que resultam em erros judiciais, violações de direitos fundamentais e insegurança jurídica.

A iniciativa visou à reestruturação e padronização dos procedimentos de reconhecimento em conformidade com a Resolução CNJ n.º 484/2022. Para o desenvolvimento e execução, o TJAC firmou um Termo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE/AC) e com a Polícia Civil do Estado do Acre (PCAC), com o objetivo de possibilitar a atuação da Defensoria Pública nas delegacias DEFLA e DEAM, as unidades-piloto do projeto.

Entre as principais ações desenvolvidas no exercício, destacou-se a capacitação de agentes e escrivães da Polícia Civil que atuam diretamente na identificação e reconhecimento de pessoas. A formação, realizada na Escola do Poder Judiciário (Esjud), em Rio Branco, foi conduzida pelo juiz titular da Vara de Delitos de Roubo e Extorsão, Gustavo Sirena, com apoio da Assessoria de Transformação e Inovação (Inova). O conteúdo abordou o artigo 226 do Código de Processo Penal, a Resolução n. 484/2022 do CNJ e os entendimentos recentes dos tribunais superiores, sensibilizando os profissionais de segurança sobre a necessidade de observância rigorosa aos critérios legais e técnicos, a fim de assegurar a validade dos atos e a proteção de direitos fundamentais de vítimas e acusados.



O Projeto Reconhecer está alinhado à Agenda 2030 (ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e ODS 10 - Redução das Desigualdades) e aos planejamentos estratégicos dos Tribunais, contribuindo para macrodesafios como Aperfeiçoamento da Justiça Criminal e Garantia de Direitos dos Jurisdicionados. O produto final a ser implantado é um protocolo integrado de reconhecimento assistido, com um Manual padronizado, ambientes físicos adequados (com áudio e vídeo) e uma Plataforma Digital de Registro e Controle.

Plano Estadual Pena Justa

Em 2025, o Tribunal participou ativamente da construção e formalização do Plano Estadual Pena Justa, elaborado a partir do Plano Nacional Pena Justa, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça. O presidente do TJAC assinou, com o governador do Estado, o termo de cooperação que marca o compromisso institucional com o enfrentamento do chamado “estado de coisas inconstitucional” no sistema prisional acreano, caracterizado por violações reiteradas de direitos, superlotação, condições indignas de encarceramento e ausência de oportunidades de estudo e trabalho. A iniciativa está alinhada às decisões do Supremo Tribunal Federal na ADPF 347 e às diretrizes constitucionais de proteção da dignidade da pessoa humana.



A construção do plano ocorreu de forma colaborativa, com participação do TJAC em todas as etapas por meio da Câmara Temática do Comitê de Políticas Penais e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF). Também contribuíram órgãos do Executivo, Defensoria Pública, Ministério Público, Instituto de Administração Penitenciária do Acre, universidades e sociedade civil organizada, com realização de audiência pública na Assembleia Legislativa e consulta pública no site do Tribunal. Esse processo participativo reforçou o compromisso conjunto em estruturar um sistema prisional mais humano, com foco na responsabilização, na ressocialização e na redução das desigualdades que afetam as pessoas privadas de liberdade.

A assinatura e futura homologação do Plano Estadual Pena Justa garantem a destinação de recursos para o cumprimento de mais de 300 metas do CNJ até 2027, voltadas à reforma estrutural do sistema prisional local. Entre as ações previstas, destacam-se o fomento a novas práticas de execução penal, a ampliação de projetos de empregabilidade e ressocialização, como o financiamento de cursos profissionalizantes com recursos do fundo de penas pecuniárias e a implantação de fábricas de sandálias nos presídios de Rio Branco, Senador Guimard e Cruzeiro do Sul, além do fortalecimento de iniciativas como o Escritório Social e a Central Integrada de Alternativas Penais. Dessa forma, em 2025 o TJAC reafirmou seu papel central na promoção de políticas penais mais justas, eficazes e alinhadas aos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Modelo de Apoio à Jurisdição - atualização da Dotação de Pessoal do 1º grau

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre avançou na organização e fortalecimento da primeira instância com a edição da Resolução COJUS nº 108/2025, que estabeleceu a nova estrutura organizacional e a dotação de pessoal das unidades jurisdicionais e de apoio à jurisdição de primeiro grau. A norma regulamenta o art. 5º da Lei Complementar Estadual nº 492/2025 e con-

solida a divisão das comarcas em entrância inicial e final, bem como das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública. Dessa forma, o Tribunal buscou alinhar a estrutura do primeiro grau às necessidades reais de atendimento à população, garantindo mais racionalidade na distribuição da força de trabalho e na prestação dos serviços judiciais.

A Resolução também instituiu e organizou as Unidades Satélites de Apoio à Jurisdição, com sede em Rio Branco e atuação em todo o estado, responsáveis por oferecer suporte especializado às unidades judiciais. Entre elas, destacam-se a Assessoria de Apoio à Jurisdição (ASSAJ), voltada ao apoio estratégico às assessorias jurídicas de primeiro e segundo graus, e a Secretaria de Apoio à Jurisdição (SEAJU), destinada ao apoio às secretarias das unidades judiciais de primeira instância. Foram igualmente estruturadas a Central de Serviços Multidisciplinares (CESEM), a Central de Cálculos (CECAL), a Central de Juízes Leigos e Conciliadores (CELEC) e a Central de Justiça Restaurativa (CEJUR), reforçando o modelo de atuação em rede e compartilhamento de serviços.

Além disso, a Resolução nº 108/2025 definiu os serviços auxiliares vinculados às comarcas, como Diretorias do Foro, Centrais de Mandados e Centros Especializados de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, organizando de forma mais clara as estruturas que apoiam diretamente à jurisdição.

No campo da gestão de pessoas, o ato normativo estabeleceu regras gerais para a dotação de pessoal no primeiro grau, com definição de cargos em comissão (CJ-1G-1) e funções de confiança (FC-1G-1), critérios de provimento pelo presidente do Tribunal, indicação pelos magistrados, observância à distribuição da força de trabalho segundo parâmetros do CNJ e provimento gradual condicionado à disponibilidade orçamentária. Prevê-se, ainda, a revisão periódica dessa dotação a cada 18 meses, conforme a Resolução CNJ nº 219/2016, garantindo atualização contínua da estrutura. Com isso, em 2025 o TJAC consolidou um desenho organizacional mais moderno, integrado e sustentável para o primeiro grau de jurisdição.

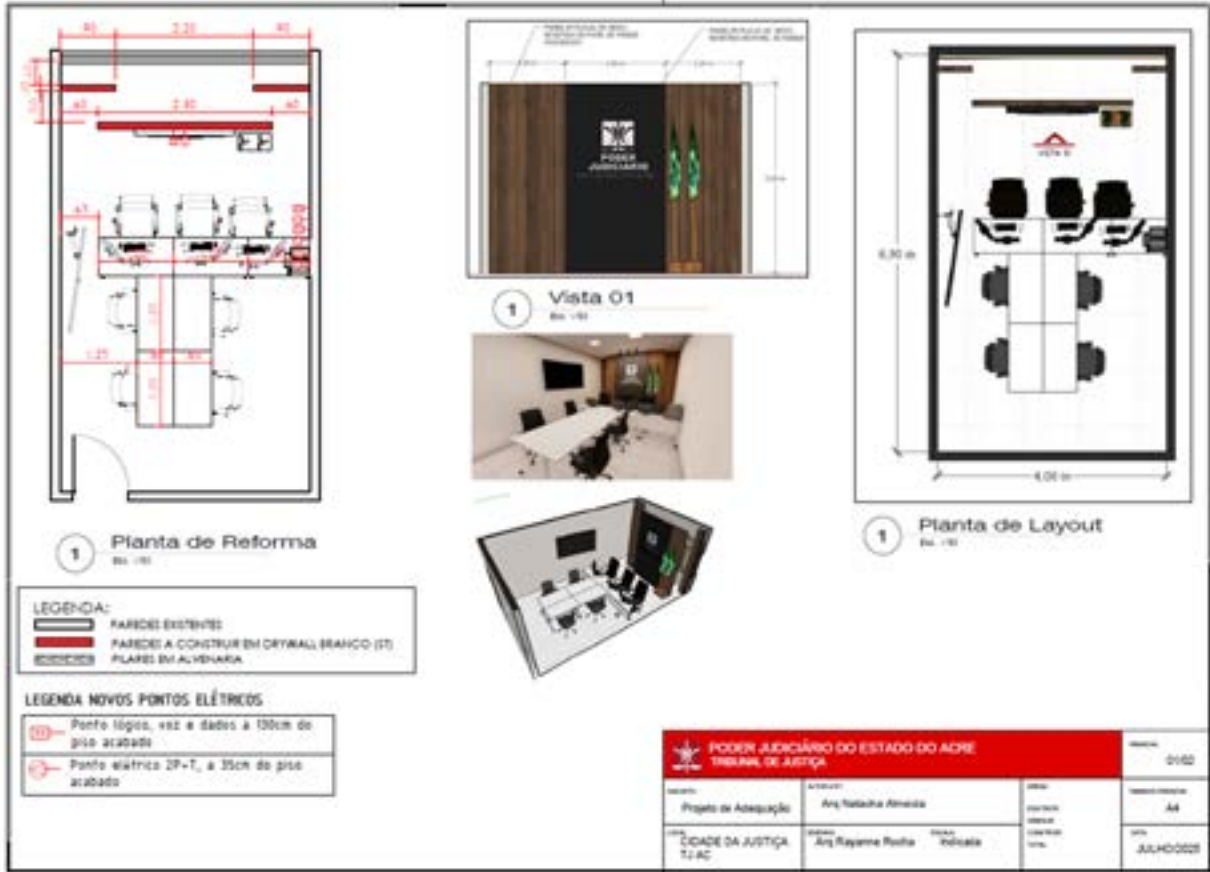
Quadro 01 - Principais estruturas de apoio ao 1º - Resolução COJUS nº 108/2025	
Tipo de unidade	Estruturas previstas
Unidades jurisdicionais de 1º grau	Juízos de Direito das Comarcas de Entrância Inicial e Final
2º grau dos Juizados Especiais	1ª Turma Recursal e 2ª Turma Recursal
Unidades Satélites de Apoio à Jurisdição (atuam em todo o estado)	ASSAJ, SEAJU, CESEM, CECAL, CELEC, CEJUR
Serviços auxiliares vinculados às comarcas	Diretorias do Foro, Centrais de Mandados, Centros de Atendimento às Vítimas

Fonte: TJAC, 2025.

Padronização das Salas de Audiência e Tribunais do Juri

O Projeto de Adequação das Salas de Audiência e Tribunais do Júri contempla planta de reforma, planta de layout e vistas dos ambientes nas comarcas. A proposta arquitetônica visa otimizar a circulação, a visualização e a hierarquia funcional dos ambientes, assegurando maior funcionalidade, segurança e conforto, ao mesmo tempo em que sistematiza a padronização da infraestrutura elétrica e lógica das salas de audiência, por meio da implantação de novos pontos de energia e de voz e dados em alturas e posições compatíveis com o mobiliário e os equipamentos forenses.

Figura 03 - Sala de Audiencia Padrão



Fonte: SEINF/TJAC, 2025.

As medidas adotadas pelo projeto resultaram em maior uniformização dos ambientes forenses, criando condições institucionais para que as salas de audiência e os Tribunais do Júri passem a seguir um padrão único de mobiliário, layout e infraestrutura, alinhado às necessidades contemporâneas de atendimento, acessibilidade, ergonomia e segurança, permitindo ao TJAC consolidar um modelo de ambiente forense mais coerente, funcional e replicável em todo o Estado, facilitando o planejamento de futuras intervenções, otimizando custos de manutenção e reforçando o compromisso da instituição com a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

Projeto InovaJus

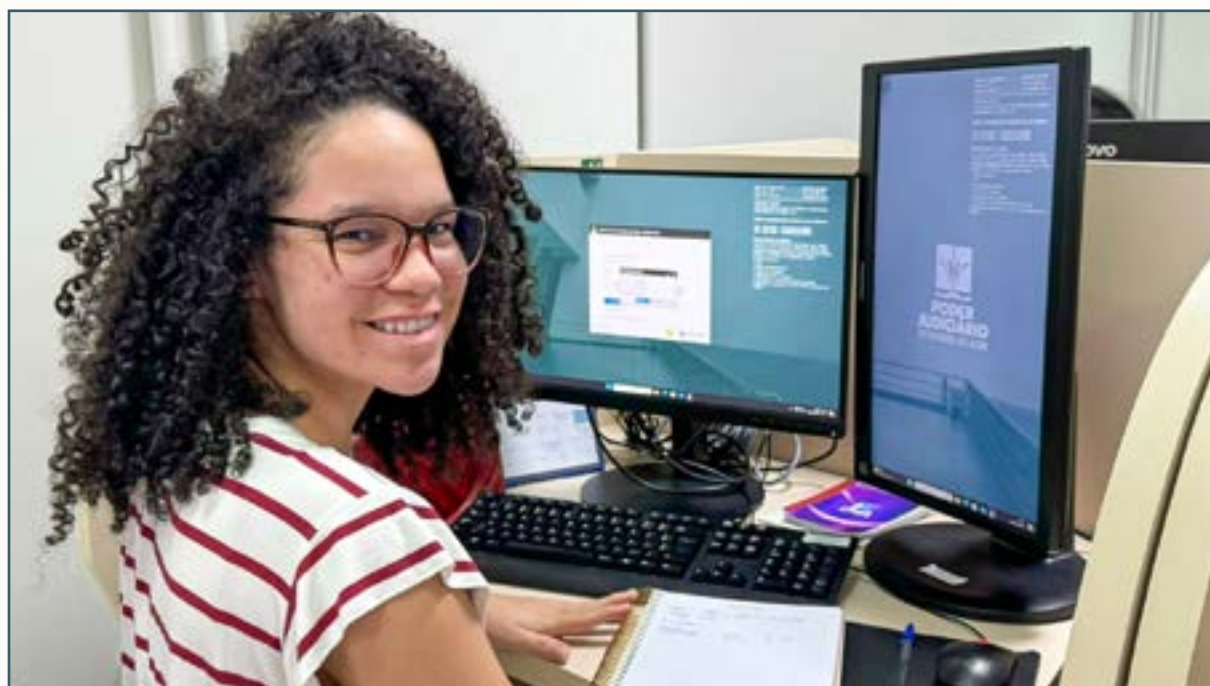
O projeto Inova Jus é uma iniciativa estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) voltada à transformação institucional e à excelência na entrega de valor público. Por meio de uma abordagem colaborativa que engaja as lideranças das unidades judiciais e administrativas, o projeto busca a análise aprofundada de oportunidades de melhoria (gargalos) e o fomento à cocriação de soluções. O objetivo central é propor e implementar inovações que otimizem processos, modernizem a gestão e garantam mais celeridade e eficiência na prestação de serviços à sociedade.

A metodologia se baseia em três etapas: a Sala de Aula Invertida (questionários/formulários), o Tratamento dos Dados Coletados e as Oficinas de Escuta Presencial, abrangendo magistrados e servidores de unidades judiciais de Rio Branco e das comarcas do interior. O período de execução previsto é de setembro a dezembro de 2025.

Projeto Mariri – Atermação

O Projeto Mariri é uma iniciativa do Poder Judiciário do Estado do Acre em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), focando na melhoria dos serviços da Central de Atermação. O projeto visa ao aperfeiçoamento dos alunos de Direito por meio de estágios não obrigatórios e formação especializada para lidar com atendimento, petições e o Sistema de Apoio à Justiça (SAJ/eproc). A logística envolve a alocação, aulas teóricas, atividades práticas e vivências supervisionadas com o objetivo de qualificar e garantir a continuidade e qualidade do atendimento.

No ano, 41 alunos participaram do projeto Mariri, contribuindo de forma decisiva com a construção de um atendimento qualificado, aprendizado sustentado e serviço especializado.



Programa Linguagem Simples

No compromisso contínuo com a transparência e a inclusão, o Programa Linguagem Simples – Trocando em Miúdos é uma iniciativa que transcende a simples simplificação de textos: é a materialização de um princípio de Governança que visa garantir que a linguagem institucional seja clara, compreensível e, acima de tudo, acessível a cada cidadão – sejam eles jurisdicionados urbanos, rurais ou povos tradicionais. O objetivo é que o Judiciário “fale a língua de quem busca a justiça”.

Demonstrando seu engajamento estratégico, o Poder Judiciário do Acre torna-se signatário do Pacto Pela Linguagem Simples e, para garantir a sustentabilidade e a execução metódica do programa, foi instituído o Comitê do Programa de Simplificação da Linguagem por meio da PORTARIA Nº 1623/2024. Esse ato oficializa a iniciativa e estabelece a estrutura de governança necessária para gerir a mudança em toda a instituição.

A jornada de transformação começou com um investimento direto em seu maior ativo: as pessoas. Desde junho de 2025, a área temática de Formação e Capacitação em Linguagem Simples tem trabalhado no sentido de promover uma cultura de clareza em todas as esferas. Um marco desse processo foi a realização do curso de Linguagem Simples: Atualização em Português Jurídico. Com 20 horas/aula intensivas, entre os dias 16 e 18 de junho de 2025, a capacitação reuniu servidores, magistrados, estagiários e público em geral, multiplicando o conhecimento e o compromisso com a clareza em todos os níveis.

Assim, olhando para o futuro e para a gestão da inovação, o programa está desenvolvendo produtos estratégicos que irão perenizar a prática da Linguagem Simples. Estão em produção:

- ♦ Um Manual de Linguagem Simples (digital e acessível), servindo como guia prático para toda a instituição.
- ♦ Modelos padronizados de documentos que incorporaram a linguagem simples e o *Visual Law*, tornando os atos judiciais mais intuitivos e amigáveis.
- ♦ O desenvolvimento de um *Chatbot* com Inteligência Artificial, que utilizará a linguagem simples para garantir respostas rápidas e claras ao cidadão, unindo tecnologia e acessibilidade.

Projeto Desjudicialização da Saúde

O projeto visa promover a desjudicialização de demandas relacionadas à falta de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo é garantir um acesso ágil e facilitado por meio de ferramenta digital que permite ao cidadão efetuar reclamação pré-processual sobre a falta de medicamentos.

O serviço é oferecido pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de saúde, denominado “CEJUSC – SAÚDE”, com competência pré-processual para o atendimento de demandas relacionadas ao fornecimento de medicamentos em todos os níveis de atuação e nas linhas de cuidado do SUS, por meio de métodos autocompositivos, com articulação com os entes públicos envolvidos, evitando-se a judicialização.

O serviço é acessado diretamente pelo cidadão por meio de formulário eletrônico disponível no site do TJAC na ferramenta Petição Cidadão – Pedido de Medicamentos. Após o envio da solicitação, o ente público responsável – seja o Estado ou o Município – tem o prazo de dez dias para apresentar uma resposta, justificando a ausência do medicamento ou informando as providências adotadas para o atendimento.

Figura 04 - Petição Cidadão



Fonte: TJAC, 2025.

Resultados Atingidos:

- ◆ Redução da Judicialização por meio da homologação de processos extrajudiciais;
- ◆ Lançamento do Portal Petição Cidadão para facilitar o atendimento remoto e promover a transparência e rastreabilidade das decisões com a inclusão de justificativas para negativa de medicamentos no formulário de atendimento;

Benefícios Gerados:

- ◆ Acesso Ágil e facilitado ao peticionamento, promovendo um atendimento mais eficiente e resolutivo.
- ◆ Fortalecimento da Rede Interinstitucional e melhoria da articulação entre o Poder Judiciário e os órgãos de saúde pública.

Projeto ViaJus

O sistema ViaJus constitui uma solução desenvolvida em um modelo de colaboração interinstitucional, envolvendo os Laboratórios de Inovação dos Tribunais de Justiça dos seguintes estados da Amazônia Legal: Acre (TJAC), Amazonas (TJAM), Amapá (TJAP), Roraima (TJRR) e Rondônia (TJRO).

O desenvolvimento do projeto incluiu o diálogo direto e a cocriação com usuários-chave (magistrados, magistradas, servidores e servidoras) envolvidos no fluxo de autorização de viagens, promovendo a simplificação dos fluxos operacionais e a otimização da experiência do usuário no sistema.

O ViaJus se caracteriza pela utilização de ferramentas digitais simples e amplamente acessíveis, notadamente o WhatsApp e formulários eletrônicos.

O projeto conquistou o segundo lugar na categoria Serviços Judiciários Inovadores no Concurso de Inovação do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que reforça o compromisso do TJAC com a modernização dos serviços judiciais, a transformação digital e a centralidade no usuário.

Figura 05 - Fest Labs 2025



Fonte: TJAC, 2025

Adicionalmente, o ViaJus evidencia a relevância e o potencial de replicação do trabalho colaborativo horizontal entre os tribunais regionais. O modelo de desenvolvimento pode servir como *benchmarking* para a implementação de novas práticas e soluções em outras jurisdições do Poder Judiciário brasileiro.

Projeto Portal do Acolhimento

O projeto do Portal de Acolhimento do Poder Judiciário do Acre foi concebido como um passo significativo em direção à modernização e inclusão social, com o objetivo primordial de facilitar o acesso do cidadão à informação, combinando espaço físico e atendimento humanizado. A iniciativa foca na humanização e eficiência na prestação dos serviços judiciais, buscando tornar a Justiça mais próxima, compreensível e ágil. A visão é construir uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual cada indivíduo se sinta capacitado e apoiado para exercer seus direitos.

Resultados Atingidos:

- ◆ Desenvolvimento de fluxos e protocolos;
- ◆ Estrutura de atendimento;
- ◆ Plano de pesquisa de satisfação.

Benefícios Gerados:

- ♦ Maior acessibilidade;
- ♦ Humanização do atendimento;
- ♦ Eficiência e redução de barreiras;
- ♦ Informação clara e objetiva.



3. 1. 2. Ações de Justiça Restaurativa Desenvolvidas

Apresenta-se a consolidação das ações, projetos, programas, articulações interinstitucionais, formações e atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (NUPJR/TJAC) ao longo do exercício de 2025.

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 225/2016, com o Marco Legal da Justiça Restaurativa no país, com o Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026 e com o Plano de Gestão da Presidência 2025–2027, o documento sistematiza o conjunto de iniciativas articuladas pelos eixos Formação, Implantação, Atendimento, Expansão, Articulação Interinstitucional, Monitoramento e Comunicação Institucional.

O ano de 2025 marcou a ampliação das práticas restaurativas como política pública de Justiça, com fortalecimento das redes territoriais, expansão das formações e consolidação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejuscs com enfoque restaurativo. O NUPJR atuou como agente articulador entre o Poder Judiciário, órgãos governamentais, instituições de ensino, redes de proteção social e sociedade civil, ampliando o impacto e o alcance das ações em todo o estado.

Estrutura Organizacional e Diretivas Estratégicas

O NUPJR integra a Presidência do TJAC como unidade responsável pela coordenação, implementação e supervisão das práticas de Justiça Restaurativa no âmbito institucional. Suas diretrizes seguem:

- ♦ Resolução CNJ nº 225/2016 – Política Nacional de Justiça Restaurativa;
- ♦ Resolução TJAC nº 284/2021 – Institui o NUPJR e dispõe sobre sua organização;
- ♦ Agenda 2030 da ONU – ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes);
- ♦ Planejamento Estratégico 2021–2026 – Mapa estratégico e metas jurisdicionais;
- ♦ Plano de Gestão 2025–2027 – Fortalecimento de políticas sociais e ampliação da cultura de paz.

A atuação do NUPJR se orienta pela promoção do diálogo, da corresponsabilidade, da pacificação social e do protagonismo comunitário na resolução de conflitos, com ações integradas à rede socioassistencial municipal e estadual.

Panorama Geral das Atividades em 2025

O ano consolidou o aprofundamento das práticas restaurativas no sistema de Justiça do Acre, com destaque para a ampliação das parcerias institucionais, a intensificação de cursos de formação, a execução de oficinas em escolas, a implementação dos Comitês de Justiça Restaurativa, o atendimento direto de casos, a integração com políticas de Direitos Humanos e a expansão territorial do programa.

Quadro 02 – Síntese Geral das Atividades do NUPJR em 2025

Eixo de Atuação	Principais Resultados
Formação	• Cursos básicos, intermediários e avançados; • Oficinas práticas; formação de facilitadores; • Ciclos restaurativos simulados.
Implantação	• Criação e fortalecimento dos Comitês Municipais de JR; • Suporte aos Cejuscs; • Adesão de novas unidades à política restaurativa.
Atendimento	• Condução de círculos restaurativos; • Apoio técnico a magistrados; acolhimentos; • Encaminhamentos à rede.
Articulação	Parcerias com MPAC, DPE/AC, SEE, SEASDH, Conselhos Tutelares e escolas estaduais e municipais.
Expansão Territorial	Ações em Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Mâncio Lima, Brasília, Tarauacá, Jordão e Marechal Thaumaturgo.
Comunicação	Produção de materiais, divulgação institucional, entrevistas, campanhas educativas de cultura de paz.

Fonte: NUPJR/TJAC, 2025

Formação e Capacitação

O NUPJR consolidou, em 2025, sua política permanente de formação, estruturada em módulos introdutórios, intermediários e avançados. Foram realizados cursos voltados a magistrados, servidores, membros da rede de proteção social, professores, gestores escolares e representantes de comunidades tradicionais.

Quadro 03 - Principais Formações Realizadas em 2025

Formação	Público	Local	Observações
Curso Introdutório – Justiça Restaurativa e Cultura de Paz	Servidores do TJAC e rede parceira	Rio Branco	Abordagem teórica e prática; simulação de círculos.
Oficina de Círculos Restaurativos	Educadores e conselheiros tutelares	Cruzeiro do Sul	Enfoque escolar e comunitário.
Formação Intermediária para Facilitadores	Técnicos da Justiça e áreas sociais	Feijó e Sena Madureira	Metodologias aplicadas e supervisão técnica.
Rede de Proteção e JR	Assistentes sociais e psicólogos	Mâncio Lima	Integração intersetorial e estudo de casos reais.

Fonte: NUPJR/TJAC, 2025

As capacitações ampliaram significativamente a rede de facilitadores no interior do estado, fortalecendo a expansão do programa.



Projetos, Programas e Ações executadas pela Justiça Restaurativa

Entre os diversos projetos executados em 2025 pelo Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (NUPJR), destacam-se:

Justiça Restaurativa nas Escolas

Desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação, com atuação especial em escolas de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Feijó, incluiu:

- ◆ Oficinas de cultura de paz;
- ◆ Mediação e diálogo com estudantes;
- ◆ Círculos restaurativos com foco em convivência escolar;
- ◆ Formação de professores para prevenção de conflitos.



Justiça Restaurativa Comunitária

- ◆ Ações realizadas em bairros periféricos e comunidades tradicionais, incluindo ribeirinhos e indígenas, promovendo:
- ◆ Círculos de construção de paz;
- ◆ Atendimento a conflitos comunitários;
- ◆ Encontro com lideranças locais;
- ◆ Fortalecimento das redes locais.

Atendimento Restaurativo em Casos Judiciais

Com suporte aos magistrados e Cejuscs, foram conduzidos círculos restaurativos envolvendo:

- ◆ Conflitos familiares;
- ◆ Violência doméstica (quando adequado pelo risco e pelas diretrizes nacionais);

- ◆ Disputas de vizinhança;
- ◆ Conflitos escolares;
- ◆ Situações envolvendo adolescentes em conflito com a lei.

■ **Atuação Interinstitucional e Parcerias**

Em 2025, o NUPJR atuou fortemente em rede, consolidando parcerias com:

- ◆ Ministério Público do Estado do Acre – MPAC;
- ◆ Defensoria Pública do Estado – DPE/AC;
- ◆ Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH;
- ◆ Secretaria de Educação do Estado e Municípios;
- ◆ Conselhos Tutelares;
- ◆ Escolas estaduais e municipais;
- ◆ Organizações da sociedade civil ligadas a direitos humanos e acolhimento comunitário.

Tais articulações permitiram fortalecer estratégias de atendimento, encaminhamento e prevenção.

■ **Expansão Territorial – Ações no Interior**

As práticas restaurativas alcançaram novas unidades, ampliando a presença institucional do programa em municípios de difícil acesso.

Quadro 04 - Municípios com Ações do NUPJR (2025)

Município	Ação Principal	Observações
Cruzeiro do Sul	Oficinas, círculos, formação	Maior capilaridade no Juruá.
Feijó	Formação e JR escolar	Parceria ativa com SEE.
Sena Madureira	JR comunitária	Envolvimento da rede municipal.
Tarauacá	Formação e círculos	Expansão da rede protetiva local.
Mâncio Lima	Rede de Proteção	Casos comunitários e escolares.
Brasiléia	Capacitação inicial	Início da interiorização da JR.
Jordão	Atuação piloto	Logística complexa; adesão da rede.

Fonte: NUPJR/TJAC, 2025

Monitoramento e Avaliação das Ações

O NUPJR estruturou mecanismos contínuos de monitoramento das ações, com registros padronizados, relatórios de círculo, ata de atendimento e supervisões periódicas. Além disso:

- ◆ Produziu materiais institucionais e educativos;
- ◆ Divulgou ações em canais oficiais do TJAC;
- ◆ Fortaleceu campanhas de cultura de paz;
- ◆ Sistematizou dados quantitativos e qualitativos para compor indicadores estratégicos.

Análise Técnica dos Resultados

As ações executadas em 2025 demonstram:

- ◆ Expansão sólida das práticas restaurativas no Acre;
- ◆ Fortalecimento das redes locais, com articulação mais robusta entre escola, assistência social e Justiça;
- ◆ Aprofundamento das formações, qualificando profissionais de diversas áreas;
- ◆ Interiorização da política de JR, com presença crescente no Juruá, Tarauacá-Envira e Alto Acre;
- ◆ Mais aproximação das comunidades vulneráveis, reforçando o acesso a direitos;
- ◆ Consolidação dos Cejuscs com enfoque restaurativo, ampliando a resolutividade de conflitos;
- ◆ Impacto social relevante, evidenciado pela aceitação comunitária e pelos resultados positivos nos círculos.

De acordo com o exposto, infere-se que o ano de 2025 representou um marco na política de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. O NUPJR consolidou práticas, ampliou o alcance territorial, qualificou equipes, fortaleceu parcerias e aprofundou o caráter institucional do programa, alinhando suas ações às diretrizes do CNJ, às metas estratégicas do TJAC e às demandas contemporâneas de promoção de paz, inclusão e cidadania.

As iniciativas desenvolvidas reforçam a compreensão de que a Justiça Restaurativa não é apenas uma metodologia, mas uma política pública transversal, capaz de transformar relações, prevenir conflitos, humanizar o sistema de Justiça e fortalecer a rede socioassistencial. Em perspectiva, o NUPJR entra em 2026 com diretrizes sólidas, estrutura fortalecida e compromisso renovado com a consolidação de uma cultura de paz em todo o estado.

3. 2. Eixo 2 – Gestão Tecnológica

3. 2. 1. Iniciativas de Inovação no PJAC

Projeto CHRONOS – IA Aplicada à Execução Penal

O Projeto CHRONOS surge como uma resposta estratégica às demandas crescentes da execução penal, marcada por sobrecarga processual, assimetria regional e atrasos na concessão de direitos legalmente previstos. Com a aplicação de inteligência artificial para análise objetiva e automatizada dos requisitos temporais, o projeto busca transformar a gestão da execução penal no Tribunal de Justiça do Acre, promovendo mais eficiência, segurança jurídica e equidade no acesso aos benefícios. A ferramenta contribui significativamente para a otimização dos fluxos de trabalho, a redução de custos e mais eficiência, garantindo que decisões sejam tomadas com mais agilidade e fundamentação qualificada, garantindo dentre outros, os seguintes benefícios:

- ♦ Redução do tempo de tramitação entre o cumprimento dos requisitos legais pelo apenado e a efetiva decisão judicial, diminuindo atrasos e garantindo mais celeridade;
- ♦ Automatização segura da análise objetiva de lapsos temporais e demais critérios objetivos, liberando magistrados e equipes para atividades de maior complexidade;
- ♦ Melhoria da eficiência processual, com diminuição significativa do retrabalho, da carga manual de verificação;
- ♦ Maior segurança jurídica, padronizar análises objetivas, mitigar riscos de manutenção indevida de apenados e contribuir para decisões mais consistentes;
- ♦ Redução de custos orçamentários, com diminuição do tempo de permanência indevida no sistema prisional, gerando economia de recursos.

Projeto eproc

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre deu início às tratativas para implementação do sistema em novembro de 2023, com a criação do Grupo Estratégico responsável por coordenar a transição do sistema SAJ para o eproc. Essa iniciativa faz parte das ações prioritárias de transformação digital previstas no Plano Estratégico 2021–2026.

Após todos os preparativos necessários, que compreendem as fases de configuração da unidade, testes de funcionalidade, treinamento da equipe, em janeiro de 2025 o sistema foi implantado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Rio Branco, iniciando sua operação exclusivamente na fase pré-processual.

Em julho de 2025 a implantação chega a Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Rio Branco, unidade piloto do projeto, avançando para as demais unidades judiciárias, conforme cronograma de implantação disponível na página do projeto (<https://portal-eproc.tjac.jus.br/cronograma-de-implantacao/>).

Todo progresso de implantação é registrado e disponibilizado no portal, assegurando sua total transparência e fortalecimento da governança judiciária.

O sistema eproc representa um marco para a melhoria da celeridade processual, à transparência dos resultados, à eficiência administrativa e à modernização das rotinas judiciais, com resultados estratégicos ligados à efetividade da prestação jurisdicional, gestão de TIC, inovação, gestão por dados, sustentabilidade operacional e ampliação da confiança social nos serviços do Tribunal.

Com isso, a coleta, organização, validação e consolidação de todas as informações referentes ao andamento do cronograma assegura o registro atualizado da quantidade de unidades que avançam nas fases do projeto. Até o momento, os painéis monitorados demonstram que 43 unidades judiciárias já se encontram com o sistema efetivamente implantado e 9.011 processos registrados, representando 63,24% do total de unidades (painel de BI do eproc¹). A meta institucional é concluir a implantação em 100% das unidades até fevereiro de 2026.

Figura 06 - Resultados da implantação do eproc



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Implementação da Assistente Digital Ampliada (ADA) no âmbito do TJAC

O lançamento da Assistente Digital Ampliada (ADA), ferramenta de Inteligência Artificial generativa desenvolvida internamente, marcou um passo decisivo na modernização e transformação digital do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Trata-se de uma solução tecnológica inédita no Estado, projetada para apoiar magistrados, magistradas e servidores e servidoras em suas atividades ordinárias.

¹ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzRiZmM2ZGIhMTQ1NC00Mzk1LWlyOWEiOWNIYmRlYjZlMzdlIiwidCI6IjY2Y2JlM-DcwLTQyNmItNDkzYS04NDdlLWw1MTUwMmQ0MzViOSJ9>

A ADA é a materialização do compromisso com a Inteligência Processual e a inovação disruptiva no Poder Judiciário acreano. Representando um salto qualitativo na forma de trabalhar, a ADA é a aliada da força de trabalho, elevando a eficiência operacional a novos patamares.

Sua atuação se concentra em tarefas de alto impacto, como o saneamento processual — garantindo a correta organização dos autos —, a transcrição precisa de audiências e a análise sofisticada de elementos e evidências contidas nos processos.

Com a adoção dessa tecnologia de ponta, o Tribunal não apenas otimiza seus fluxos de trabalho, mas também cumpre seu objetivo estratégico de oferecer respostas jurisdicionais mais rápidas, precisas e de qualidade superior ao cidadão.

Em um pilar de Governança de Dados e Inovação Responsável, a implementação da ADA é rigorosamente conduzida, assegurando que o avanço tecnológico caminhe lado a lado com a ética profissional, a responsabilidade institucional e a irrenunciável segurança jurídica que rege a prestação jurisdicional. E nesse sentido, asseverou o Presidente em seu pronunciamento quando do lançamento da ADA: “a tecnologia utilizada com responsabilidade e propósito é aliada da justiça e da cidadania”. Com essas ferramentas, o cidadão sempre vai estar em primeiro lugar.



A ferramenta foi desenvolvida para operar exclusivamente com dados internos da Justiça acreana, sem qualquer comunicação externa, reforçando os pilares de governança, segurança da informação e proteção de dados. Sua arquitetura atende integralmente às exigências da Resolução CNJ nº 615/2023 e à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Um dos destaques tecnológicos é o módulo de anonimização automática, denominado “anonimizador”, que remove dados pessoais sensíveis, como nomes, endereços, e-mails, números de documentos e telefones, garantindo que as análises realizadas pela ADA preservem a privacidade e a integridade das informações.

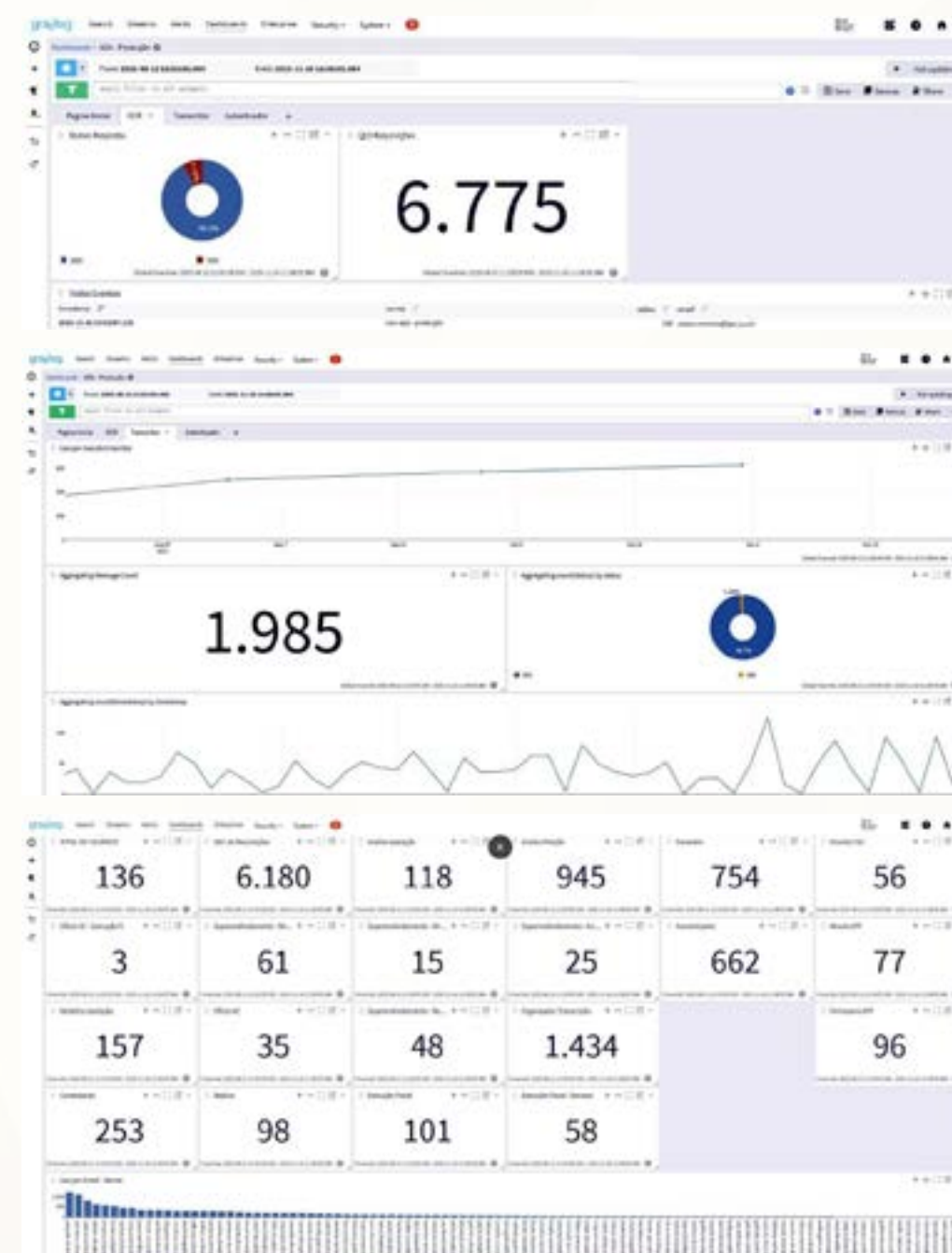
A importância e o reconhecimento nacional da ADA consolidou-se no 5º Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário (FestLabs), ocorrido no mês de agosto de

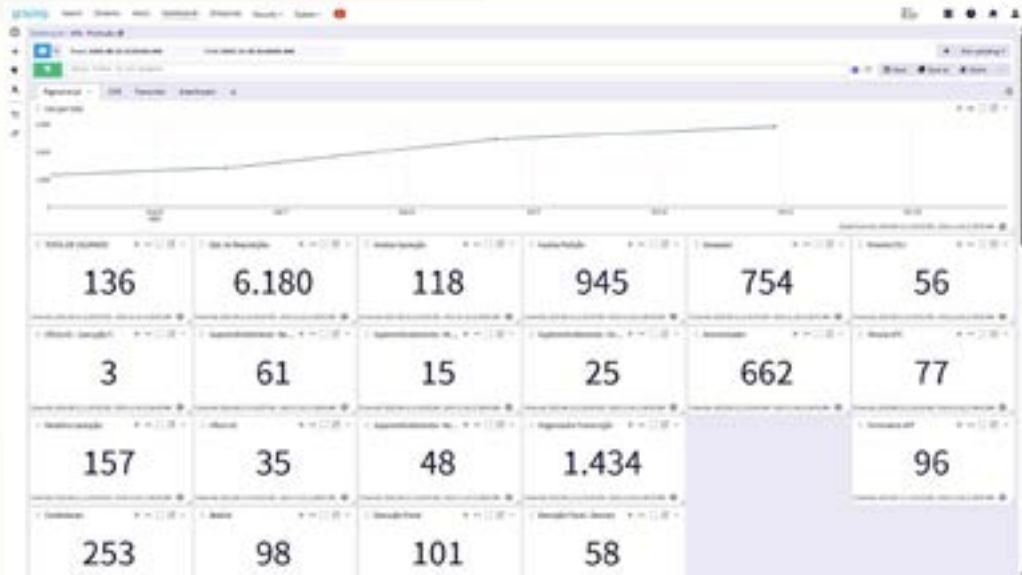
2025 em Belém, oportunidade em que a Assistente foi selecionada entre as 10 melhores iniciativas de inovação do Poder Judiciário brasileiro.

A implementação da ADA sinaliza a consolidação de uma cultura institucional orientada pela inovação, reforçando a capacidade do Tribunal de Justiça do Acre de responder de forma ágil e qualificada às demandas da sociedade.

Nos primeiros 3 (três) meses de uso, a ADA processou ao todo 6.775 documentos, responsáveis pela sumarização de 1.985 vídeos de audiências judiciais, resultando numa economia estimada de 661 horas que seriam dedicadas à leitura e transcrição manuais desses arquivos.

Figura 07 - Documentos processados pela ADA





Fonte: SETIC/TJAC, 2025.

3. 2. 2. Modernização Tecnológica e Conectividade

Em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre consolidou importantes avanços na modernização tecnológica, ampliando a capacidade de processamento, segurança da informação e continuidade dos serviços judiciais. Cinco iniciativas estruturantes foram concluídas ou avançaram significativamente, garantindo mais estabilidade operacional e suporte às demandas crescentes do ecossistema digital do Judiciário.

A primeira iniciativa contemplou a modernização integral da conectividade das comarcas do interior, por meio da contratação de *links* de alta capacidade, rede MPLS/L3VPN, solução SD-WAN e pacote robusto de segurança composto por *firewalls* avançados, monitoramento proativo e Wi-Fi corporativo. Essa ação assegurou comunicação mais rápida, segura e estável entre sede e unidades jurisdicionais.

A segunda iniciativa garantiu o acesso à *internet* via satélite, com *links* redundantes para todas as comarcas, unidades do PIDJus e projetos itinerantes. O reforço dessa infraestrutura assegurou conectividade mesmo em regiões remotas, garantindo a manutenção das atividades jurisdicionais e o adequado suporte às ações de atendimento à população.

O terceiro eixo de modernização consistiu na expansão do licenciamento Red Hat, incluindo plataformas de virtualização, containerização e gestão de servidores (Enterprise Linux, OpenShift e Satellite). Essa medida fortaleceu a infraestrutura tecnológica do Tribunal, ampliando a estabilidade, segurança e eficiência no uso dos sistemas essenciais.

A quarta iniciativa foi a aquisição de servidores com TPU e infraestrutura hiperconvergente, necessários ao suporte de soluções de Inteligência Artificial e ao aumento da resiliência do ambiente de TI. A nova arquitetura garante a proteção e replicação de centenas de máquinas virtuais, assegurando continuidade operacional e desempenho superior dos sistemas.

Por último, a expansão do *Google Workspace* consolidou ferramentas de colaboração e co-

municação essenciais para audiências, sessões e atividades remotas. A solução, em nuvem, assegura disponibilidade contínua, segurança reforçada e atualização permanente, reduzindo dependências de infraestrutura local.

Quadro 05 - Progresso das Iniciativas de Modernização Tecnológica e Conectividade

Iniciativa	Descrição Resumida	Progresso
1. Conectividade IP/MPLS, L3VPN e SD-WAN	Modernização completa da conectividade das comarcas; <i>links</i> de alta capacidade; segurança avançada.	100%
2. Internet via Satélite – Links Redundantes	Garantia de conectividade para comarcas, FIDJus e projetos itinerantes, inclusive em áreas remotas.	100%
3. Expansão do Licenciamento Red Hat	Adoção de plataformas de virtualização, containerização e gestão de servidores (OpenShift, Satellite).	95%
4. Aquisição de Servidores com GPU – Infraestrutura Hiperconvergente	Suporte a soluções de IA; aumento de resiliência e segurança; replicação de máquinas virtuais.	100%
5. Expansão do <i>Google Workspace</i>	Continuidade das audiências, sessões e atividades remotas com disponibilidade e segurança ampliadas.	100%
Progresso (%)		99%

Fonte: SETIC/TJAC, 2025

Em conjunto, as iniciativas de 2025 posicionam o TJAC em um novo patamar de maturidade tecnológica, reforçando sua capacidade de inovação, garantindo prestação jurisdicional contínua e elevando a segurança e a eficiência dos serviços oferecidos à sociedade acreana.

3. 2. 3. Segurança Institucional

Sistema Integrado de Segurança Eletrônica

A iniciativa alcançou 22% de execução no exercício de 2025, constituindo uma das ações estratégicas do Poder Judiciário do Estado do Acre voltadas à modernização e integração dos sistemas de segurança eletrônica. O projeto contempla a implantação de solução completa de videomonitoramento, controle de acesso e proteção perimetral, abrangendo a Sede Administrativa, a Cidade da Justiça de Rio Branco e a Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul.

Durante o exercício, foram concluídas as etapas de revisão técnica do Termo de Referência, análise das especificações funcionais dos equipamentos e consolidação dos estudos de viabilidade técnica e orçamentária. O processo administrativo encontra-se atualmente em fase licitatória, visando à seleção da empresa especializada responsável pela execução do contrato.

No tocante à manutenção e modernização do sistema de videomonitoramento das comarcas do Estado, foram concluídas as etapas de elaboração do Documento de Formalização de Demanda (DFD), do Estudo Técnico Preliminar (RTP) e da minuta do Termo de Referência, bem como a contratação da licença do *software* *Moni*, responsável pela gestão e integração das câmeras e dispositivos de gravação.

Atualmente, encontram-se em fase de entrega os equipamentos destinados à atualização do parque tecnológico, incluindo gravadores de imagem (NVD), discos rígidos e centrais e teclados de alarmes, que irão reforçar a eficiência e a continuidade do sistema de monitoramento.

A iniciativa representa um passo relevante na consolidação de uma política de segurança eletrônica preventiva e integrada, assegurando a operação contínua do sistema de vigilância e o fortalecimento da segurança institucional em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Acre.

3. 3. Eixo 3 – Gestão de Pessoas

3. 3. 1. Iniciativas de Gestão de Pessoas

A política de Gestão de Pessoas desempenha papel estratégico na modernização das práticas de desenvolvimento humano, com foco na organização da força de trabalho, valorização e qualificação profissional. As iniciativas implementadas refletem a preocupação constante com a melhoria do ambiente de trabalho, a otimização da organização da força de trabalho; a valorização e o desenvolvimento profissional contínuo de magistrados e servidores; e o fortalecimento da qualificação institucional, garantindo que as competências individuais se alinhem diretamente aos objetivos estratégicos.

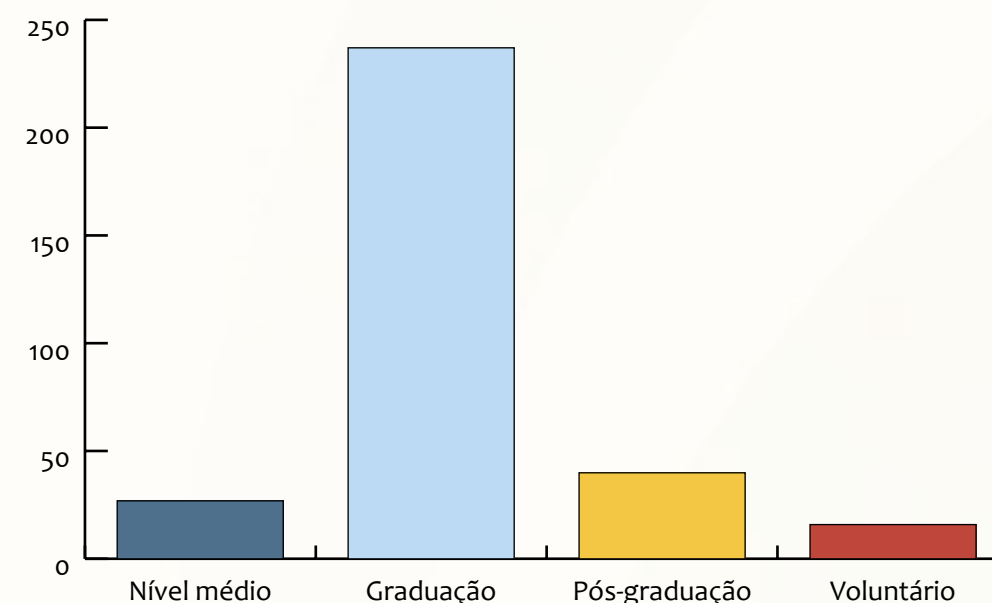
As ações executadas abrangem processos seletivos inovadores para estagiários e servidores, construção de instrumentos normativos, programas de capacitação, fortalecimento do clima organizacional, banco de talentos, transformação digital e benefícios, conforme apresentadas abaixo.

Gestão da Seleção para Estagiários de nível médio, graduação, pós-graduação (Modalidade Curricular) e voluntários.

A iniciativa cumpre um papel social relevante ao proporcionar oportunidades concretas de desenvolvimento profissional a estudantes universitários. A experiência supervisionada em ambiente de trabalho real complementa a formação acadêmica (modalidade curricular), capacitando a nova geração para os desafios do mercado e contribuindo ativamente para a formação de capital humano qualificado.

No tocante ao Programa de Voluntário, 16 profissionais atuam em diversas Unidades do Tribunal, contribuindo para economia de custos e para geração de valor tangível e intangível para a instituição. O programa de estágio e voluntariado do TJAC é orientado pelos Manuais do Estágio Probatório e do Manual do Estagiário.

Figura 8 - Força de trabalho
Força de Trabalho Auxiliar - 2025



Fonte: SEGEP/TJAC, 2025.

Reestruturação organizacional - fortalecimento da liderança

A Resolução 331/2025, que implementa a nova estrutura organizacional do Tribunal, tem como pano de fundo o projeto de modernização institucional focado no MEG - Modelo de Excelência em Gestão e visa garantir um apoio administrativo eficiente e eficaz para a prestação jurisdicional. A Resolução cria um quadro de competências definidas, garantindo a divisão clara entre as funções de planejamento, organização, normatização e execução. Além disso, detalha a dotação de pessoal para cada Unidade Organizacional para garantir a lotação adequada de pessoas. Isso assegura que o capital humano esteja distribuído de forma adequada, respeitando os critérios de distribuição da força de trabalho estabelecidos pelo CNJ, bem como organiza as funções de suporte de maneira mais técnica e especializada.

Em suma, a Resolução 331/2025 impulsiona a Gestão de Pessoas no TJAC de uma abordagem tradicional para um modelo de liderança orgânica, integrativa, consultiva e estratégica, essencial para a maximização da produtividade e para o engajamento e retenção de servidores qualificados no Judiciário.

Concurso de Remoção

A iniciativa traz o sentimento de justiça, objetividade e isonomia no tratamento de servidores deste Poder, resgatando engajamento e pertencimento. O concurso de remoção, instituído por meio da Resolução nº 104/2025, será realizada por ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, observados os critérios conveniência e oportunidade da Administração, no mínimo a cada 2 (dois) anos, salvo nos casos em que não houver concurso público para provimento de cargos efetivos, vigente ou em fase de execução.

Transformação Digital da Gestão de Pessoal

A transformação digital em curso no TJAC compreende um processo de integração de tecnologias digitais, conhecimento e mudança na cultura em todas as áreas de modo a otimizar processos, melhorar a produtividade e inovar.

Dentre as principais mudanças promovidas estão a automação de processos: Sistemas e softwares automatizam tarefas operacionais e administrativas, análise de dados que permite a tomada de decisões mais assertivas pela alta administração, o uso da Inteligência Artificial (IA) em diversas frentes, como em análises processuais e pareceres, geração de relatórios, dentre outros usos. Ela também proporciona melhora na experiência do usuário por meio das ferramentas digitais, como plataformas de autoatendimento e aplicativo móvel, proporcionando mais autonomia e uma experiência mais positiva.



Para fazer face a esse processo de transformação digital, o Tribunal tem promovido investimento massivo em processo de capacitação e formação de lideranças, conforme se constata no quadro abaixo:

Quadro 06 - investimento em processo de capacitação e formação de lideranças

Tema / Ação Educacional	Foco da Tecnologia	Nº do Edital
Assistente Digital Ampliada (ADA) IA no TJAC	Inteligência Artificial (Uso Ético e Seguro)	78/2025
Uso de Inteligência Artificial Generativa na Atividade Jurisdicional	Inteligência Artificial Generativa	77/2025
Construindo o Futuro com Tecnologias Inteligentes	Inovação e Tecnologias Emergentes	64/2025
Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0)	Sistemas Nacionais / Banco de Dados	82/2025
Sistemas Judiciais: SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD	Interoperabilidade e Bloqueio de Bens	66/2025
Formação em Tabelas Processuais Unificadas (TPU)	Padronização e Gestão de Dados	92/2025
Preservação Digital no TJAC: Modelo Hipátia	Gestão Documental e Preservação Digital	06/2025
Criação e Gestão de Formulários com Google Forms	Ferramentas de Produtividade em Nuvem	88/2025
Elaboração de Cursos Autoinstrucionais em EaD	Educação a Distância (Tecnologia Educacional)	86/2025
O Teletrabalho no Tribunal de Justiça do Acre	Cultura Digital e Trabalho Remoto	46/2025
Redes Sociais com Linguagem Leve, Clara e Engajadora	Comunicação Digital	96/2025
EPROC Nacional: Atualização e Aplicações no 1º Grau	Sistema Processual Eletrônico	02/2025
Formação de Formadores eproc	Sistema Processual Eletrônico (Multiplicadores)	52/2025
EPROC: Elaboração de Minutas de Decisões Judiciais	Sistema Processual Eletrônico (Prática)	12/2025
EPROC: Implantação para Comarcas (Cruzeiro do Sul e região)	Sistema Processual Eletrônico (Expansão)	98/2025
Implantação do EPROC - Central de Mandados	Sistema Processual Eletrônico (Expansão)	97/2025
Implantação EPROC: Diretores e Supervisores	Sistema Processual Eletrônico (Gestão)	95/2025
EPROC: Implantação para Comarcas do Interior - Cível	Sistema Processual Eletrônico (Expansão)	93/2025

Implantação EPROC - Varas de Família (Rio Branco)	Sistema Processual Eletrônico (Expansão)	90/2025
Implantação EPROC: Cíveis de Rio Branco e 2º Grau	Sistema Processual Eletrônico (Expansão)	79/2025
Implantação EPROC - Juizados, CEJUSC e Turma Recursal	Sistema Processual Eletrônico (Expansão)	70/2025
Implantação EPROC - Vara Fazenda/Ex. Fiscal	Sistema Processual Eletrônico (Expansão)	69/2025
EPROC: Módulo Criminal	Sistema Processual Eletrônico (Módulo)	35/2025
EPROC: Módulo Básico - Formação Inicial	Sistema Processual Eletrônico (Básico)	13/2025
EPROC Avançado: Gabinete/Assessoria 2G	Sistema Processual Eletrônico (Avançado)	11/2025
EPROC: Módulo Cível	Sistema Processual Eletrônico (Módulo)	10/2025
EPROC Avançado: Gabinete/Assessoria 1G	Sistema Processual Eletrônico (Avançado)	09/2025

Fonte: SEGEPI/TJAC, 2025.

Projeto Ewã: Valorização e Participação Feminina

A iniciativa em questão instrumentaliza e amplia a visão deste Poder para cumprimento de diretrizes do CNJ, valorizando a carreira feminina e proporcionando isonomia de participação em espaços de poder, além de propiciar um ambiente de inclusão, valorização e acolhimento à mulher. O projeto trabalha em três frentes: apoio ao direito à maternidade, com atenção às servidoras gestantes; enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as servidoras do Poder Judiciário com implantação de um canal de atendimento, e estímulo à equidade e igualdade de gênero dentro da Instituição.

Concurso de Servidores do Poder Judiciário do Acre - Convocação

A convocação de novos servidores representa o cumprimento rigoroso do edital e a reafirmação do compromisso do Tribunal de Justiça do Acre com a legalidade, a transparência e a eficiência administrativa. O ingresso desses servidores fortalece a estrutura do Judiciário acreano e assegura melhores condições para a prestação jurisdicional ainda mais célere à sociedade.

Em 2024, foram convocadas 23 pessoas, enquanto que no exercício corrente (2025) foram convocados 98 aprovados, totalizando 71 analistas e 27 técnicos, cuja lotação se deu, preferencialmente, nas Unidades Jurisdicionais da capital e interior e também na área administrativa, com destaque à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.



O ingresso de novos servidores no Poder judiciário se concretiza com processo de formação inicial (imersão), objetivando promover sua adaptação ao ambiente institucional e compreensão das rotinas de trabalho. Além de oferecer um panorama sobre a estrutura do Poder Judiciário, o curso possibilita que os participantes conheçam os sistemas utilizados e as diretrizes institucionais, garantindo que sua atuação esteja alinhada às necessidades do TJAC. Esse processo de ambientação, aliado ao conteúdo do Manual do Servidor, proporciona uma visão integrada sobre a importância da prestação jurisdicional eficiente e inclusiva, promovendo o acesso à Justiça com qualidade e responsabilidade social. O desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais desde o início da trajetória no Tribunal fortalece a produtividade, a ética e o compromisso com a cidadania.

3.3.2. Ações de bem-estar e saúde

O Poder Judiciário, atento aos desafios da modernidade e do impacto que as novas tecnologias causam às pessoas, implementa uma série de medidas mitigadoras e promotoras da saúde, qualidade de vida, bem-estar e acolhimento institucional dos servidores e magistrados. Suas ações priorizaram campanhas de prevenção, atividades educativas, mobilizações temáticas de saúde, fortalecimento da saúde mental, atenção nutricional, atividades itinerantes e iniciativas voltadas à inclusão, ergonomia e melhoria das condições de trabalho.

As iniciativas executadas refletem uma política de cuidado contínuo, com foco na saúde física e emocional, prevenção de agravos, incentivo a hábitos saudáveis e fortalecimento de vínculos institucionais. O trabalho desenvolvido demonstra alinhamento com o Planejamento Estratégico do TJAC e com políticas nacionais de saúde no serviço público, garantindo atendimento humanizado e ações de grande alcance social.

Dentre as iniciativas com status concluído ou em andamento, destacam-se:

■ Campanha de vacinação – COVID Bivalente, Tétano, Hepatites e Gripe (Influenza)

A Campanha de Vacinação – COVID Bivalente, Tétano, Hepatites e Gripe (Influenza), executada com 100% de progresso em 2025, reforçou o compromisso institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre com a saúde preventiva individual e coletiva no ambiente de trabalho. Ao ofertar um conjunto abrangente de imunizantes essenciais, a iniciativa garantiu 145 doses aplicadas em servidores, ampliando a cobertura vacinal e contribuindo para a redução de riscos epidemiológicos, especialmente em um contexto de contínua vigilância sanitária.



■ Carnaval Seguro

A iniciativa Carnaval Seguro consolidou-se como uma ação preventiva de grande relevância no calendário institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. A atividade promoveu uma passeata ao redor da Sede do Tribunal, mobilizando aproximadamente 193 servidores, em um momento de integração e conscientização sobre cuidados essenciais durante o período festivo. A distribuição de leques e preservativos reforçou a mensagem de proteção, responsabilidade e autocuidado, alinhando-se às diretrizes de promoção da saúde e prevenção de riscos adotadas pela instituição.

■ Execução das ações temáticas de mobilização e conscientização – Qualidade de Vida

A execução das ações temáticas de mobilização e conscientização consolidou, ao longo do ano, uma cultura institucional voltada à qualidade de vida, integrando atividades educativas, preventivas e de cuidado. O calendário abrangeu campanhas de saúde alusivas a diversas cau-

sas, como o combate a doenças crônicas, autoimunes, mentais e diferentes tipos de câncer (Alzheimer, lúpus, leucemia, câncer de mama, próstata, entre outros), oferecendo aos servidores palestras com especialistas, realização de exames laboratoriais, testes rápidos, vacinação e atendimentos multiprofissionais.

Paralelamente às intervenções clínicas, as iniciativas promoveram a inclusão social e o fortalecimento de vínculos, com destaque para a sensibilização sobre o autismo e os direitos da pessoa com deficiência, além do enfrentamento à violência de gênero e ao assédio moral. O cronograma também contemplou momentos de integração e valorização, como as celebrações do Dia das Mães e dinâmicas motivacionais, garantindo o engajamento de servidores da capital e do interior em formatos presenciais e híbridos.

Quadro 07 – Ações Temáticas de Mobilização e Conscientização

Mês / Campanha	Temática	Ações Realizadas	Participação / Atendimentos
Fevereiro Roxo	Alzheimer, lúpus e fibromialgia	Palestras e testes rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C)	63
Fevereiro Laranja	Combate à leucemia	Palestras e testes rápidos	63
Saúde dos Rins	Prevenção renal	Palestra, sensibilização e coleta de sangue (ureia e creatinina)	219
Dia Internacional da Mulher	Prevenção ao assédio moral	Palestra institucional	230
Março Lilás	Combate ao câncer de colo do útero	Testes rápidos, distribuição de preservativos e Papanicolau	38
Março Azul-Marinho	Câncer colorretal	Palestra, glicemia, PA e testes rápidos	74
Abril Azul	Prevenção geral em saúde	Doação de sangue, vacinação, exames e testagens	140
Abril Azul – Justiça e Inclusão	Autismo e Direitos	Ação educativa e inclusiva (ESJUD e Cruzeiro do Sul)	150
Maio Roxo	Doenças inflamatórias intestinais	Palestras e distribuição de laços roxos	110
Dia das Mães	Valorização	Desfile, teatro, coffee break e atendimentos de beleza	650
Agosto – Semana PCIM	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla	Atendimentos médicos, fisioterapia, psicologia e enfermagem	125
Agosto Lilás	Enfrentamento à violência contra a mulher	Laços, doação de sangue, vacinação, PA, glicemia, distribuição de cactos	147

Setembro Amarelo	Prevenção ao suicídio	Brindes criativos, dinâmicas e palestra	133
Outubro Rosa	Prevenção ao câncer de mama	Palestra, laços e agendamentos de exames	319
Novembro Azul	Saúde do homem	Palestra, brindes, coffee break e transmissão às comarcas	131
Total global			2.592

Fonte: COBES/TJAC, 2025.

Programa Balança Saudável – Boas Práticas Alimentares

O Programa Balança Saudável – Boas Práticas Alimentares consolidou-se como uma das principais ações de promoção da saúde e do bem-estar dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Com 436 atendimentos nutricionais realizados até novembro de 2025, o programa ofertou orientações individualizadas, incentivo à adoção de hábitos alimentares equilibrados e acompanhamento especializado, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida, prevenção de doenças e fortalecimento de uma cultura institucional voltada para práticas saudáveis.

Saúde Itinerante

A iniciativa de Saúde Itinerante avançou de maneira robusta ao longo do exercício de 2025, com ações voltadas à promoção da saúde integral dos servidores lotados nas Comarcas do interior do Estado. A ação conta com acompanhamento de dados clínicos e com atendimento multiprofissional composto por equipes médica, psicológica, odontológica, fisioterapêutica, nutricionista e de enfermagem, além da oferta de vacinação, testes rápidos e aferição de pressão arterial. As ações alcançaram servidores de praticamente todas as regiões do Estado, fortalecendo o cuidado, a prevenção de doenças e a inclusão em saúde no âmbito do Poder Judiciário, conforme quadro abaixo.

Quadro 08 - Atendimentos por Município - Saúde Itinerante

Município	Total de Atendimentos
Acrelândia	109
Assis Brasil	118
Brasiléia	206
Capixaba	85
Cruzeiro do Sul	914

Epitaciolândia	148
Feijó	198
Mâncio Lima	175
Manoel Urbano	99
Marechal Thaumaturgo	55
Plácido de Castro	155
Porto Acre	78
Porto Walter	70
Rodrigues Alves	113
Sena Madureira	271
Senador Guimard	225
Tarauacá	268
Xapuri	186
Programa Saúde Mental (todos os municípios)	655
Total global	4.128

Fonte: COBES/TJAC, 2025.

Trabalho Seguro, Vida Saudável – Práticas Laborais

Executada integralmente em 2025, a iniciativa beneficiou 548 servidores por meio de atividades físicas e terapêuticas focadas na prevenção de lesões ocupacionais e na redução de tensões musculares; a ação reafirmou o compromisso institucional com a saúde ocupacional, promovendo o bem-estar físico e mental e incentivando hábitos saudáveis na rotina de trabalho.

Saúde mental de servidores e magistrados

A execução do Programa de Assistência à Saúde Mental do Poder Judiciário do Estado do Acre, instituído pela Resolução nº 336/2025, deverá consolidar uma política institucional permanente de cuidado, acolhimento e valorização das pessoas. Espera-se a redução dos casos de adoecimento psíquico e dos afastamentos por motivos psicológicos, bem como a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida no trabalho.

As ações de promoção e prevenção, como rodas de conversa, oficinas de relaxamento, campanhas de autocuidado e implantação de espaços de desconpressão, fortalecem o engajamento, o pertencimento e a satisfação dos servidores, contribuindo para um ambiente mais saudável, inclusivo e colaborativo.



O programa deverá gerar melhorias contínuas nos indicadores institucionais de saúde mental, assegurando sustentabilidade e monitoramento permanente.

O Tribunal promoveu ações voltadas à qualidade de vida e à prevenção em saúde, com destaque para a realização de campanhas educativas de enfrentamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas, por meio de passeata e ações de sensibilização que alcançaram 236 participantes; a execução do projeto “Sorriso Feliz”, campanha de saúde bucal que atendeu 105 pessoas com entrega de kits odontológicos e realização de palestras sobre cuidados com a higiene bucal; e a manutenção da “Feira Verde Viva”, feira semanal de produtos orgânicos realizada no átrio do Tribunal de Justiça, que registrou 500 atendimentos, incentivando hábitos alimentares mais saudáveis entre magistrados, servidores e demais frequentadores.

3.3.3. Formação, Inovação Educacional e Fortalecimento das Competências Institucionais

Ao longo de 2025, a Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre (ESJUD) consolidou-se como um dos principais vetores de qualificação profissional do Tribunal de Justiça, fortalecendo competências essenciais para magistrados, servidores, colaboradores e demais atores do sistema de justiça. O conjunto de formações, eventos e iniciativas educacionais demonstram a maturidade pedagógica da instituição e seu alinhamento às diretrizes do Plano Estratégico Institucional, especialmente no que se refere ao aprimoramento das práticas jurisdicionais, à formação continuada e aos compromissos da Agenda 2030.

Os dados apresentados a seguir evidenciam a expressiva atuação instrucional, com impactos diretos na melhoria da prestação jurisdicional, na modernização institucional e no desenvolvimento humano no âmbito do Judiciário acreano.

Para além do Plano de Capacitação, foram credenciados 5 cursos na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM) para fins de vitaliciamento e promoção de magistrados, totalizando 144h, fortalecendo a política educacional e instrucional do TJAC no desenvolvimento das competências de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, quais sejam:

- ♦ Saber sem Fronteiras - 2025: Liderança Estratégica na Gestão de Equipes;
- ♦ Memória, Inquirição e Avaliação da Credibilidade do Testemunho em Neurodivergentes;
- ♦ Judicialização da saúde Pública e Suplementar: o novo cenário após as Súmulas Vinculantes 60 e 61 do STF;
- ♦ Aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero para Garantia de Acesso à Justiça;
- ♦ Depoimento Especial com o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense.

No âmbito da formação inicial e continuada, foram ofertados um conjunto expressivo de cursos destinados a diversos públicos: magistrados, servidores, conciliadores, juízes leigos, estagiários, delegatários e teletrabalhadores, garantindo capacitações adequadas às necessidades específicas de cada segmento.

Entre as ações destaques esteve a formação em Linguagem Simples, realizada tanto em Rio Branco quanto em Cruzeiro do Sul, reforçando o compromisso institucional com a comunicação clara e a linguagem cidadã. Outro marco importante foi a capacitação estadual voltada à implantação do sistema processual eletrônico eproc, para a qual a ESJUD ofertou 24 formações, atingindo o expressivo número de 2.481 participantes em todas as regiões do estado. Essa atuação foi determinante para viabilizar a transição tecnológica do Tribunal, assegurando que magistrados e servidores estivessem adequadamente preparados para utilização do novo sistema.

A Escola também desempenhou papel central na promoção de eventos acadêmicos e formativos de alta relevância. Em 2025, foram realizados o II Encontro Estadual Pop Rua Jud Acre, o Seminário de Política Judiciária Antimanicomial, o 1º Encontro de Justiça Restaurativa do Estado do Acre, o Seminário Justiça e Saúde Mental, o II Congresso Jurídico do Juruá e o 1º Congresso Ibero-Americano de Tomada de Decisão. Esses eventos contribuíram para ampliar o debate jurídico, fortalecer a pesquisa aplicada, difundir boas práticas e promover a formação especializada em temas sensíveis à atuação jurisdicional e administrativa.

As formações especializadas constituíram outro eixo relevante da política educacional do Tribunal. A formação de facilitadores em Justiça Restaurativa foi realizada em diversas localidades como Rio Branco, Brasília, Epitaciolândia, Assis Brasil, Cruzeiro do Sul, Tarauacá Feijó e Sena Madureira. Os cursos voltados à formação de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica foram conduzidos em Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco, além de vagas abertas para participantes de todo o Estado.

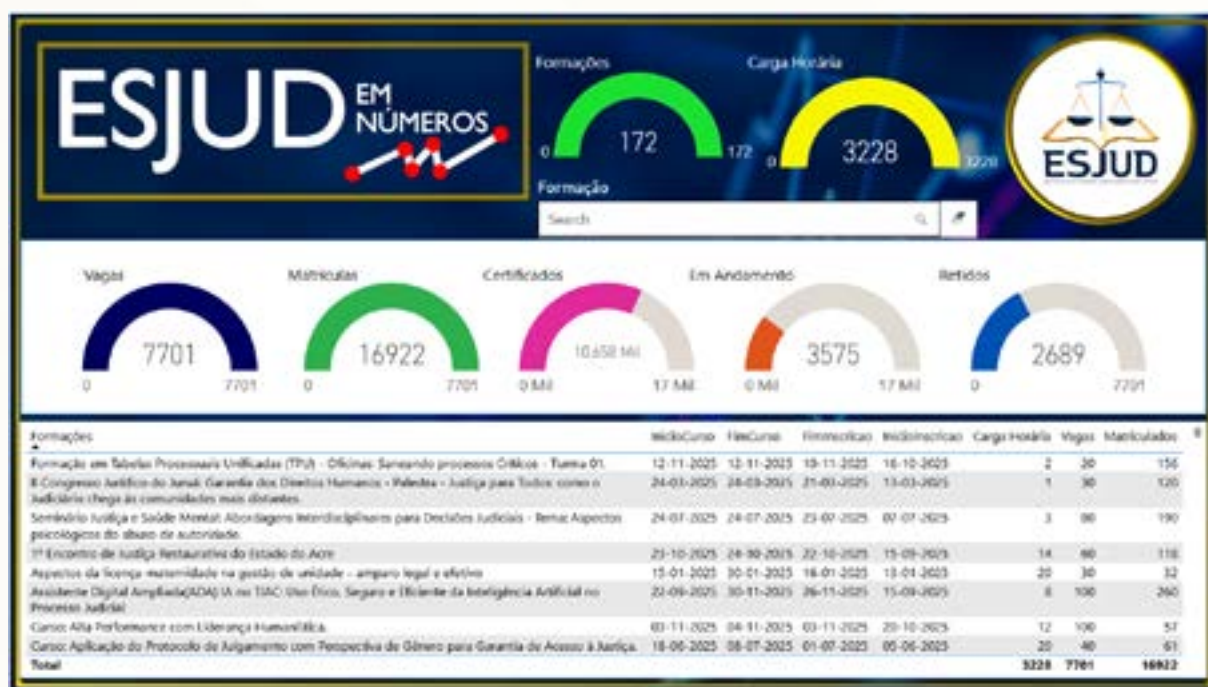
O Curso de Laboratoristas, concluído integralmente, representou um marco na formação de agentes de inovação no ecossistema de justiça acreano. Ao capacitar 28 participantes de cinco instituições parceiras (TRE-AC, MPAC, PGE-AC, DPE-AC e TCE-AC), o programa lançou as bases de uma rede interinstitucional de laboratoristas, preparados para aplicar metodologias ágeis, redesenhar processos e propor soluções criativas para problemas complexos. Trata-se de um investimento estruturante em capital humano, com potencial de irradiar práticas inovadoras para diferentes órgãos e unidades, dentro e fora do Tribunal de Justiça. Por fim, as iniciativas

relacionadas à Saúde Mental de Servidores e Magistrados reforça a compreensão de que a gestão de pessoas no TJAC vai além da capacitação técnica, alcançando a dimensão do cuidado, da escuta e da qualidade de vida no trabalho.

Os indicadores consolidados de 2025 demonstram a dimensão e a robustez da atuação educacional. Foram ofertadas 16.922 matrículas ao longo do ano, distribuídas em 172 formações, que totalizaram 3.228 horas de capacitação. Mais de 270 formadores participaram das atividades da Escola, e os resultados passaram a ser monitorados por meio de plataforma gerencial em Power BI, reforçando transparência, rastreabilidade e qualidade na gestão dos dados educacionais, conforme

Figura abaixo.

Figura 9 - Gestão dos Dados Educacionais



Fonte: ESJUD/TJAC, 2025.

O ano marcou o encerramento de uma iniciativa histórica para o Tribunal: o Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, executado em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). O programa ampliou a capacidade científica e analítica dos participantes, fomentando a produção de conhecimento jurídico aplicado e fortalecendo a formação acadêmica de magistrados e servidores.

Os resultados gerais evidenciam que 2025 foi um ano de avanços significativos. A combinação entre grande volume de formações, ampliação de públicos atendidos, inovação metodológica, credenciamentos nacionais e integração tecnológica reafirma o papel da Escola como vetor essencial para o aperfeiçoamento institucional e para a entrega de uma justiça mais qualificada, humanizada e alinhada às necessidades da sociedade acreana.

3. 4. Eixo 4 – Gestão Organizacional

3. 4. 1. Modelo de Excelência em Gestão (MEG)

Implantação do Modelo de Excelência em Gestão (MEG) no Tribunal de Justiça do Estado do Acre

O ano de 2025 marcou uma das transformações administrativas mais significativas da história recente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, com a implantação do Modelo de Excelência em Gestão (MEG), seguido pela reestruturação organizacional das unidades administrativas da segunda instância. A iniciativa segue diretrizes dos modelos de gestão moderna, alinhados a padrões de excelência, profissionalização da força de trabalho, eficiência administrativa e melhoria contínua dos serviços prestados ao jurisdicionado.

O processo de reformulação teve início com a instituição de um grupo de trabalho designado pela Presidência, encarregado de estudar e propor ajustes estruturais abrangentes para o segundo grau do PJAC. Ao longo de aproximadamente um ano, o grupo conduziu estudos técnicos detalhados, avaliou fluxos administrativos, mapeou atribuições e redesenhou processos.



Os resultados do estudo foram apresentados à presidência em fevereiro de 2025. Nessa ocasião, destacou-se que uma das principais diretrizes da proposta é a permanência das ações e decisões estratégicas diretamente sob a Presidência, enquanto as áreas táticas e operacionais seriam reorganizadas no âmbito da Secretaria-Geral, com definição clara das atribuições das secretarias subsequentes.

A reestruturação administrativa constitui-se na primeira frente de avanços do MEG, seguida pela necessária profissionalização do corpo técnico, com incentivo à capacitação, desenvolvi-

mento de novas competências e especialização contínua, com destaque especial a jornada de formação de lideranças por meio do programa Programa “Amaná Key” – voltado ao desenvolvimento de competências em liderança, gestão estratégica e transformação institucional, e por fim com a criação de espaços laborais modernos e adequados à criação de soluções inovadoras, atividades colaborativas e prestação de serviços especializados.

Essas mudanças convergem para o Modelo de Excelência em Gestão Organizacional, inspirada em boas práticas de administração pública e governança. Logo, a adoção do MEG no TJAC, portanto, não apenas racionaliza processos internos, mas também assegura maior alinhamento institucional às diretrizes de eficiência e inovação.

O processo de reformulação administrativa foi consolidado com a publicação da Resolução nº 331/2025, aprovada pelo Tribunal Pleno Administrativo durante a 13ª Sessão Extraordinária, realizada em 10 de abril, e posteriormente homologada pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Lei Complementar nº 492/2025.

A implantação do MEG representa uma mudança responsável, construída com diálogo e respeito à história administrativa do Tribunal. Em discurso proferido, o Presidente do TJAC destacou que a nova estrutura se trata de “uma transformação que não rompe com o que já foi consolidado, mas reorganiza e aperfeiçoa o existente, visando oferecer uma justiça mais ágil, eficiente e humana”. A modernização realizada é fruto de esforço coletivo e demonstra o alinhamento à missão institucional de prestar jurisdição célere, de qualidade e acessível à população acreana.

A implementação da nova estrutura organizacional² teve início em 1º de junho de 2025, com expectativa de que produza impactos diretos na melhoria da gestão administrativa e no desempenho jurisdicional. Entre os benefícios esperados, destacam-se maior clareza das responsabilidades das unidades administrativas, fortalecimento do planejamento estratégico, ampliação da capacidade de resposta às demandas internas, maior integração entre setores e transparência no uso dos recursos públicos.

A adoção do MEG e da nova estrutura organizacional constitui, portanto, marco relevante no processo de modernização e fortalecimento institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. A iniciativa reafirma o compromisso do TJAC com os valores da administração pública contemporânea, como eficiência, transparência, profissionalização, inovação e foco no cidadão, consolidando bases sólidas para a evolução contínua da gestão e da prestação jurisdicional no estado.

3. 4. 2. Governança Institucional

O sistema de governança institucional integra processos de liderança, estratégia e controle institucional, com o objetivo de garantir a transparência, a ética, a responsabilidade e o desempenho eficaz. Para tanto desenvolve e implementa a gestão de riscos, processos e sustentabilidade (ambiental, econômica e social: acessibilidade, inclusão e equidade), monitoramento

² <https://www.tjac.jus.br/adm/organograma/>

de dados, coordenação de projetos, convênios e parcerias, consolidando uma estrutura de governança madura e alinhada às diretrizes institucionais.

As principais ações executadas no âmbito da governança e gestão estratégica durante o período estão organizadas em macroeixos que refletem a amplitude e a profundidade das atividades.

Planejamento Institucional

A execução do planejamento estratégico do TJAC foi fortalecida, especialmente na execução das etapas de elaboração e gestão de projetos, convênios e termos de cooperação, monitoramento dos indicadores estratégicos, reuniões de alinhamento estratégico e monitoramento dos Planos Operacionais das unidades administrativas.

A incorporação gradual do uso de metodologias ágeis, tem promovido maior colaboração, redução de ciclos de entrega e foco contínuo em melhorias incrementais.

Em 2025, também, realizou-se a revisão do Planejamento Estratégico 2021–2026, fortalecendo a adequação das metas e objetivos às novas demandas institucionais.

■ Revisão dos Objetivos, Indicadores e Metas do Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026

O Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia (COGPE), sob a presidência do desembargador Laudivon Nogueira, deliberou sobre ajustes nos objetivos, indicadores e metas do Planejamento Estratégico 2021–2026.

Entre os principais encaminhamentos, o Comitê aprovou a inclusão de um novo objetivo estratégico na perspectiva da sociedade, orientado a **assegurar o acesso à justiça por meio da inclusão e acessibilidade digital universal**. Esse destaque reforça a prioridade institucional em alinhar-se às diretrizes de Justiça 4.0 e às normativas de acessibilidade digital. Paralelamente, foi aprovada a exclusão do objetivo relativo à estratégia pós-pandemia, visto que já cumprido no ciclo vigente.

No tocante aos indicadores, foram deliberadas mudanças estruturantes. O Índice de Acesso à Justiça (IAG) foi excluído, já que foi descontinuado pelo CNJ. A meta da Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário foi ajustada para “*ter, no mínimo, 50% das respostas avaliando os serviços como ótimo e/ou bom*”, tornando a métrica mais coerente com a realidade metodológica da pesquisa. Outro indicador revisado foi o Índice de Transparência, cuja meta passou a exigir no mínimo 95% de avaliação no ranking nacional, ajustando-se aos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade.

Foram debatidos e aprovados ajustes nos indicadores de desempenho jurisdicional. A meta do IPC-Jus foi redefinida para “*alcançar pontuação igual ou maior que 70%*”, após análise de que o patamar anterior (95%) era incompatível com a realidade operacional do tribunal. Também foi modificada a meta da Taxa de Congestionamento Líquido Global (TCL), que passou a exigir redução anual de dois pontos percentuais, em alinhamento à política nacional de qualidade. Em outra deliberação, decidiu-se pela substituição do indicador de Tempo Médio entre Trânsito

em Julgado e Sentença de Mérito, criando-se o indicador Tempo Médio de Pendente Líquido, com meta de 500 dias.

O Comitê também analisou a pertinência dos indicadores relacionados à governança e tecnologia, aprovando a nova meta do Índice de Governança de TIC (iGovTIC-Jud), estabelecendo-se o compromisso institucional de *alcançar ou manter o nível de excelência*.

Entre as inclusões aprovadas, destaque para o Índice de Conformidade em Acessibilidade Digital, com meta de atingir 85% de conformidade até o final de 2026, seguindo a Resolução CNJ nº 401/2022. Ainda no campo da acessibilidade, foi instituído o Índice de Satisfação de Usuários com Deficiência, com meta de nota média mínima de 8,5 em pesquisas anuais.

Captação e Gestão de Recursos de convênios

A gestão de convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) foi pautada por monitoramento rigoroso, análises técnicas e elaboração de projetos estruturados e articulados com órgãos concedentes e parceiros externos, garantindo a conformidade técnica e o alinhamento aos objetivos organizacionais.

Nesse contexto, estão sendo administrados 13 (treze) convênios federais ativos, representando um volume total aprovado de R\$ 13.793.096,94 em repasses da união e R\$ 597.311,91 de contrapartida institucional. Até o final deste exercício, foram recebidos R\$ 12.247.868,22, com execução financeira acumulada de R\$ 9.969.569,67, correspondendo a aproximadamente 78% do valor repassado.

Além dos convênios federais, o TJAC manteve a gestão de 2 (dois) convênios estaduais, totalizando R\$ 730.000,00 em repasses e R\$ 20.104,86 de contrapartida. A execução financeira alcançou R\$ 573.916,20, com desempenho regular e compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados, demonstrando equilíbrio e controle institucional nas parcerias firmadas com o Governo do Estado do Acre.

No tocante ao ingresso de recursos, em 2025 foram assegurados novos investimentos, face à alocação de emendas parlamentares para financiamento de projetos sociais desenvolvidos pelo PJAC, a saber:

- ♦ R\$ 500.000,00 – Emenda Parlamentar destinada ao Projeto Radioativo;
- ♦ R\$ 123.762,00 – Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas, voltado à implementação de práticas restaurativas no âmbito educacional.

Quadro 08 - Indicadores de Desempenho

Indicador	Resultado
Número de convênios federais geridos	13
Valor total executado – federais	R\$ 9.969.569,67

Número de convênios estaduais	2
Valor total executado – estaduais	R\$ 573.916,20
Recursos captados no ano	R\$ 623.762,00
Projetos estruturantes elaborados	1
Taxa de execução dos repasses federais	~ 78%

Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Gestão de Riscos Institucionais

Implementação do Plano de Ação de Gestão de Riscos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC). As ações executadas seguiram as diretrizes da Resolução nº 268/2022, do Manual de Procedimentos de Gestão de Riscos, da Resolução nº 331/2025, e da metodologia preconizada pela ABNT NBR ISO 31000:2018.

O Plano de Ação de Gestão de Riscos teve como objetivo estruturar e expandir o Sistema de Gestão de Riscos no âmbito do TJAC, promovendo a integração da metodologia aos processos de trabalho, ao planejamento estratégico e à cultura organizacional, de modo a fortalecer a governança institucional.

Ações Realizadas:

- ♦ Preparação e Estruturação;
- ♦ Capacitação inicial em Gestão de Riscos, envolvendo subsecretários, coordenadores e chefes de divisão, com a participação de 30 (trinta) servidores, no período de 31/07/2025 e 01/08/2025;



- ♦ Tratativas para obtenção do sistema UAIRisk, software de apoio à Gestão de Riscos desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG). Por meio de benchmarking realizado com o órgão, foi possível determinar a sua aderência às necessidades deste Tribunal.

Implementação do projeto-piloto de mapeamento de riscos

Seleção de processos-piloto em cada Subsecretaria, Coordenadoria e Divisão participante da capacitação inicial em Gestão de Riscos e realização de *workshops* de identificação e avaliação de riscos, com uso de ferramentas como análise SWOT e mapeamento de riscos (com aplicação completa da metodologia da Resolução nº 268/2022, com elaboração dos anexos I a V (Escopo, Identificação, Análise e Avaliação de Riscos).



Com essa iniciativa, 23 (vinte e três) processos de trabalho foram mapeados, com os respectivos mapas de riscos validados pelas unidades responsáveis.

Tratamento e Monitoramento dos Riscos

Elaboração de Planos de Tratamento (5W2H) para riscos classificados como altos ou extremos, culminando com 3 (três) planos de ação elaborados e validados.

Quadro 09 - Planos de Tratamento (5W2H) para riscos

Unidade	Data do mapeamento	Processo de Trabalho
INOVA	11/09/2025	Desenvolvimento de Projetos de Inovação
SUCOI	19/11/2025	Treinamento dos servidores em arquivamento do acervo da comunicação do TJAC
SUGED	15/10/2025	Contratação de Estagiários no âmbito do Poder Judiciário Acreano.

Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Implementação e Disseminação da Política de Gestão de Riscos para toda a Administração e Alta Gestão do TJAC

Palestra Magna em Gestão de Riscos, tendo como público-alvo toda a Administração, com transmissão simultânea para as Comarcas do interior, resultando em 242 (duzentos e quarenta e dois) servidores alcançados pela palestra.



Segunda capacitação em Gestão de Riscos

A segunda capacitação em gestão de riscos teve como público alvo a Alta Gestão, envolvendo Magistrados, Secretários e Assessores: 1 (um) magistrado e 34 (trinta e quatro) servidores, com total de 35 (trinta e cinco) capacitados.



Quadro 10 - Resultados e Indicadores de Desempenho

Indicador	Meta 2025	Resultado	Percentual de Cumprimento
Servidores com noções de GR	125	138	110,4%
Servidores capacitados	60	64	106,7%
Processos-piloto mapeados	21	23	110%
Ações de tratamento de riscos elaboradas	7	3	43%
Boletins informativos publicados	1	0	0%
Mapa institucional consolidado	1	0	0%

Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

As ações realizadas foram cruciais para estruturação e implementação da metodologia de gerenciamento de riscos do TJAC, garantindo a padronização e o alinhamento com as melhores práticas de governança.

Como resultado direto do trabalho de gestão de riscos, o TJAC estabeleceu uma metodologia padronizada, assegurando que a identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos sejam conduzidos de forma sistêmica e contínua em toda a instituição. Essa padronização é vital para a proteção do patrimônio, o aprimoramento da prestação jurisdicional e o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.

Gestão de Processos Organizacionais e transparência pública

As atividades realizadas ao longo do exercício de 2025 estão em conformidade com a Resolução CNJ nº 331/2025, que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão por Processos no âmbito do Poder Judiciário.

As ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento da governança institucional, melhoria contínua dos processos de trabalho, padronização de fluxos, ampliação da transparência pública e atendimento às diretrizes do CNJ, ATRICON e demais órgãos de controle.

O plano de ação para implementação da gestão de processos organizacionais e transparência pública teve como objetivo estruturar, organizar e consolidar as ações com foco no aprimoramento da gestão por processos, na eficiência administrativa e no fortalecimento da transparência ativa, por meio das seguintes ações:

- ◆ Mapear, validar e padronizar processos de trabalho estratégicos do TJAC;
- ◆ Promover melhorias contínuas na gestão administrativa e judicial;
- ◆ Garantir a conformidade com as normas e diretrizes nacionais de transparência;
- ◆ Assegurar integridade, navegabilidade e atualização das informações disponibilizadas ao público;

- ◆ Revisões e atualizações normativas;
- ◆ Capacitações Institucionais Estratégicas;
- ◆ Visita Institucional ao Tribunal de Justiça de Roraima – TJRR.

Mapeamento dos processos de trabalho e modelagem de fluxogramas

As ações contemplaram áreas estratégicas da administração superior, unidades finalísticas e setores de apoio, resultando na padronização de procedimentos, na melhoria da eficiência operacional e no alinhamento das rotinas às melhores práticas de gestão pública.



No total, foram modelados processos essenciais das áreas de aquisições e contratações, gestão orçamentária e financeira, planejamento estratégico, acolhimento institucional, cadastro eletrônico e gestão judicial do primeiro grau, conforme sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 11 - Mapeamento dos processos de trabalho e modelagem de fluxogramas

Área / Unidade	Descrição dos Processos Modelados	Quantidade
SELGA – Gestão de Aquisições e Contratações	Processos referentes ao fluxo de compras, contratações e gestão administrativa	15 processos modelados
SEGOF – Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Processos de execução orçamentária, financeira e contábil	8 processos modelados
SEGOV – Gestão Estratégica Institucional	Processos relativos ao planejamento, monitoramento e avaliação estratégica	11 processos modelados
CEAVI – Acolhimento	CEAVI – Fluxo de Acolhimento	1 processo modelado
CPTEC – Cadastro Eletrônico	Processos ligados ao cadastro e atualização eletrônica	2 processos modelados
CEJUSC – Gestão Judicial do 1º Grau	CEJUSC – Saúde/Medicamentos; Trânsito; Endividados; Saúde; Fluxo Geral	5 processos modelados

Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Conformidade e Prestação de Contas (Portal da Transparência)

Atualização e Sustentação do Portal da Transparência: Realização de manutenção e alimentação contínua do portal institucional, assegurando a publicidade proativa de dados conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011) e a Resolução CNJ nº 260/2018 (que instituiu o Ranking da Transparência do Poder Judiciário), promovendo:

- ◆ Reuniões intersetoriais periódicas;
- ◆ Implementação de rotinas de verificação e validação diária de requisitos;
- ◆ Processamento e submissão dos dados obrigatórios, segmentados nos dez temas exigidos pelo Ranking;
- ◆ Mobilização interna e organização de informações para atender aos critérios de avaliação do Prêmio CNJ e do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP - 2025;
- ◆ Participação de reunião e treinamento do Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP.

O alinhamento às diretrizes nacionais, especialmente as previstas na Resolução CNJ nº 260/2018 e nos requisitos do PNTP/ATRICON, bem como a observância especialmente às previstas na Resolução nº 331/2025 deste Tribunal, demonstra o compromisso contínuo do TJAC com a modernização administrativa, eficiência operacional e prestação de informações íntegras e acessíveis à sociedade.

Gestão de Dados, Inteligência Estratégica e Painéis BI

As atividades executadas na área de gestão de dados durante o exercício de 2025 representam um marco histórico na consolidação do modelo de gestão de dados, governança da informação e inteligência estratégica aplicada ao contexto judiciário.

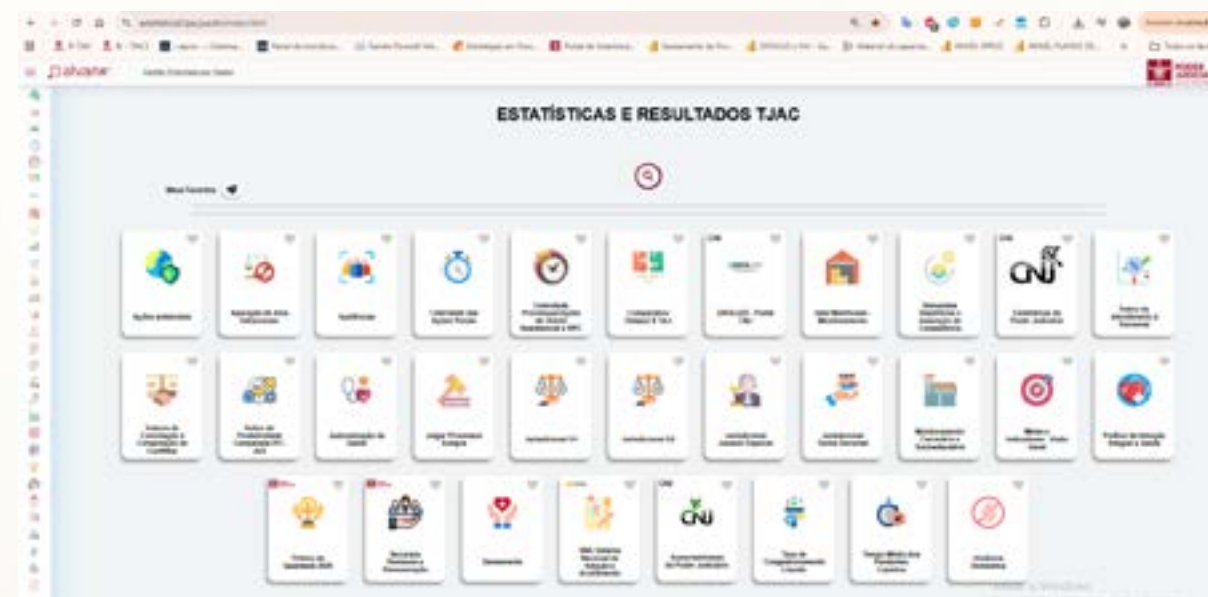
Em estreita articulação com as diversas unidades jurisdicionais e administrativas, o TJAC desenvolveu um portfólio de projetos estruturantes que contribuíram sobremaneira para a melhoria das atividades meio e atividades finalísticas desta Corte de Justiça, a saber:

- ◆ Implementação da Plataforma Integrada de Inteligência e Análise de Dados - Painéis de Business Intelligence (BI).
- ◆ Implantação do data warehouse (DW) jurisdicional;
- ◆ Execução do Programa de Capacitação Permanente em Tabelas Processuais Unificadas com 506 participantes, garantindo a padronização e qualidade dos dados.
- ◆ Adoção de metodologias ágeis e inovadoras na gestão do Prêmio de Qualidade CNJ e das Metas Nacionais, elevando o desempenho e a excelência.

No tocante ao Programa de capacitação em TPU marca o início de um processo de produção qualificada de informações nos sistema judiciais, abrangendo usuários da ponta e equipe de Negócio e de TI do TJAC.



Figura 12 - Painel Principal da Plataforma de Dados do TJAC



A Plataforma Integrada de Inteligência e Análise de Dados contempla um conjunto de painéis com estatísticas processuais, produtividade de unidades e conformidade a metas nacionais, sendo diretamente acessíveis através do endereço <https://estatistica.tjac.jus.br/index.html>. A referida Plataforma foi lançada pela Presidência.



A implementação desta série de painéis cria um ambiente de governança orientado por dados e reforça o compromisso do TJAC com a publicidade e transparência, permitindo que magistrados, servidores, partes interessadas e sociedade em geral acessem tais informações.

Gestão da Memória e Arquivo

No tocante a preservação, organização, difusão e gestão do patrimônio documental, cultural e histórico da instituição, foram implementadas iniciativas estratégicas relacionadas à digitalização de acervos, institucionalização dos centros culturais, planejamento estrutural para o Arquivo Geral e manutenção patrimonial dos espaços culturais e históricos do TJAC.

Essas iniciativas, visam promover melhores condições de acessibilidade, inserção e massificação do acervo de memória do PJAC na cultura local e acesso a toda a comunidade.

Quadro 12 - Indicadores e Resultados Culturais (2025)

Indicador	Resultado
Visitantes – Palácio da Justiça	1.000 visitantes
Visitantes – Centro Cultural do Juruá	2.030 visitantes

Eventos no Centro Cultural do Juruá	48
Eventos no Auditório do Palácio da Justiça	74
Exposições temporárias/circulantes	5
Parcerias culturais e sociais	1
Objetos históricos catalogados no Palácio da Justiça	88
Projeto “Memória Digital e Acessível” (Palácio da Justiça, Centro Cultural do Juruá e ESJUD) submetido para aprovação	1

Fonte: COGMA/TJAC, 2025.

Governança Orçamentária e Financeira

Ao longo do exercício de 2025, o Poder Judiciário do Estado do Acre atuou de forma decisiva no fortalecimento dos processos orçamentários, financeiros e de arrecadação. As ações executadas buscaram elevar a autonomia financeira do Tribunal, modernizar sistemas internos, aprimorar mecanismos de controle, padronizar rotinas essenciais e consolidar práticas de governança alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026.

As iniciativas desenvolvidas promovem eficiência, conformidade normativa, inteligência administrativa e melhoria contínua da gestão fiscal e contábil do PJAC. O conjunto de entregas apresentado neste relatório evidencia um movimento consistente de inovação e qualificação dos fluxos que sustentam a execução orçamentária e financeira do Tribunal.

A seguir, são descritas as iniciativas desenvolvidas em 2025, com destaque para os resultados alcançados e o status de implementação. Para garantir clareza e padronização, as informações são apresentadas por meio de texto analítico e tabelas-síntese, facilitando a leitura, acompanhamento e tomada de decisões.

Quadro 13 - Geral das Iniciativas de governança orçamentária e financeira

Iniciativa	Descrição Sintética	Status
Elaboração da LOA – Orçamentária 2026	Atualização da proposta orçamentária, ajustes intersetoriais, consolidação de cenários fiscais	Concluída
Execução do PAFO – Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária	Ações voltadas à ampliação da autonomia financeira do PJAC	50%
Política de Gestão de Pagamentos	Revisão e padronização dos fluxos de pagamentos	Concluída
Automação do Módulo de Diárias do GRP	Modernização digital e automação de processos	Concluída

Estudo Técnico – Taxas Judiciárias e Emolumentos	Análise jurídica, normativa e financeira	60%
Mecanismo de Remuneração de Depósitos Judiciais	Criação de mecanismos normativos e operacionais	100%
Banco de Dados de Depósitos Judiciais	Estruturação de base integrada e rastreável	40%
Automação SiSOMA+	Automação integrada do controle de contas a receber	50%
Estudo de Recebimento de Taxas – Interior	Diagnóstico e padronização de fluxos	25%
Normatização para Priorizar Pagamentos	Ato normativo para priorização de receitas próprias	70%
Ato Normativo – Art. 28 da Lei 1.422/2001	Adequação e modernização legal	70%

Fonte: SEGOF/TJAC, 2025.

A elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2026 foi concluída com rigor técnico, incorporando análises fiscais, projeções econômicas e priorização de despesas, resultando em um instrumento orçamentário alinhado ao planejamento institucional e à sustentabilidade fiscal do exercício subsequente.

No âmbito do Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária – PAFO, foram alcançados 50% de execução, com foco na revisão das receitas próprias, modernização dos fluxos de arrecadação e aprimoramento do controle de emolumentos. A Política de Gestão de Pagamentos consolidou diretrizes normativas destinadas a ampliar a eficiência, a rastreabilidade e a padronização dos fluxos de pagamentos.

No campo da arrecadação, o Estudo Técnico das Taxas Judiciárias e Emolumentos alcançou 60% de execução, oferecendo diagnóstico normativo e financeiro para subsidiar decisões estratégicas.

Dentre as iniciativas concluídas, destaca-se a criação do Mecanismo de Remuneração sobre Depósitos Judiciais, que assegura rentabilidade às receitas vinculadas e reforça a governança financeira do Tribunal. Complementarmente, avança a criação do Banco de Dados de Depósitos Judiciais (40%), que permitirá rastreamento, auditoria e análises gerenciais mais robustas.

A automação do SiSOMA+, com 50% de execução, avança na integração entre sistemas e bancos, com o objetivo de eliminar controles manuais e gerar painéis gerenciais para acompanhamento de receitas em tempo real.

No interior do Estado, o Estudo sobre Recebimento de Taxas Judiciais já alcança 25% de execução, visando padronizar procedimentos e reduzir assimetrias regionais. As iniciativas normativas incluem o avanço na Normatização para Priorizar o Pagamento de Taxas Judiciais (70%), que estabelece parâmetros para o recolhimento tempestivo das receitas, bem como a modernização do ato normativo referente ao Art. 28 da Lei nº 1.422/2001 (70%), visando maior coerência legal e segurança jurídica.

Sustentabilidade socioambiental

Ao longo do ano de 2025, o PJAC consolidou importantes avanços na política de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, contribuindo para o fortalecimento da governança socioambiental e para o alinhamento institucional às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e da Agenda 2030 da ONU. As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano demonstram o comprometimento da instituição não só com a mitigação dos impactos ambientais, a promoção da educação ecológica e a incorporação de práticas sustentáveis às rotinas administrativas e operacionais, mas também com a garantia da acessibilidade plena e com a promoção de um ambiente de trabalho e atendimento efetivamente inclusivo para todos os servidores, servidoras, magistrados, magistradas e jurisdicionados.

A primeira iniciativa estratégica desenvolvida trata-se do Plano de Descarbonização do Poder Judiciário (Carbono Zero), que constitui marco fundamental na transição ecológica institucional. As etapas concluídas incluíram a capacitação de servidores na temática das emissões de gases de efeito estufa, com formação nos conceitos de inventário e na metodologia do GHG Protocol.

Também foi elaborado o Plano de Descarbonização e executado integralmente o inventário de emissões de GEE, o qual foi devidamente registrado em plataforma pública, garantindo transparência e aderência aos requisitos nacionais de reporte ambiental. O resultado desse conjunto de ações estabelece bases sólidas para a redução gradativa das emissões e orienta futuras práticas de neutralização de carbono no âmbito do Tribunal.

A segunda iniciativa, Programa Plantando o Futuro, constitui-se como iniciativa estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), orientada pelas diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021, que institui a Política de Sustentabilidade, e da Resolução CNJ nº 594/2024, que estabelece o Programa Justiça Carbono Zero, o planejamento estratégico institucional e também ao Plano de Logística Sustentável – PLS 2025-2026, instrumento que organiza e direciona as ações do Judiciário acreano em matéria de sustentabilidade.



A proposta surge como resposta às exigências contemporâneas de enfrentamento às mudanças climáticas, que impõem aos órgãos públicos a adoção de práticas responsáveis e inovadoras de gestão. O Programa agrega o conjunto de práticas/ações institucionais de sustentabilidade do TJAC em sintonia com as metas nacionais de descarbonização, garantindo mais eficiência ambiental e fortalecendo a responsabilidade socioambiental como valor organizacional.

Como objetivo principal, o programa busca alcançar a neutralidade de carbono do TJAC até 2030, por meio de ações integradas de reflorestamento, eficiência energética, mobilidade sustentável, redução de insumos e compensação ambiental. Especificamente, prevê:

- ◆ Reflorestar áreas urbanas e institucionais com espécies nativas de alto potencial de sequestro de carbono;
- ◆ Substituir progressivamente a frota de veículos por modelos elétricos ou híbridos;
- ◆ Elaborar inventários anuais de emissões de GEE, abrangendo escopos 1, 2 e 3, conforme GHG Protocol;
- ◆ Eliminar o consumo de papel por meio da transformação digital e uso de insumos sustentáveis;
- ◆ Implantar sistemas fotovoltaicos e ampliar a participação da energia solar na matriz energética do TJAC.

Quadro 14 - Plano de Ação do Programa Plantando o Futuro

O quê	Por quê	Onde	Quando	Status
1. Elaboração do projeto técnico para cumprimento da meta de 15 mil árvores plantadas (2025 a 2030)	Atender à Res. CNJ nº 594/2024 (Programa Justiça Carbono Zero) e Res. nº 400/2021, alinhando o TJAC ao Plano de Descarbonização 2025. Promover governança ambiental e fortalecer a imagem institucional.	Sede do TJAC (Alameda Des. Jorge Arakem, BR-364), 22 Comarcas e áreas públicas autorizadas pelo DNIT e Prefeituras.	Jan–Set/2025	Concluído
2. Evento de lançamento do Projeto Plantando o Futuro, com plantio de árvores (Ipês) em terreno cedido pelo DNIT.	Marco inicial de implantação das ações previstas no projeto, especialmente o plantio de árvores.	Área às margens da Via Verde, em frente à Sede do TJAC (Alameda Des. Jorge Arakem, BR-364), autorizado pelo DNIT.	set./2025	Concluído
3. Estabelecimento de Termos de Acordos de Cooperação (TJAC, SEMA e SEMEIA) --- 3.000 mudas em 2025.	Assegurar a regularidade jurídica, técnica e administrativa da execução do plantio das 3.000 mudas previstas para o exercício de 2025 no âmbito do Projeto Plantando o Futuro.	TJAC, SEMA, SEMEIA - Rio Branco-AC.	Set–Out/2025	Concluído
4. Definição das áreas de plantio das 3.000 árvores previstas para 2025.	Identificar, mapear e validar os locais mais apropriados para o plantio das 3.000 árvores previstas para o exercício de 2025 do Projeto.	SEINF, COSUS, SEGOV, COMGPLS E GAPRE - Rio Branco-AC.	Set–Out/2025	Concluído

5. Formalização do pedido de cessão de mudas para o cumprimento da meta do projeto em 2025 (3.000 mudas).	Assegurar a disponibilidade das 3.000 unidades previstas para 2025, garantindo a execução da meta anual do Projeto Plantando o Futuro com respaldo administrativo e técnico.	SEGOV, COSUS, GAPRE - Rio Branco-AC.	Set–Out/2025	Concluído
Elaborar o plano de plantio (tipo, espaçamento, material, etc)	Levantar a quantidade de mudas necessárias para as áreas disponíveis no TJAC	SEINF/SUINF		Em execução
6. Execução do plantio (3.000 mudas em 2025).	Implementar ação concreta de compensação de emissões de GEE, conforme metas do Plano de Descarbonização e Justiça Carbono Zero.	Áreas do TJAC (previamente definidas) e terrenos das Comarcas.	Nov–Dez/2025	Não iniciado
8. Comunicação e transparência ambiental	Dar visibilidade às ações de descarbonização e reflorestamento do TJAC, conforme exigência do CNJ (PLS-Jud).	Portal do TJAC, redes sociais institucionais e eventos públicos.	Contínuo (2025–2030)	Em execução
9. Expansão do plantio e consolidação da meta de 15.000 árvores	Cumprir a meta de neutralização de carbono e fortalecer o compromisso do Judiciário acreano com a Agenda 2030 (ODS 13 e 15).	Sede do TJAC, Todas as Comarcas e áreas públicas parceiras no Estado do Acre.	2026–2030	Não iniciado
7. Monitoramento e manutenção das áreas reflorestadas	Garantir a sobrevivência e o crescimento das árvores plantadas, assegurando a efetividade do projeto e sua longevidade.	Sede do TJAC e áreas das Comarcas em que receberem o plantio.	Contínuo (2025–2030)	Não iniciado

Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

No tocante ao Plano de Logística Sustentável (PLS), foram concluídas a revisão do PLS 2025, a atualização do seu plano de ações e foi realizado o acompanhamento das informações que subsidiarão a elaboração do Relatório de Desempenho do PLS 2025, documentos que orientam a execução das práticas de sustentabilidade e permitem mensurar o cumprimento das metas estipuladas.

Acessibilidade e Inclusão

Seguindo a pauta da sustentabilidade socioambiental, o PJAC desenvolveu um conjunto robusto de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da inclusão, acessibilidade, sustentabilidade ambiental e promoção da cidadania. As atividades realizadas contribuíram para con-

solidar políticas alinhadas às resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e às diretrizes de governança, ao Plano de Logística Sustentável (PLS), o Plano de Acessibilidade e o Planejamento Estratégico Institucional (2021-2026) do TJAC, ampliando o alcance social das iniciativas e fortalecendo práticas inclusivas e sustentáveis no Poder Judiciário.

Nesse sentido, o PJAC estabeleceu diálogo positivo com a sociedade civil e entidades representativas das pessoas com deficiência com objetivo de mapear demandas voltadas à acessibilidade comunicacional, atitudinal e arquitetônica no Judiciário e promoveu as seguintes ações:

Mutirão de Atendimento: mutirão de atendimentos de saúde a pessoas com deficiência na APAE, durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Representação Nacional - participação em eventos nacionais:

- ♦ II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Poder Judiciário, no Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- ♦ I Semana Nacional de Sustentabilidade do Poder Judiciário, realizada em João Pessoa/PB.

■ Diálogo Institucional: Poder Judiciário de Portas Abertas - Inclusão em Foco

A iniciativa reuniu associações representativas, órgãos públicos, servidores e familiares, promovendo diálogo direto sobre barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais. A atividade fortaleceu a escuta institucional ativa e reafirmou o compromisso do TJAC com o aprimoramento contínuo das práticas de acessibilidade e inclusão.



3. 4. 3. Projetos de Inovação no PJAC

Projeto Zerou Papel

A execução do Zerou Papel: Projeto de Redução de Papel e Controle de Impressão no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) deverá consolidar avanços significativos na sustentabilidade institucional, eficiência operacional e transformação digital, como:

- ♦ Implantação de pontos de impressão centralizados com sistema de bilhetagem;
- ♦ Impressoras portáteis para diligências;

- ♦ Redução de impressão de mandados e maior agilidade aos oficiais de justiça;
- ♦ Otimizar fluxos de trabalho, reduzir falhas, eliminar desperdícios e fortalecer a segurança da informação;
- ♦ Consolidar práticas de uso racional dos recursos públicos;
- ♦ Fomentar mudança cultural entre servidores e magistrados, promovendo o uso consciente das tecnologias e fortalecendo a cultura de responsabilidade socioambiental.

ExpoJud

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) marcou presença no ExpoJud 2025 com a apresentação de quatro projetos inovadores, evidenciando o compromisso da instituição com a modernização da Justiça, o cuidado com as pessoas e o uso ético e responsável da tecnologia.

Entre as iniciativas apresentadas, destacam-se:

Assistente Digital Ampliada (ADA) – uma inteligência artificial generativa desenvolvida internamente para apoiar magistradas e magistrados na análise de provas, transcrição de audiências e outras tarefas da atividade jurisdicional. A ADA utiliza apenas dados internos da Justiça acreana, garantindo total segurança e confidencialidade, e conta com um módulo de anonimização automática em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). A ferramenta reforça o compromisso institucional com a ética, a transparência e a inovação no apoio à atividade judicial.



Projeto Cidadão – iniciativa de grande alcance social, que completa 30 anos em 2025, oferecendo serviços gratuitos à população de baixa renda, como expedição de documentos, atendimentos jurídicos, de saúde e previdenciários. O projeto é reconhecido nacionalmente por sua capilaridade e por levar cidadania às comunidades mais remotas do Acre, incluindo aldeias indígenas e populações ribeirinhas, totalizando mais de 1,6 milhão de atendimentos realizados.

Cidade da Justiça e Portal de Acolhimento – um complexo moderno que reúne unidades judiciais de Rio Branco, otimizando o atendimento e aproximando o Judiciário da população. O Portal de Acolhimento, inaugurado em 2024, funciona como porta de entrada para o cidadão, centralizando serviços, agilizando demandas e oferecendo atendimento humanizado, em um ambiente de linguagem simples e acessível.



Projeto Equilibra – Programa de Assistência à Saúde Mental – iniciativa pioneira no Judiciário brasileiro, voltada ao bem-estar de servidores e magistrados, desenvolvida em parceria com a empresa J.Ex. O programa utiliza tecnologia, inteligência artificial e metodologias inovadoras para promover saúde mental, com suporte emocional 24 horas via chatbot e geração de indicadores estratégicos para decisões institucionais.

Programa Ascender – Magistratura para Elas e Eles

O Programa de Incentivo à Capacitação de Pessoas Negras para Ingresso na Magistratura do TJAC avançou com a publicação da Portaria nº 3254/2025, do Edital nº 01/2025 e a seleção dos primeiros participantes, conforme lista de aprovados.

As ações já realizadas consolidaram a base normativa, definiram critérios objetivos de participação e garantiram transparência no processo seletivo, fortalecendo a política institucional de equidade racial. A estrutura do programa inclui incentivo financeiro reembolsável, apoio pedagógico via ESJUD e monitoramento pela Comissão Permanente de Equidade Racial, assegurando alinhamento com as diretrizes nacionais do CNJ.

As atividades planejadas visam garantir suporte técnico e emocional aos participantes e ampliar o impacto institucional da política de equidade racial.

Atividades realizadas:

- ♦ Publicação da Portaria nº 3254/2025 e do Edital nº 01/2025.
- ♦ Realização do processo de inscrição e avaliação documental.
- ♦ Seleção dos candidatos aprovados e divulgação oficial dos resultados.
- ♦ Estruturação da governança e definição dos fluxos de acompanhamento.

- ♦ Atividades a realizar:
- ♦ Assinatura dos termos de compromisso.
- ♦ Execução das trilhas formativas, mentorias e atividades pedagógicas.
- ♦ Monitoramento contínuo e elaboração dos relatórios.

3. 4. 4. Metas Nacionais do CNJ e Indicadores Estratégicos

Análise Comparativa do Desempenho do TJAC nas Metas Nacionais (2024 vs. 2025)

Analisando os dados de 2024 e 2025, podemos observar tendências e melhorias no desempenho do TJAC em cada uma das Metas Nacionais, vejamos.

■ Metas com Crescimento Positivo de 2024 para 2025:

- ♦ Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos): Houve um leve crescimento de 110,11% em 2024 para 112,31% em 2025, indicando uma melhora na capacidade de julgamento em relação à distribuição de processos.
- ♦ Meta 4 (Crimes contra Administração Pública): Manteve uma trajetória de crescimento consistente, passando de 144,03% em 2024 para 150,18% em 2025. Isso demonstra um compromisso contínuo e eficaz no julgamento de casos relacionados a crimes contra a administração pública.
- ♦ Meta 5 (Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida): O cumprimento da Meta 5 demonstrou uma recuperação notável na eficiência do TJAC, que visa reduzir o acúmulo de processos pendentes. O percentual de cumprimento da meta evoluiu significativamente de 119,93% em 2024 para 101,72% em 2025. Essa melhora no indicador reflete a redução efetiva da Taxa de Congestionamento Líquida, que saiu de 42,17% em 2024 para 41,08% em 2025. Esse resultado é um indicador positivo de que o TJAC conseguiu reduzir sua taxa de congestionamento, ou seja, dar vazão ao acúmulo de processos pendentes.
- ♦ Meta 10 (Julgar processos ambientais): Registrou uma redução significativa, de 191,72% em 2024 para 160,99% em 2025. Esta redução demonstra que o Tribunal enfrenta mais desafios no julgamento de processos relacionados a questões ambientais.
- ♦ Meta 11 atualmente meta 10 (Infância e Juventude): Apresentou uma variação no 1º Grau, mas positiva, crescimento de 103,78% em 2024 para 107,04% em 2025, e no 2º Grau mantendo 100% em 2024 e 2025, indicando um desempenho estável e levemente melhorado na resolução de casos envolvendo a infância e juventude.

■ Metas com Redução de Desempenho de 2024 para 2025

- ♦ Meta 2 - 1G (Julgar processos mais antigos - Primeiro Grau): Houve uma queda de 119,77% em 2024 para 113,82% em 2025. Embora ainda esteja acima de 100%, essa redução sugere que o Tribunal enfrenta mais desafios em 2025 para julgar processos antigos do Primeiro Grau comparado ao ano anterior.

- ♦ Meta 8 (Violência Doméstica e Feminicídio): Teve uma aumento de 103,99% em 2024 para 107,32% em 2025 no indicador violência doméstica. No feminicídio em 2024 foi de 122,22% apresentando redução em 2025 para 117,17% Apesar da queda, o cumprimento ainda está acima da meta, mas é um ponto que pode demandar atenção para entender as causas dessa diminuição no ritmo de julgamento de casos tão sensíveis.

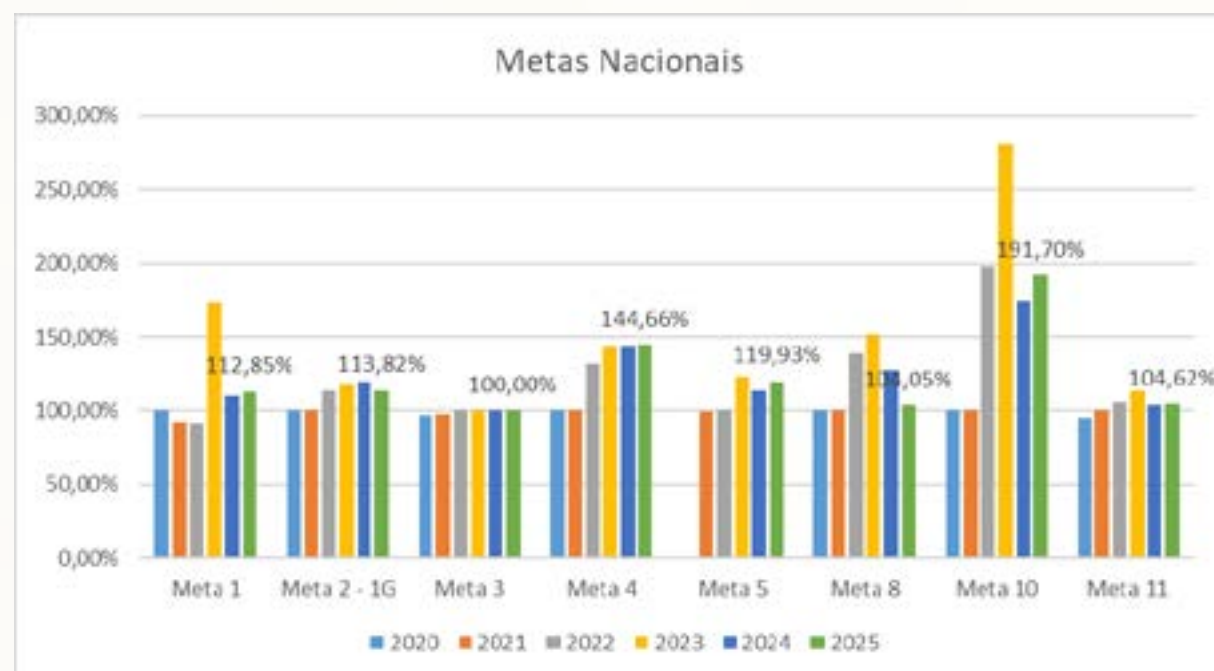
■ Meta com Desempenho Estável de 2024 para 2025

- ♦ Meta 3 (Estimular a conciliação): Manteve-se estável em 100,00% tanto em 2024 quanto em 2025. Com Índice de Conciliação de 2025 em 21,97%, e em 2024 com 23,09% em que ambos ficaram acima da cláusula de barreira de 17%. Isso indica uma consistência exemplar nos esforços de conciliação do Tribunal, cumprindo integralmente a meta em ambos os anos.

■ Análise de desempenho das metas nacionais

No geral, o TJAC demonstrou um desempenho robusto em 2025, mantendo a maioria das metas acima de 100% de cumprimento. O ano de 2025 foi marcado por um fortalecimento notável em áreas como redução de congestionamento e julgamento de processos ambientais, além da manutenção da excelência na conciliação e no combate a crimes contra a administração pública. No entanto, as metas relacionadas a processos antigos do Primeiro Grau e violência doméstica/feminicídio apresentaram um recuo que, embora não represente um não cumprimento, indica áreas em que um foco renovado pode ser benéfico para reverter a tendência de queda e garantir que esses temas críticos continuem a ter o máximo desempenho. Vide o gráfico abaixo.

Figura 10 - Performance do TJAC nas Metas Nacionais no período de 2020-2025



Fonte: CNJ, 2025.

3. 4. 5. Indicadores Jurisdicionais e Administrativos

O monitoramento sistemático dos indicadores estratégicos constitui um dos pilares da governança judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), permitindo avaliar o desempenho institucional, identificar tendências e orientar a tomada de decisões baseada em evidências. Neste Relatório de Gestão 2025, consolidam-se, em um único documento, duas frentes complementares de análise que refletem a maturidade alcançada pela instituição no acompanhamento dos resultados jurisdicionais.

A primeira abordagem contempla a avaliação dos Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional da área jurisdicional, com atenção especial aos indicadores nacionais monitorados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). São analisados, entre outros, o Índice de Conciliação, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), a Taxa de Congestionamento, o IPC-Jus, bem como os critérios relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade. Esses indicadores, acompanhados são acompanhados de forma sistemática e possibilitam mensurar a efetividade, eficiência e produtividade do TJAC no cumprimento das metas estabelecidas nacionalmente, além de evidenciar avanços e desafios no desempenho jurisdicional ao longo de 2025.

Na segunda parte, amplia-se o escopo da análise ao apresentar os Indicadores Gerais da Área Jurisdicional, elaborados a partir do Boletim Estatístico do TJAC (2020–2025), atualizado até 31 de agosto de 2025. Esse conjunto de dados permite observar, em perspectiva histórica, o comportamento dos principais fluxos processuais, incluindo casos novos, sentenciados, baixados, pendentes e suspensos, além dos tempos médios de tramitação por competência e instância. Tais informações possibilitam compreender a dinâmica de entrada e saída de processos, avaliar a capacidade operacional das unidades judiciais e identificar pontos de pressão que exigem aprimoramento estrutural ou ações estratégicas específicas.

Análise de Indicadores Jurisdicionais

Os indicadores do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), jurisdicional e administrativo, estão alinhados aos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e detalhados em documentos oficiais como o Plano Estratégico 2021-2026.

Nesse sentido, a governança de dados assume, portanto, um papel central na administração judiciária acreana. Os dados são detalhados a seguir:

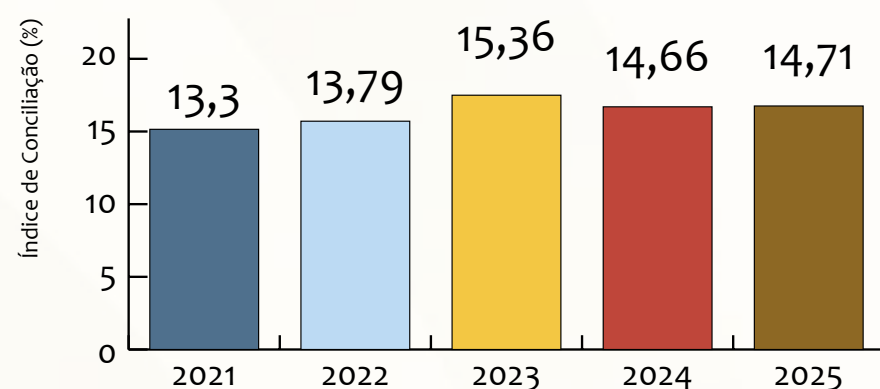
■ Índice de Conciliação (IC)

Observa-se que o IC se manteve baixo, porém relativamente estável, variando entre ~13% e 16% no período analisado. Houve um pico em 2023 (15,36%), seguido de queda para 14,66% em 2024 e uma leve recuperação para 14,71% em 2025.

Apesar da ligeira melhora recente, o índice atual permanece abaixo da meta nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2025, que determinou o aumento do IC

em 1 ponto percentual em relação a 2024, com cláusula de barreira de 17%. É crucial observar que este índice de referência possui um escopo de aferição mais restrito do que o índice geral aqui apresentado, pois o cálculo do CNJ considera apenas os processos de conhecimento do 1º Grau e dos Juizados Especiais (excluindo, por exemplo, execuções e outros processos de tramitação), enquanto o IC geral do TJAC abrange a totalidade dos procedimentos.

Figura 11 - Evolução do Índice de Conciliação (IC) do TJAC de 2021 a 2025



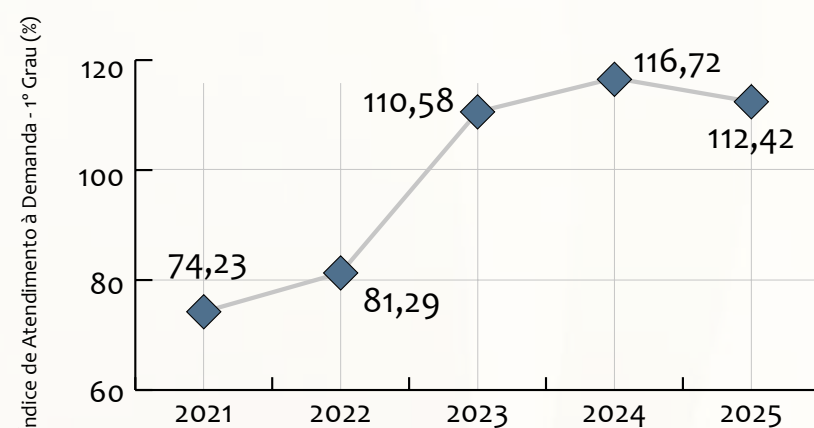
Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

■ Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau (IAD 1º Grau)

O IAD do primeiro grau avalia a capacidade da Justiça de 1ª Instância em dar vazão aos casos novos, medindo se o número de processos baixados (encerrados) acompanha ou supera o número de casos ingressados.

Quando o IAD $\geq 100\%$, significa que o Tribunal está conseguindo julgar ao menos a quantidade de processos que entram, evitando o crescimento do acervo; valores superiores a 100% indicam redução do estoque de pendências. Conforme o gráfico 3, o TJAC apresentou forte melhoria nesse indicador ao longo dos anos.

Figura 12 - Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do 1º Grau-2021 a 2025



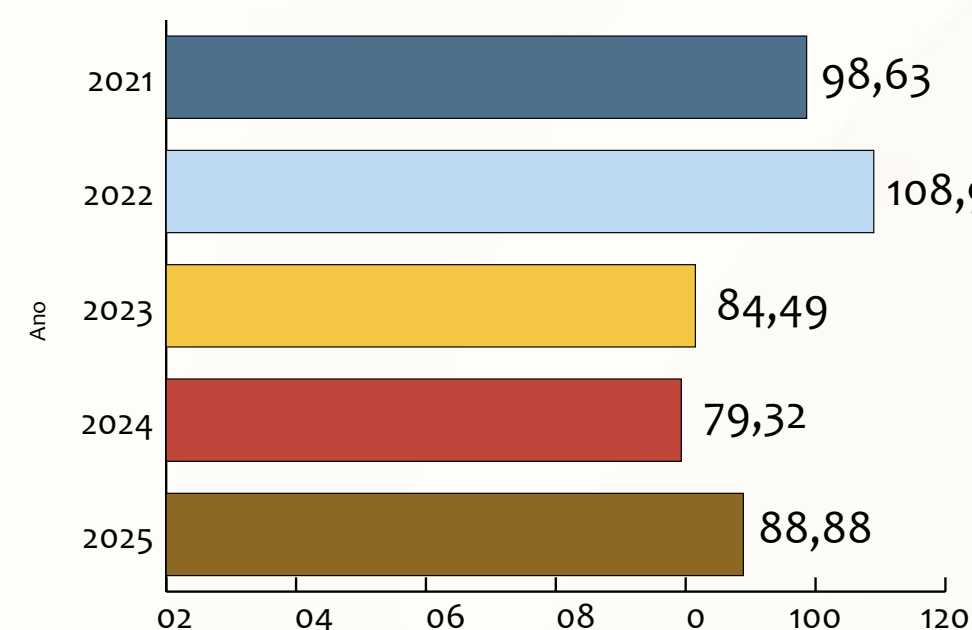
Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

Para a alta administração, o desafio passa a ser sustentar esse alto desempenho e aprofundar a redução do acervo, garantindo que recursos (magistrados, servidores) e práticas eficientes continuem alinhados com esse objetivo.

■ Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau (IAD 2º Grau)

O IAD do segundo grau avalia se o Tribunal (2ª Instância) está julgando quantidade de processos equivalente ou superior aos recursos e ações que chegam no período. Diferentemente do 1º grau, o desempenho do 2º Grau do TJAC tem sido oscilante e, em anos recentes, abaixo do ideal.

Figura 13 - Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do 2º Grau – evolução de 2021 a 2025



Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

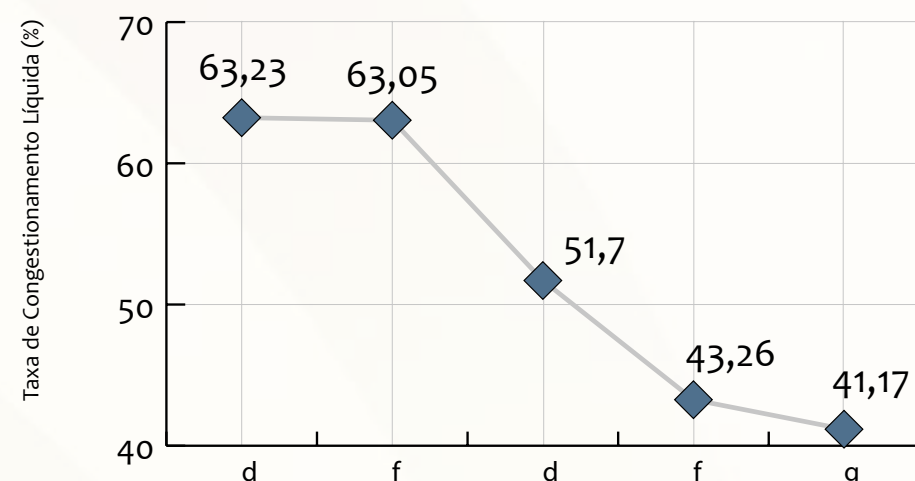
Em 2021 e 2022, o IAD2 esteve acima de 98%, chegando a 108,97% em 2022, indicando naquele momento que o 2º Grau conseguia absorver a demanda.

Entretanto, houve uma queda acentuada em 2023, quando o índice caiu para 81,49%, sinalizando que entraram bem mais processos novos do que recursos julgados naquele ano (acúmulo de casos no segundo grau). Em 2024, o IAD2 permaneceu baixo em 79,32%, e apenas em 2025 houve **recuperação para 88,88%** – ainda abaixo de 100%.

■ Taxa de Congestionamento Líquida Global (TCL)

A Taxa de Congestionamento Líquida global reflete a proporção de processos que permanecem sem solução ao final de um período de 12 meses, excluídos do cálculo os casos suspensos/sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais e judiciais (que distorcem o congestionamento).

Figura 14 - Taxa de Congestionamento Líquida Global (TCL) – percentual de casos pendentes ao final do período, de 2021 a 2025



Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

Quanto menor a TCL, melhor – significa que o tribunal conseguiu dar saída à maior parte dos processos.

Os dados do TJAC mostram uma queda expressiva e contínua da taxa de congestionamento global nos últimos anos.

A partir de 2023 observa-se uma melhora significativa: TCL de 51,7%; em 2024 caiu para 43,26%; e no acumulado de 2025 (até outubro) atingiu aproximadamente 41,17%.

Essa trajetória de redução indica que o TJAC tem conseguido diminuir o percentual de processos sem solução a cada ano, o que é um resultado bastante positivo.

■ Tempo Médio do IRDR (Afetação à Publicação do Acórdão de Mérito)

A métrica de Tempo Médio do IRDR calcula o tempo, em dias, decorrido desde a afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) até a publicação do acórdão de mérito que o resolve.

Trata-se de um indicador de duração de processos (IRDRs) no 2º Grau, refletindo a agilidade na solução de demandas repetitivas através deste instrumento.

O objetivo nacional é que esse tempo não ultrapasse 438 dias (cerca de 1 ano e 2 meses) em média, conforme o Plano Estratégico.

■ Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade

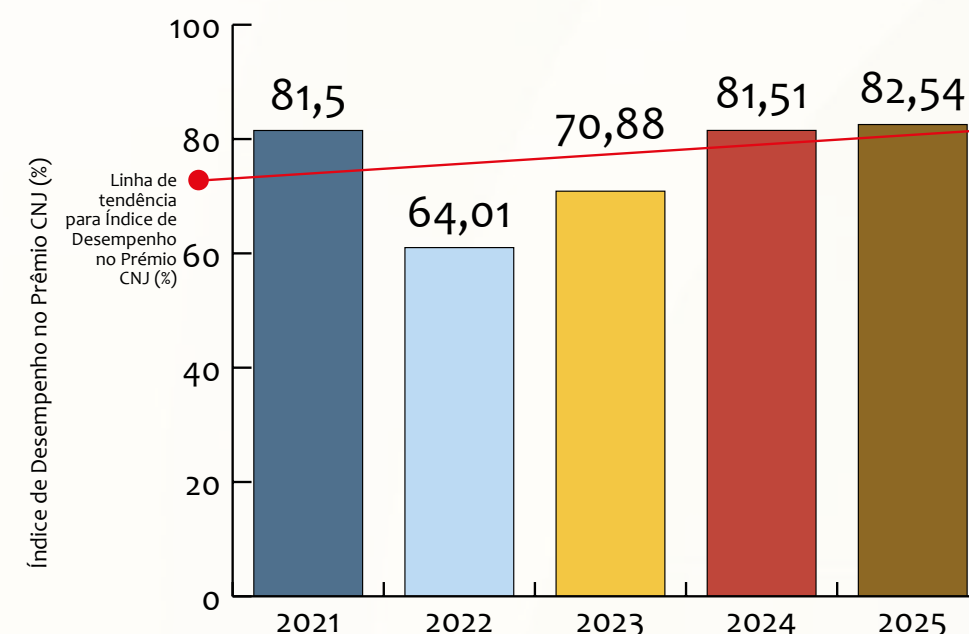
Esse índice representa o percentual de cumprimento dos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade pelo TJAC, isto é, a pontuação obtida pelo tribunal dividida pela pontuação máxima possível nos eixos avaliados.

O CNJ confere anualmente esse prêmio aos tribunais que se destacam em governança, produtividade, transparência e outros eixos, classificando-os em categorias (Diamante, Ouro, Prata, Bronze) conforme a pontuação.

Os dados indicam que o desempenho do TJAC variou significativamente ao longo do quinquênio. Em 2021, o índice foi 81,50%, um resultado bastante elevado (próximo ao patamar de excelência). Houve, entretanto, uma queda para 64,01% em 2022, sugerindo dificuldades ou novos critérios mais rigorosos naquele ano.

A partir de então, observa-se melhoria contínua: 70,88% em 2023, 81,51% em 2024, até 82,54% em 2025, o que representa o melhor desempenho do período e retorno ao nível de 2021.

Figura 15 - Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade de 2021 a 2025

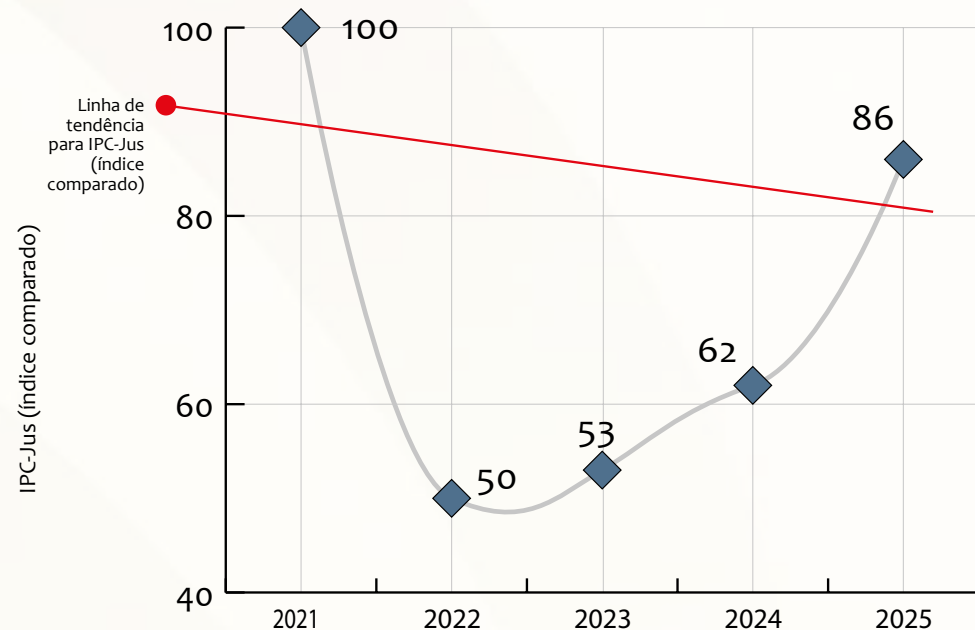


Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

■ IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça)

O IPC-Jus compara a produtividade dos tribunais considerando vários fatores: volume de casos baixados em relação ao total em tramitação, número de magistrados e servidores (efetivos, requisitados e comissionados) e despesas totais (descontadas despesas com inativos e obras).

Figura 16 - IPC-Jus – índice comparativo de produtividade (base 100) do TJAC, 2021 a 2025



Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

Os dados do TJAC apresentam uma dinâmica marcante: em 2021 o IPC-Jus foi 100,00, indicando desempenho equivalente à média dos tribunais já em 2022, houve queda para 50,00, em 2023 e 2024 com resultados de 53,00 e 62,00 respectivamente – uma recuperação gradual. Já em 2025, observa-se novo salto para 86,00.

O fato de em 2025 o IPC-Jus estar em 86, mostra que o TJAC recuperou boa parte da eficiência comparada, resultado de programas de gestão por resultados, investimento em automação de rotinas e análise de processos de trabalho podem ajudar a elevar ainda mais o índice.

■ IAD Geral (Índice de Atendimento à Demanda Geral)

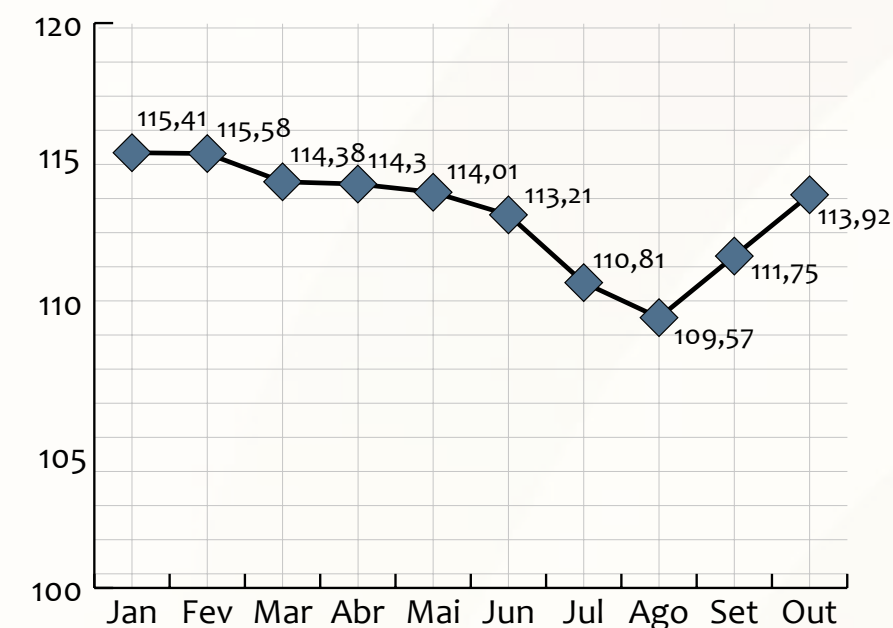
O IAD Geral consolida o desempenho de todo o tribunal, considerando todos os casos baixados em relação aos casos novos em todas as instâncias e jurisdições (1ª instância, 2ª instância, Juizados, Turmas).

É, portanto, um indicador amplo que mede a capacidade do tribunal como um todo em atender à demanda ingressante.

Os resultados evidenciam uma trajetória bastante positiva e crescente no TJAC. Em 2021, o IAD Geral foi 81,28%, subindo para 86,21% em 2022 – ambos abaixo de 100%, o que significa crescimento do acervo total nesses anos.

Em suma, o IAD Geral mensal de 2025 confirma que o balanço entre casos novos e casos baixados foi positivo em todos os momentos, ilustrando um tribunal em ritmo de redução de estoque.

Figura 17 - IAD Geral – evolução mensal em 2025 (jan-ago)



Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

Esse desempenho uniforme é um indicador de boa saúde operacional e fruto de políticas eficientes de gestão do volume processual.

Tabela 01: Índice de Atendimento à Demanda Geral – valores anuais (2021–2025).

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
IAD Geral (%)	81,28	86,21	108,43	114,66	113,92%

Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

■ Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes Líquidos (Tempo Médio de Pendente)

Este indicador calcula o tempo médio de tramitação dos processos que permanecem pendentes ao final do ano, descontando os períodos em que ficaram suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

Em outras palavras, mede a idade média do estoque de casos pendentes, considerando apenas o tempo “útil” de tramitação. A meta do TJAC para 2025 era reduzir esse tempo para 500 dias ou menos.

Tabela 02: Tempo Médio de Tramitação dos Processos Pendentes Líquidos – valores anuais (2021–2025)

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Tempo médio pendente (dias)	708,93	724,25	727,41	716,71	686,85

Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

Os dados originalmente coletados pelo tribunal mostravam tempos médios bastante altos e até crescentes até 2023: 708,93 dias em 2021, 724,25 dias em 2022 e 727,41 dias em 2023. Isso equivale a quase 2 anos de tramitação média dos casos pendentes, indicando um acervo antigo. Em 2024 houve leve melhora para 716,71 dias. Já para 2025, os valores internos indicavam 686,85 dias (cerca de 1,88 ano).

Tabela 03: Tempo médio de pendentes – evolução mensal em 2025 (jan–ago)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Tempo médio pendente (dias)	695,54	692,10	684,29	684,29	688,71	687,00	683,07	679,82	690,58	697

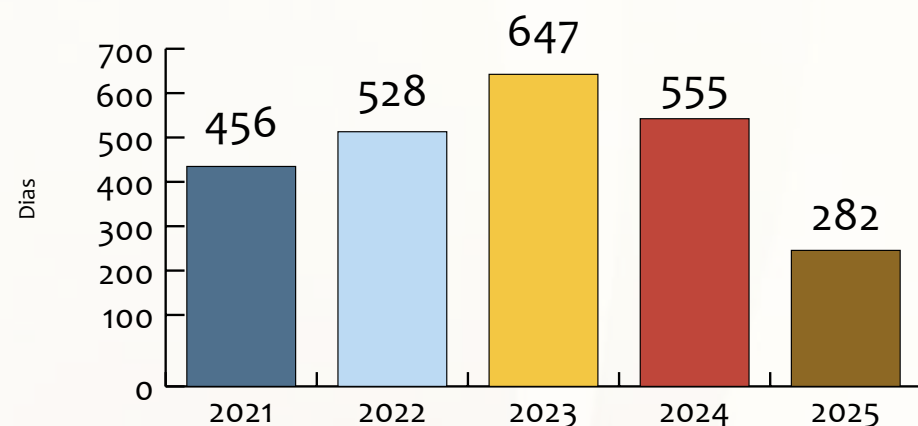
Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

■ Tempo Médio em Ações de Violência Doméstica

O Tempo Médio em Ações de Violência Doméstica — este indicador mede a agilidade na tramitação das ações penais relativas a casos de violência doméstica e familiar contra a mulher que estão pendentes e em fase líquida.

O gráfico mostra a evolução do Tempo Médio em Ações de Violência Doméstica (Ações Penais Pendentes Líquidas) de 2021 a 2025.

Figura 18 – Tempo Médio em Ações de Violência Doméstica

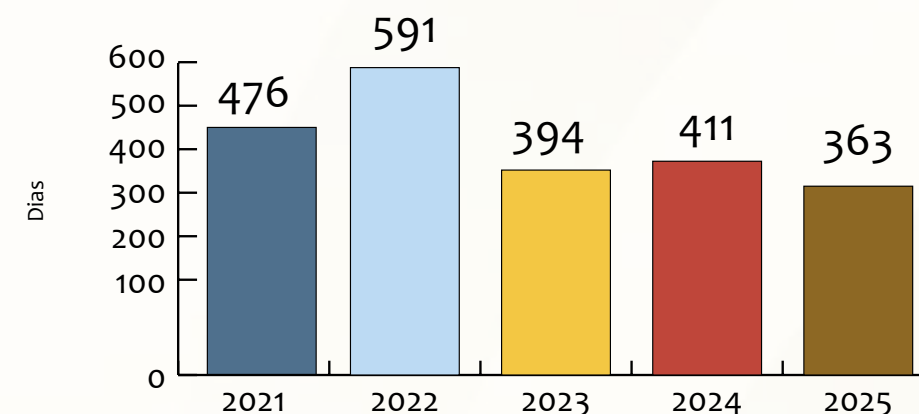


Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

O Tempo Médio em Ações de Feminicídio — este indicador mede a agilidade na tramitação das ações penais relativas a processos de feminicídio que estão pendentes e em fase líquida.

O gráfico mostra a evolução do Tempo Médio em Ações de Feminicídio (Ações Penais Pendentes Líquidas) de 2021 a 2025.

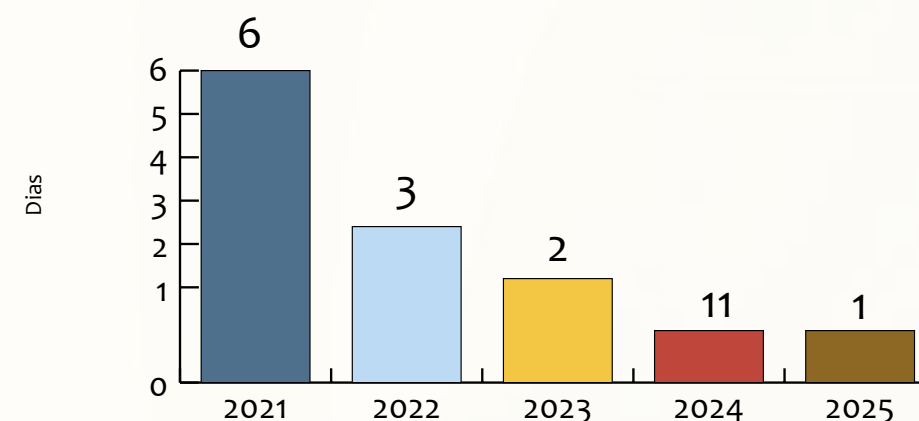
Figura 19 – Tempo Médio Pendente Líquido (feminicídio)



Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

Celeridade em Medidas Protetivas de Urgência — este indicador é o mais crítico em termos de tempo, pois mede a rapidez da resposta judicial na fase mais urgente.

Figura 20 – Tempo Médio da Medida Protetiva (em dias)



Fonte: Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2025.

Análise de Indicadores Estratégicos Administrativos

■ Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ)

O indicador Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ) mede a percepção da sociedade sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, considerando a proporção de respostas classificadas como *bom* ou *ótimo* em relação ao total de parâmetros avaliados. A meta estabelecida para 2025 foi alcançar, no mínimo, 50% de avaliações

positivas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico do TJAC, que prioriza o fortalecimento da experiência do usuário, a melhoria contínua dos serviços e o aumento da confiança social no Poder Judiciário.

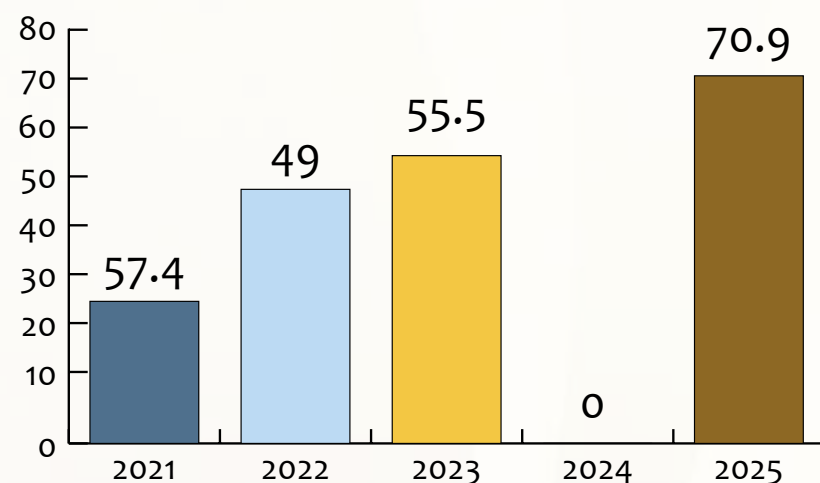
No ano de 2025, o indicador apresentou o melhor desempenho da série histórica recente, atingindo 70,9%, superando significativamente a meta e demonstrando avanço consistente na percepção pública sobre os serviços judiciais. Esse resultado reflete diretamente o conjunto de ações desenvolvidas pela SEGOV ao longo do ano, especialmente no que se refere ao refinamento dos instrumentos de coleta da percepção do usuário e à ampliação do alcance da pesquisa.

Para o ciclo 2025, foi desenvolvido e implementado um novo formulário institucional de avaliação, mais claro, acessível e alinhado às diretrizes de pesquisa de satisfação do Conselho Nacional de Justiça. O questionário atualizado foi disponibilizado em diversos pontos de contato com a população como fóruns, unidades de atendimento e canais digitais garantindo maior capilaridade e ampliando a participação dos usuários.

Além disso, a SEGOV realizou acompanhamento contínuo dos resultados parciais ao longo do ano, monitorando a evolução das respostas, orientando as unidades quanto às boas práticas de divulgação da pesquisa e promovendo alinhamento intersetorial para reforçar a importância da escuta ativa do jurisdicionado. Esse monitoramento sistemático permitiu identificar rapidamente padrões de satisfação, apoiar ajustes operacionais e fortalecer a cultura de gestão orientada por evidências.

O desempenho registrado em 2025 evidencia a efetividade dessas ações e demonstra que o Tribunal avança na direção de um serviço mais transparente, acessível e focado nas necessidades do cidadão, consolidando a maturidade institucional e o compromisso com a excelência na prestação jurisdicional.

Figura 21 – Histórico da Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ)



Fonte: SEGE/TJAC, 2025.

Figura 22 – Paine de Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ)



Fonte: SEGE/TJAC, 2025 (Link do painel PAPJ 2025).

Figura 23 – Card da Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário (PAPJ)



Fonte: SEGE/TJAC, 2025.

Índice de Transparência

O Índice de Transparência, apurado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mensura o grau de atendimento dos tribunais aos critérios de transparência ativa, integridade das informações e acessibilidade dos dados públicos. Esse indicador se alinha diretamente ao Planejamento Estratégico do TJAC (2021–2026), especialmente aos eixos que reforçam a governança, a integridade institucional e o acesso à informação pelo cidadão.

A meta para 2025 estabeleceu o objetivo de alcançar, no mínimo, 95% de conformidade no *ranking* nacional. A análise da série histórica demonstra um desempenho consistente ao longo dos anos, com resultados que revelam comprometimento institucional com as boas práticas de transparência pública.

Em 2021, o Tribunal obteve 97,1%, superando a meta. Em 2022, o índice foi de 96,15%, e em 2023, 97,07%, mantendo-se em patamares elevados. O melhor resultado da série ocorreu em 2024, quando o Tribunal alcançou 100,58%, evidenciando elevada maturidade nas práticas de governança e atendimento pleno às exigências do CNJ.

No ano de 2025, o índice ficou em 93,43%, permanecendo dentro de um patamar elevado, embora abaixo da meta estabelecida. Esse comportamento reflete ajustes metodológicos realizados pelo CNJ, bem como a necessidade contínua de aprimoramento dos fluxos internos de atualização, consolidação e padronização das informações exigidas pelo ranking nacional.

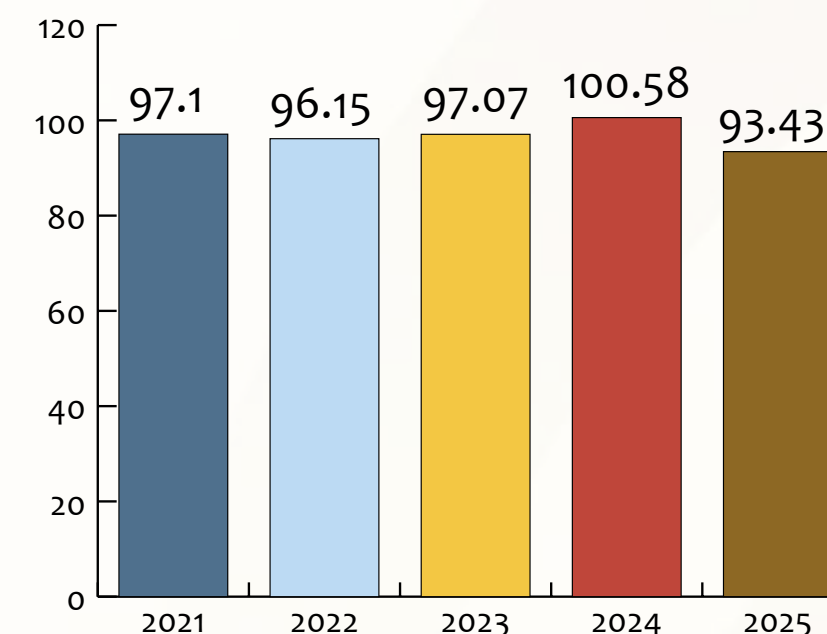
Para fortalecer esse indicador e atender às determinações vigentes, incluindo as Resoluções do CNJ sobre Transparência e Governança, como a Resolução CNJ nº 260, nº 270, nº 331/2025 e demais normativos correlatos à SEGOV, encontra-se em andamento com a nova reestruturação do Portal de Transparência do TJAC. Esse trabalho envolve:

- ◆ Reorganização das categorias e conteúdos exigidos pelo CNJ;
- ◆ Modernização visual e funcional do portal, facilitando a navegação do cidadão;
- ◆ Revisão das bases de dados de transparência passiva e ativa;
- ◆ Padronização de formulários, documentos e informações estratégicas;
- ◆ Integração com fluxos de governança e prestação de contas;
- ◆ Adoção de melhores práticas alinhadas aos critérios de avaliação do *ranking*.

Essa reestruturação tem como objetivo elevar a qualidade, a clareza e a disponibilidade das informações, contribuindo diretamente para melhoria do desempenho do Tribunal nas próximas medições e reforçando o compromisso institucional com a transparência e o controle social.

O conjunto desses esforços demonstra a atuação estratégica do TJAC, que segue comprometido com a evolução contínua dos mecanismos de governança e com o fortalecimento da relação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

Figura 24 - Histórico do Índice de Transparência (2021-2025)



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Figura 25 - Painel do Índice de Transparência

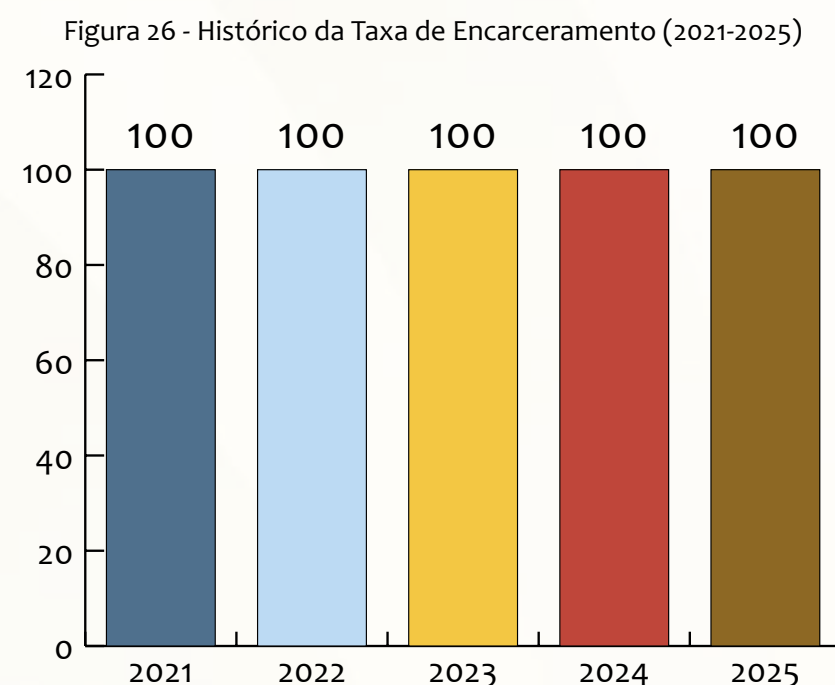


Fonte: TJAC, 2025 (Painel da Transparência 2025).

Taxa de Encarceramento

O indicador Taxa de Encarceramento visa monitorar a relação entre a população prisional do Estado (presos provisórios e condenados) e o número de habitantes, conforme a fórmula: $[(\text{presos provisórios} + \text{presos condenados}) / \text{habitantes}] \times 100.000$.

A meta estabelecida pelo Planejamento Estratégico do TJAC prevê o monitoramento semestral dessa taxa, garantindo acompanhamento contínuo das condições carcerárias e subsidiando ações de governança, fiscalização e alinhamento às políticas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A polaridade do indicador é “maior é melhor”, pois está relacionada ao cumprimento da cobertura total dos presídios monitorados. A série histórica demonstra desempenho integral em todos os anos avaliados.



Fonte: TJAC, 2025

Os resultados de 2021 a 2025 evidenciam que o Tribunal de Justiça do Estado do Acre tem mantido 100% de monitoramento da taxa de encarceramento em todos os presídios do Estado, garantindo aderência total à meta definida e assegurando o cumprimento das atribuições institucionais relacionadas ao sistema carcerário.

Esse indicador é diretamente impactado pela atuação do TJAC em suas unidades com competência criminal e execução penal, bem como pela atuação coordenada com a Vara de Execução Penal (VEP) e pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/TJAC). O GMF desempenha papel essencial no acompanhamento das unidades prisionais do Acre, na coleta de dados e na implementação das diretrizes da Política Nacional de Atenção às Pessoas Privadas de Liberdade e da Política Nacional de Justiça Restaurativa, estabelecidas pelo CNJ.

Além disso, o TJAC participa ativamente de iniciativas como:

- ◆ Inspeções regulares nas unidades prisionais;
- ◆ Monitoramento eletrônico de dados prisionais;
- ◆ Relatórios de superlotação e condições estruturais;
- ◆ Alinhamento às diretrizes da Resolução CNJ nº 96, que trata da responsabilidade do Ju-

diciário no sistema carcerário;

- ◆ Alimentação contínua do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU);
- ◆ Observância das diretrizes da Resolução CNJ nº 417/2021, que disciplina informações obrigatórias sobre pessoas custodiadas.

O desempenho também se alinha às metas estratégicas do Tribunal, contribuindo para:

- ◆ Qualificação das políticas de segurança pública;
- ◆ Fortalecimento da justiça criminal;
- ◆ Apoio ao planejamento interinstitucional envolvendo IAPEN, MPAC, DPE e demais órgãos;
- ◆ Melhoria contínua da prestação jurisdicional em matéria penal.

A manutenção do resultado de 100% ao longo dos anos demonstra a capacidade do TJAC em assegurar integralidade no acompanhamento da população prisional, reforçando seu compromisso com a governança institucional, a transparência e a garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

■ Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)

O Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) é um indicador nacional elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça para avaliar a implementação e a efetividade das práticas socioambientais no âmbito dos tribunais brasileiros. A metodologia do IDS, descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, contempla critérios como gestão de resíduos, eficiência no consumo de energia e água, compras sustentáveis, governança ambiental, mobilidade, acessibilidade, capacitação interna e ações previstas no Plano de Logística Sustentável.

A meta institucional do Tribunal de Justiça do Acre é manter-se entre as três melhores posições no segmento dos Tribunais de Justiça Estaduais. Esse compromisso está alinhado às diretrizes de sustentabilidade definidas pelo CNJ e integra o Planejamento Estratégico do TJAC.

A análise da série histórica demonstra oscilações significativas no desempenho do Tribunal. Em 2021, o TJAC obteve a segunda colocação nacional, refletindo forte aderência às políticas socioambientais e elevada capacidade de comprovação das ações realizadas. Nos anos de 2022 e 2023, houve queda para as posições 11 e 12, respectivamente, influenciada por alterações metodológicas do CNJ, aumento da competitividade entre os tribunais e necessidade de aprimoramento nos processos de consolidação e envio das informações.

Em 2024, o Tribunal voltou a alcançar a segunda posição, demonstrando recuperação e efetividade nas ações socioambientais. Já no ciclo de divulgação de 2025, referente ao ano-base 2024, o TJAC passou a ocupar a 40ª posição, indicando redução expressiva no desempenho geral. Esse resultado reforça a importância de fortalecer o monitoramento interno, a documentação das ações de sustentabilidade e a integração das unidades responsáveis pela execução do Plano de Logística Sustentável.

É importante destacar que o IDS funciona sempre com defasagem de um ano entre a realização das ações e a divulgação oficial do ranking. Por esse motivo, o resultado referente ao ano-base 2025 será divulgado pelo CNJ somente em 2026. Assim, o desempenho institucional apresentado até o momento corresponde exclusivamente às medições já disponibilizadas nacionalmente.

O cenário atual reforça a necessidade de revisão dos fluxos internos de governança ambiental, da melhoria contínua da qualidade das evidências apresentadas e do fortalecimento das práticas sustentáveis adotadas pelo Tribunal. Esses elementos são essenciais para reposicionar o TJAC entre as primeiras colocações nos próximos ciclos e garantir aderência plena às políticas nacionais de sustentabilidade do Poder Judiciário.

Figura 27 – Resultado do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)

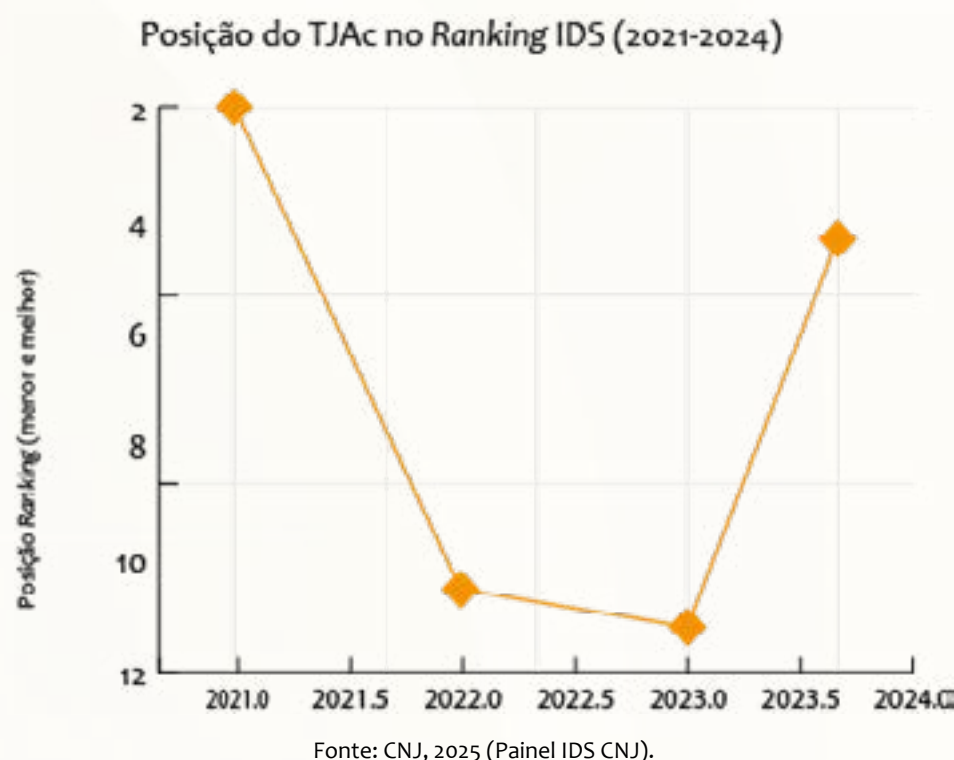


Figura 28 – Painel da Sustentabilidade do Poder Judiciário



Fonte: CNJ, 2025 (Painel IDS CNJ).

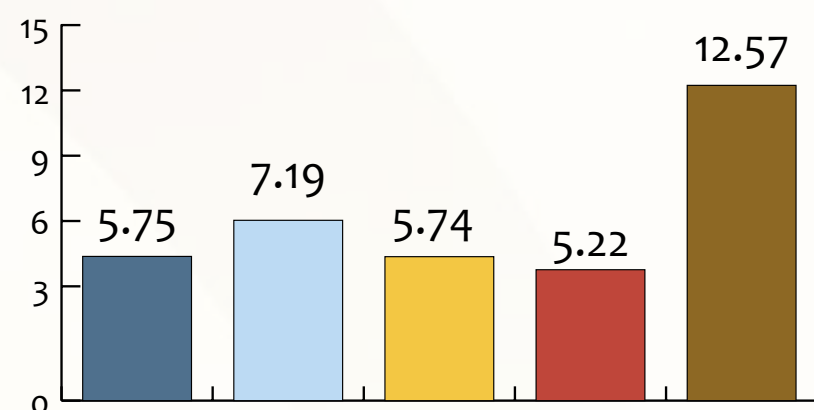
■ Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV)

O indicador Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV) mede o engajamento dos servidores nas iniciativas de promoção de saúde, bem-estar, prevenção de adoecimento e melhoria das condições de trabalho. O cálculo segue a metodologia definida pela Resolução CNJ 400 de 2021, que estabelece diretrizes para políticas de Qualidade de Vida no Trabalho no Poder Judiciário. O índice considera a quantidade de participações registradas em ações de QVT, o número total de ações ofertadas e o quantitativo da força de trabalho do Tribunal.

A meta institucional do TJAC estabelece a ampliação progressiva desse percentual, com aumento acumulado anual de 2%, tendo como referência histórica o percentual de 2,20% em 2019. O indicador está inserido no eixo de valorização de pessoas do Planejamento Estratégico do Tribunal e contribui diretamente para o fortalecimento da saúde ocupacional, para a satisfação no ambiente de trabalho e para a promoção de uma cultura organizacional mais saudável.

A análise dos resultados demonstra os seguintes percentuais de participação: 5,75% em 2021, 7,19% em 2022, 5,74% em 2023, 5,22% em 2024 e 12,57% em 2025. Observa-se que, embora os anos de 2023 e 2024 apresentem redução no percentual de engajamento, o Tribunal obteve crescimento expressivo em 2025, superando inclusive a meta estabelecida para o ano, que era de 12,2%.

Figura 29 – Percentual da Força de Trabalho Total – Qualidade de Vida (PRQV)



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

Este avanço está associado ao fortalecimento das iniciativas promovidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e demais unidades envolvidas. Entre as ações que contribuíram para o resultado destacam-se campanhas de promoção de saúde, programas de atividade física, ações de prevenção de riscos psicossociais, oficinas educativas, campanhas de saúde mental, vacinação, atividades integrativas e ações de bem-estar desenvolvidas em cumprimento às diretrizes da Resolução CNJ 207 e da própria Resolução 400.

Também é relevante considerar a ampliação da política institucional de valorização das pessoas, o uso de formulários eletrônicos para registro de participação, a divulgação ativa das ações nos canais internos e a intensificação do calendário anual de atividades de QVT. O conjunto dessas medidas favoreceu o aumento do alcance das ações, bem como a participação maior dos servidores em 2025.

O resultado obtido demonstra a maturidade crescente da política de qualidade de vida no âmbito do TJAC e reforça a importância da continuidade das ações de monitoramento, promoção da saúde e engajamento dos servidores. Para os anos seguintes, manter a consistência das estratégias e ampliar a integração entre as unidades é fundamental para assegurar a sustentabilidade dos avanços e o alinhamento contínuo às diretrizes nacionais do CNJ.

■ Índice de Absenteísmo-Saúde

O Índice de Absenteísmo-Saúde mede o percentual de dias de afastamento por motivo de saúde entre magistrados e servidores, considerando tanto condições próprias quanto de familiares, e relacionando o total de dias de ausência com o número de magistrados e servidores ativos no período. Esse indicador permite avaliar o impacto dos afastamentos por questões de saúde na força de trabalho e auxilia no planejamento de ações de prevenção, promoção de saúde e melhoria das condições laborais no Tribunal de Justiça do Acre.

De acordo com a meta institucional, o objetivo é manter o índice de absenteísmo menor que 3% até 2026, alinhado às políticas de gestão de pessoas e às orientações do Conselho Nacional de Justiça que incentivam práticas de saúde ocupacional e atenção ao bem-estar no ambiente de trabalho. Trata-se de um indicador de polaridade menor melhor, ou seja, índices mais baixos representam melhor desempenho e menor impacto dos afastamentos na produtividade institucional.

A análise da série histórica mostra que o Tribunal tem apresentado resultados amplamente satisfatórios: 0,95% em 2021, 1,02% em 2022, 0,29% em 2023, 2,10% em 2024 e 1,07% em 2025. Todos os resultados registrados permanecem abaixo da meta limite de 3%, o que demonstra eficiência no acompanhamento e na gestão dos afastamentos por saúde.

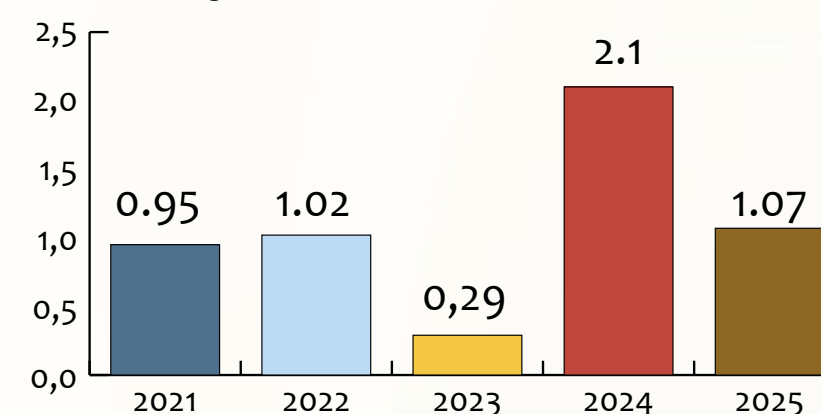
Em 2025, O Programa de Assistência à Saúde Mental instituído pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) representa um marco histórico na atenção à saúde ocupacional no âmbito do Judiciário acreano. A iniciativa foi oficialmente lançada em cerimônia realizada no auditório da Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud), com ampla participação de magistrados, servidores e colaboradores.

O programa busca promover a saúde emocional, prevenir adoecimentos psicossociais e estruturar um ambiente de trabalho acolhedor e humano. Entre as ações previstas estão rodas de conversa sobre autocuidado, oficinas de relaxamento e mindfulness, atendimento psicológico, triagem e encaminhamento clínico, readaptação funcional, apoio a pessoas com deficiência ou transtornos, e criação de espaços de escuta e acolhimento.

A adoção do programa está alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relativas à saúde ocupacional e à qualidade de vida no trabalho e representa a institucionalização de uma política permanente de bem-estar no TJAC.

No contexto do indicador de Absenteísmo-Saúde, essas iniciativas ganham relevância adicional. Essa integração entre gestão de pessoas, saúde ocupacional e governança demonstra que o TJAC não apenas monitora quantitativamente os dados, mas também atua de forma proativa para melhorar a qualidade de vida de seus magistrados e servidores.

Figura 30 – Índice de Absenteísmo-Saúde



Fonte: COBES/TJAC, 2025.

■ Índice de Condições de Trabalho (Satisfação Interna)

A pesquisa de clima organizacional permitiu o levantamento de percepção dos colaboradores sobre o ambiente de trabalho para identificar pontos fortes e áreas que precisam de melhoria e devem ser tratadas. Ela avalia aspectos como liderança, comunicação, satisfação e condições de trabalho de modo a propiciar um ambiente mais positivo, produtivo e engajador.

No tocante à última avaliação, realizada em agosto de 2025, destacam-se como fatores positivos a infraestrutura e a capacidade de liderança, com mais de 85% de avaliação positiva, a percepção de que as competências individuais reconhecidas e existência de clima de confiança com 73%. Para os fatores negativos que merecem atenção para o próximo ciclo, considerando-se aqueles cujo resultado foi inferior a 50% ou que estão no limite dessa faixa. Assim, tem-se o reconhecimento e carreira com 48%, a comunicação interna com 68% e a infraestrutura física adequada com 55%.

Termômetro Geral do Clima

ÍNDICE DE FAVORABILIDADE GERAL (MÉDIA DE TODAS AS DIMENSÕES)

Resultado: 72% Favorável

Figura 31 – Termômetro Geral do Clima



(Zona de Atenção/Neutro)

Legenda: ● = Ponto Forte (Acima de 75%) ● = Ponto de Atenção (Entre 60% e 75%) ● = Ponto Crítico (Abaixo de 60%)

Dimensão Avaliada	Índice de Favorabilidade	Mini Gráfico de Desempenho	Status
Clareza Estratégica & Missão	85%		●
Relacionamento Interpessoal	78%		●
Liderança Imediata (Gestão)	74%		●
Comunicação Interna	68%		●
Condições de Trabalho (Infra/TI)	55%		●
Reconhecimento & Carreira	48%		●

Fonte: SEGEP/TJAC, 2025.

Índice de Capacitação de Magistrados

O Índice de Capacitação de Magistrados mensura o percentual de magistrados que participaram de ações formativas no período, considerando cursos, oficinas, seminários e programas de aperfeiçoamento reconhecidos pela Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud) e validados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O indicador segue as diretrizes da Resolução CNJ 106 de 2010, que estabelece parâmetros para a política

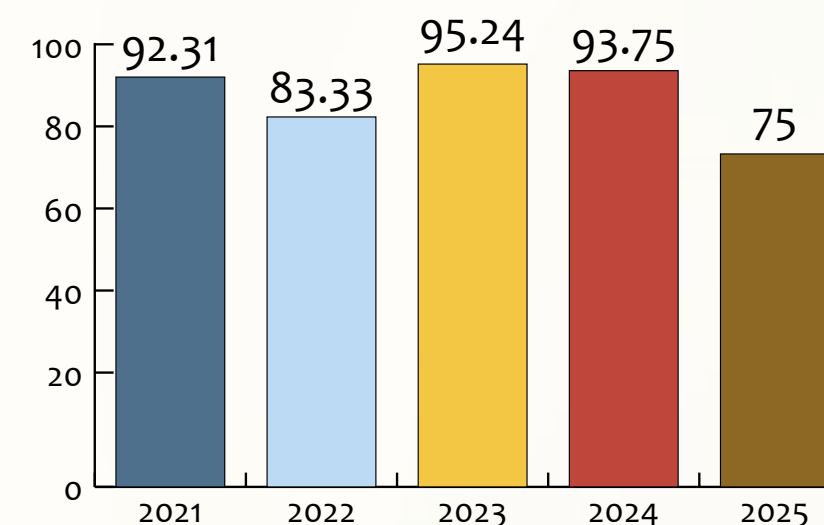
nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados e determina a necessidade de capacitação continuada como requisito institucional de desenvolvimento.

A meta definida pelo Tribunal de Justiça do Acre é manter percentuais superiores a 50% até 2026. A análise da série histórica demonstra desempenho consistentemente elevado ao longo dos anos. O Tribunal registrou 92,31% em 2021, 83,33% em 2022, 95,24% em 2023, 93,75% em 2024 e 75% em 2025. Em todos os anos analisados o resultado permaneceu acima da meta, reforçando o compromisso institucional com a formação continuada e com o desenvolvimento profissional da magistratura acreana.

O Tribunal de Justiça do Acre tem adotado iniciativas relevantes por meio da Esjud, como a ampliação dos cursos da plataforma de educação a distância, oferta de programas de formação continuada em temas de gestão judiciária, direitos fundamentais, técnicas de decisão, inovação, sustentabilidade e alinhamento às resoluções do CNJ. Entre as ações divulgadas no site institucional estão a realização de semanas acadêmicas, programas de aperfeiçoamento prático, formação em novas tecnologias, atividades voltadas à magistratura iniciante e eventos integrados com o CNJ e a Enfam, que contribuem diretamente para o aumento da qualificação profissional.

De forma geral, os resultados demonstram que o TJAC mantém um elevado padrão de capacitação, em consonância com a política nacional de formação da magistratura e com o Planejamento Estratégico institucional.

Figura 32 – Índice de Capacitação de Magistrados



Fonte: ESJUD/TJAC, 2025.

Índice de Capacitação de Servidores

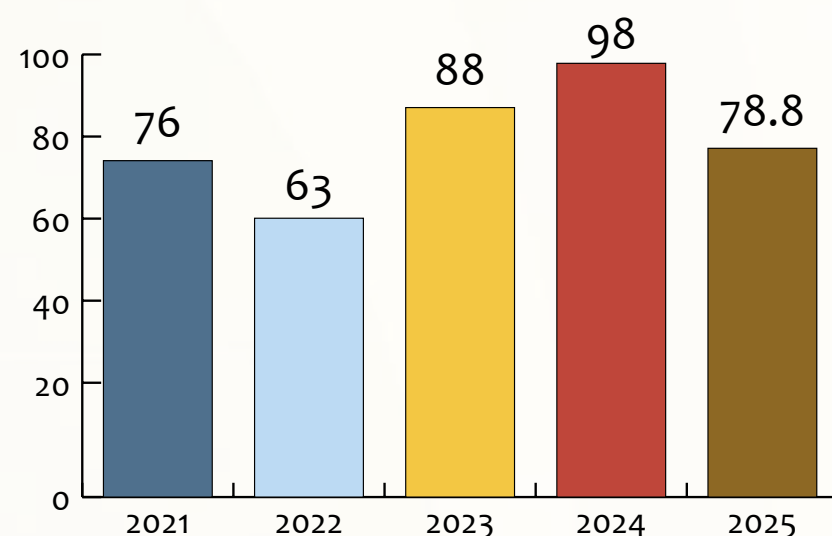
O Índice de Capacitação de Servidores mede o percentual de servidores que participaram de ações formativas no período, considerando cursos obrigatórios e facultativos, treinamentos internos, capacitações ofertadas pela Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud), bem como cursos homologados provenientes de instituições parceiras. O indicador segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente pela Resolução CNJ 240 de 2016, que institui a Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, e pela Resolução

CNJ 192 de 2014, que dispõe sobre a formação e aperfeiçoamento de servidores.

A variação observada entre os anos decorre da disponibilidade e expansão de oferta de cursos, da diversificação de modalidades de ensino, da criação de trilhas formativas, além da ampliação dos cursos EAD disponibilizados pela Esjud. O aumento expressivo em 2023 e 2024 reflete momentos de intensificação das políticas de capacitação, com destaque para programas anunciados no portal institucional do TJAC, como o fortalecimento da Plataforma EAD Esjud, capacitações voltadas à transformação digital, atendimento ao público, gestão judiciária e práticas sustentáveis alinhadas ao Planejamento Estratégico.

A evolução positiva do indicador reflete o compromisso do Tribunal de Justiça do Acre com a valorização e o desenvolvimento contínuo de seus servidores, em consonância com os objetivos estratégicos da instituição e com as diretrizes nacionais de profissionalização da força de trabalho. A manutenção de percentuais superiores à meta estabelece um cenário favorável para o fortalecimento da gestão de pessoas, contribuindo para a melhoria dos processos de trabalho e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Figura 33 – Índice de Capacitação de Servidores



Fonte: ESJUD/TJAC, 2025 (Calendário de Formações em 2025).

■ Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)

O iGovTIC-JUD é o instrumento nacional instituído pelo CNJ para aferir a maturidade da governança, gestão e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas cortes do Poder Judiciário, conforme previsto na Resolução CNJ 370/2021. Entre os requisitos avaliados estão a existência de Plano Diretor de TIC, comitês de governança, políticas de segurança da informação, gestão de projetos, infraestrutura tecnológica, gerenciamento de serviços, transparência e atendimento ao usuário, alinhadas à Estratégia Nacional de TIC (ENTIC-JUD).

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) vem alcançando desempenhos crescentes no índice. Conforme divulgação oficial, em 2025 o Tribunal manteve o nível de Excelência no iGovTIC-JUD, situando-se entre os melhores do país.

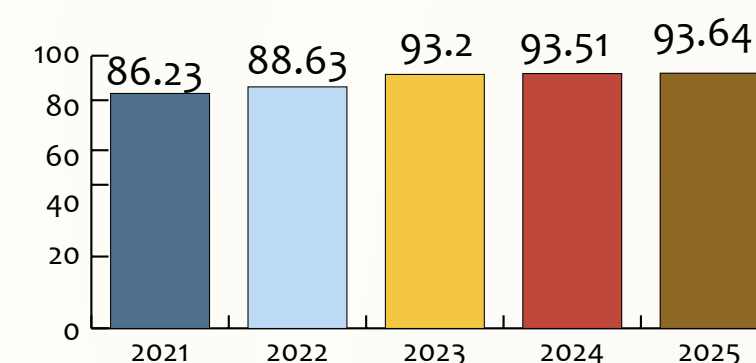
Esse resultado evidencia que, nos últimos anos, a Setic/DITEC do TJAC realizou melhorias estruturais e de governança de TIC, tais como:

- ◆ Revisão e homologação do Plano Diretor de TIC (PDTIC), alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional e às diretrizes da ENTIC-JUD;
- ◆ Constituição ou reforço do Comitê de Governança de TIC, com periodicidade de reuniões e controle documental das decisões, conforme exigência legal;
- ◆ Modernização da infraestrutura de TIC, com adoção de soluções corporativas, melhoria na segurança da informação e adequação aos padrões nacionais;
- ◆ Implementação de boas práticas de gestão de serviços de TIC, priorização orçamentária para tecnologia, transparência nas aquisições e aderência às recomendações do CNJ;
- ◆ Fortalecimento da governança interna com definição clara de papéis, responsabilidades e fluxos de decisão para projetos e contratos de TIC.

O desempenho elevado e estável no iGovTIC-JUD demonstra que o TJAC não apenas cumpre as exigências normativas, mas também institucionaliza uma cultura de governança, inovação e gestão estratégica de TIC. Esse avanço contribui diretamente para a eficiência da prestação jurisdicional, a confiabilidade dos sistemas judiciais e a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade.

A consolidação desse nível de maturidade confere ao Tribunal condições de liderar a transformação digital no âmbito estadual, garantir maior segurança, eficiência e transparência dos serviços judiciais e alinhar sua estrutura de TIC às melhores práticas nacionais recomendadas pelo CNJ.

Figura 34 - Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)



Fonte: CNJ, 2025 (Painel iGovTIC-JUD CNJ).

■ Índice de Serviços Disponibilizados de Forma Virtual pelo TJAC (ISV)

O Índice de Serviços Disponibilizados de Forma Virtual pelo Tribunal de Justiça do Acre (ISV) mede o percentual de serviços institucionais ofertados à sociedade que possuem alternativa de atendimento eletrônico, considerando a relação entre serviços virtualizados e o total de serviços catalogados. O indicador está alinhado às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça

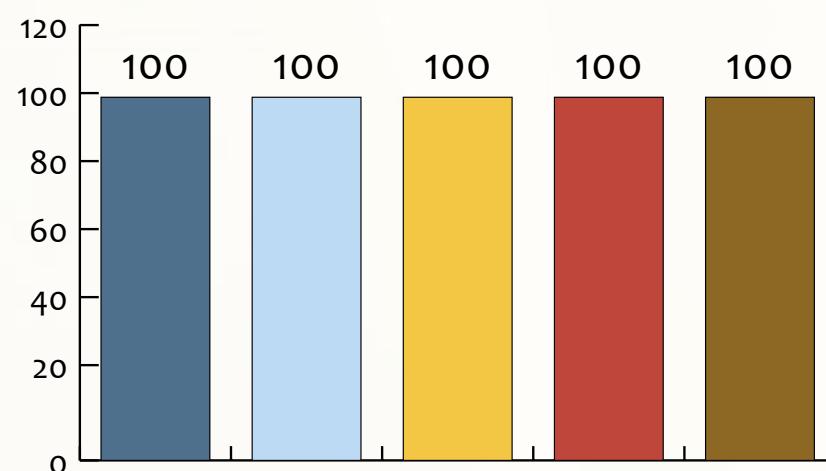
relativas à transformação digital no Poder Judiciário, especialmente à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-Jud), à Estratégia Digital do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 397/2021) e às recomendações de expansão do acesso aos serviços judiciais por meio de plataformas eletrônicas.

A meta institucional estabelece a disponibilização de 100% dos serviços do Tribunal em formato virtual. A série histórica evidencia que o TJAC alcançou integralmente a meta em todos os anos avaliados, registrando ISV igual a 100% em 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. Esse desempenho demonstra o alto grau de maturidade do Tribunal em iniciativas de digitalização, bem como o comprometimento das unidades administrativas e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação na implementação e manutenção dos serviços eletrônicos.

A consolidação do indicador em nível máximo decorre de um conjunto de ações de transformação digital conduzidas pelo Tribunal, incluindo a modernização dos sistemas de atendimento ao usuário, ampliação dos serviços acessíveis pelo portal institucional, aprimoramento de fluxos eletrônicos, expansão do Processo Judicial Eletrônico, disponibilização de serviços automatizados e fortalecimento das soluções digitais conforme os padrões definidos pelo CNJ. Essas iniciativas, somadas à estruturação da governança de TIC, permitiram a ampliação da acessibilidade, redução de deslocamentos, melhoria da transparência e fortalecimento da eficiência administrativa.

O desempenho estável no ISV demonstra que o TJAC se mantém plenamente aderente às diretrizes nacionais de transformação digital, garantindo que a sociedade tenha acesso contínuo, seguro e integral aos serviços eletrônicos disponibilizados pela instituição.

Figura 35 - Histórico do Índice de Serviços Disponibilizados de Forma Virtual



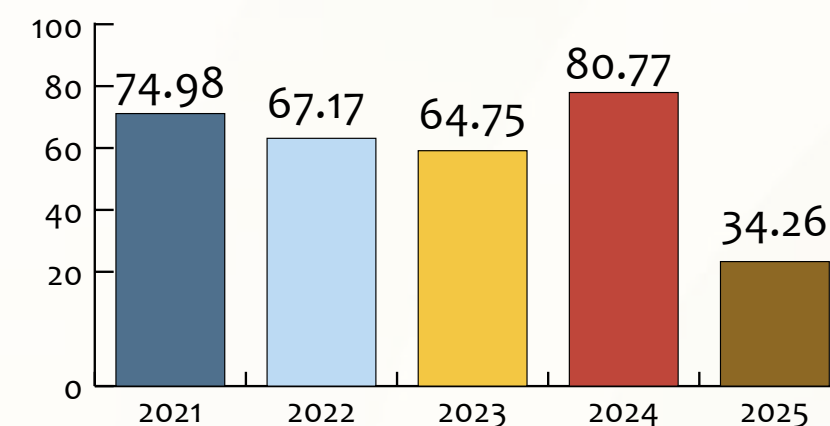
■ Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)

O Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD) monitora a capacidade do Tribunal de Justiça do Acre em executar o orçamento destinado às despesas de natureza discricionária, considerando o montante empenhado em relação à dotação atualizada. Esse indicador expressa a eficiência do processo de planejamento e execução orçamentária,

em conformidade com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano de Gestão Orçamentária do Poder Judiciário e das políticas de governança administrativa.

A meta institucional estabelece a ampliação gradual do nível de execução, tomando como referência o ano-base de 2020 (64,01%). A série histórica apresenta oscilações que refletem o comportamento natural das despesas discricionárias, influenciadas por fatores como limitações de empenho, contingenciamentos, sazonalidade das contratações, reajustes contratuais, calendário de execuções e variações das demandas administrativas.

Figura 36 - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)



Fonte: SEGO/TJAC, 2025.

O desempenho evidencia um comportamento crescente entre 2021 e 2024, com destaque para o resultado de 2024, que superou significativamente a referência histórica. Esse avanço está associado ao aprimoramento dos processos de planejamento, à reorganização de contratos administrativos e ao acompanhamento sistemático das execuções pelas unidades responsáveis.

O resultado parcial de 2025 (34,26%) encontra-se dentro da normalidade para períodos intermediários do ciclo orçamentário, considerando que parte significativa da execução das despesas discricionárias ocorre no segundo semestre, em função do calendário contratual, da execução financeira e das liberações previstas ao longo do exercício.

O monitoramento contínuo do IEDD permite ao Tribunal aprimorar o equilíbrio entre planejamento e execução, garantindo maior previsibilidade financeira, mais transparência e alinhamento às recomendações do Conselho Nacional de Justiça para a gestão orçamentária no Poder Judiciário.

■ Indicadores de Acessibilidade Digital

Os indicadores relacionados à acessibilidade digital — Índice de Conformidade em Acessibilidade Digital, Percentual de Servidores Capacitados em Acessibilidade Digital e Índice de Satisfação de Usuários com Deficiência — foram inseridos no ciclo de monitoramento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) a partir da revisão do Plano Estratégico, em

atendimento às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre inclusão, acessibilidade e adequação tecnológica de serviços judiciais.

A introdução desses indicadores decorre, principalmente, das exigências previstas na Resolução CNJ nº 401/2021, que institui diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. Essa resolução estabelece a necessidade de eliminar barreiras de comunicação, informação e tecnologia, garantindo que os sistemas eletrônicos, portais institucionais e conteúdos digitais estejam acessíveis a todas as pessoas, inclusive usuários com deficiência.

Adicionalmente, a Resolução CNJ nº 343/2020 reforça a política de inclusão ao regulamentar condições especiais de trabalho e adaptações necessárias para magistrados e servidores com deficiência, doenças graves ou necessidades específicas. Essas duas normativas formam a base do marco regulatório nacional que orienta os tribunais a implementarem acessibilidade plena em seus ambientes físicos e digitais, com ações estruturadas de capacitação, adequação tecnológica, governança inclusiva e melhoria contínua da experiência do usuário.

Considerando que tais indicadores foram introduzidos apenas após a revisão estratégica e que não integravam o conjunto de monitoramento institucional nos ciclos anteriores, os anos de 2021 a 2024 não apresentam dados consolidados, constando como “não disponíveis” (nd). Assim, o acompanhamento efetivo desses indicadores iniciará a partir de 2025, com metodologia alinhada aos parâmetros definidos pelo CNJ e aos novos instrumentos de governança digital do Tribunal.

O TJAC encontra-se atualmente em processo de estruturação de suas ações internas de acessibilidade digital, com foco na adequação dos portais e sistemas eletrônicos, ampliação das capacitações técnicas das equipes de TI e Comunicação e adoção de mecanismos de avaliação da experiência de usuários com deficiência. Essas medidas serão monitoradas ao longo dos próximos ciclos, conforme as exigências da Resolução CNJ nº 401/2021 e demais normativos correlatos.

A inclusão desses indicadores demonstra o compromisso institucional do Tribunal de Justiça do Acre com a promoção da acessibilidade, a eliminação de barreiras tecnológicas e a ampliação da inclusão digital, garantindo que serviços judiciais essenciais sejam acessíveis a todos os cidadãos, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e com as políticas nacionais do Judiciário.

■ Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)

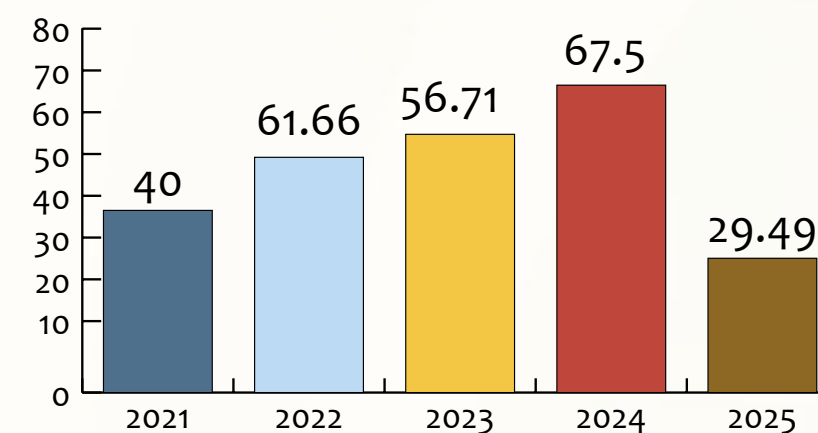
O Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP) tem por finalidade medir a capacidade institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre em executar os recursos previstos no orçamento destinados especificamente à implementação de projetos estratégicos, considerando a relação entre o montante empenhado e a dotação atualizada para essa finalidade. Esse indicador é essencial para mensurar o avanço das iniciativas estruturantes do Tribunal e demonstra o nível de aderência entre o planejamento estratégico, o planejamento orçamentário e a execução financeira anual.

A meta institucional consiste em executar, no mínimo, 50% das dotações orçamentárias destinadas a projetos, tomando-se como referência o ano base de 2020, cujo desempenho foi de 40%.

O resultado parcial de 2025 (29,49%) deve ser analisado à luz do calendário orçamentário e das especificidades da execução de projetos, uma vez que despesas dessa natureza se concentram majoritariamente no segundo semestre, em função de cronogramas de contratação, entregas planejadas e marcos de execução. Assim, o valor representa a fotografia de um período ainda não concluído, sendo, portanto, natural sua defasagem em relação aos anos anteriores.

A execução das dotações para projetos reflete diretamente o compromisso do Tribunal com o aprimoramento da infraestrutura tecnológica, modernização administrativa, inovação, ampliação da eficiência judicial e atendimento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. O desempenho do IEP reafirma o esforço institucional para integrar planejamento, orçamento e gestão, promovendo maior qualidade no gasto público e garantindo o avanço das iniciativas estratégicas prioritárias para a sociedade acreana.

Figura 37 - Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)



Fonte: SEGO/TJAC, 2025.

■ Índice de Execução do Plano de Obras

O Índice de Execução do Plano de Obras (IEPO) tem como finalidade medir o percentual de ações de obras planejadas e efetivamente executadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, considerando a proporção entre o total de ações previstas no Plano de Obras e aquelas concluídas no exercício. Esse indicador apoia a governança de infraestrutura física, permitindo acompanhar o avanço das melhorias estruturais destinadas ao aperfeiçoamento das unidades judiciais e administrativas do Tribunal.

De acordo com o Portal da Transparência do TJAC, as informações referentes às obras desenvolvidas e às obras paralisadas permanecem atualizadas e publicamente acessíveis, evidenciando a aderência institucional aos princípios de transparência, publicidade e controle social.

O Plano de Obras vigente estabelece as diretrizes de planejamento, priorização e execução das intervenções estruturais necessárias ao adequado funcionamento das unidades, considerando critérios como demanda jurisdicional, condições físicas dos prédios, disponibilidade or-

çamentária e diretrizes da administração superior.

A série histórica evidencia que, nos anos anteriores, não houve obras previstas para execução dentro do plano formalizado, motivo pelo qual os resultados dos exercícios anteriores permanecem zerados. A partir de 2024, contudo, com a reestruturação do planejamento de engenharia e a publicação das ações no Portal da Transparência, o TJAC passou a registrar execução vinculada ao Plano de Obras, alcançando resultado de 59% em 2025, conforme apresentado no indicador.

No Planejamento de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, estão previstas novas ações de obras que contemplam reformas, adequações estruturais e melhorias em unidades, alinhadas ao Plano de Obras e às necessidades identificadas no diagnóstico institucional. Essas iniciativas passaram a compor o portfólio de obras programadas, representando a evolução do Tribunal na consolidação de um planejamento de infraestrutura sistematizado e aderente às orientações do Conselho Nacional de Justiça.

A execução das ações previstas no Plano de Obras (Obras Paralisadas & Memorial das Obras) reforça o compromisso do Tribunal com a melhoria contínua da infraestrutura física, garantindo condições adequadas para a prestação jurisdicional, segurança, acessibilidade e eficiência operacional. O avanço registrado no indicador IEPO após 2024 demonstrar a maturidade crescente do processo de planejamento e execução de obras no âmbito do TJAC.

■ Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ

O indicador “Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ” mede o grau de conformidade das soluções tecnológicas utilizadas pelo Tribunal com os requisitos, normas técnicas, recomendações e padrões nacionais definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa conformidade assegura interoperabilidade, segurança, governança da informação e alinhamento às diretrizes estratégicas estabelecidas na Resolução CNJ nº 370/2021 e na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD).

A meta institucional prevê alcançar 100% de aderência dos sistemas aos requisitos do CNJ até 2026. A série histórica demonstra que o Tribunal manteve a totalidade do índice em todos os anos avaliados, registrando 100% de conformidade em 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025. Esse resultado evidencia a maturidade tecnológica alcançada pelo TJAC e o compromisso contínuo com a padronização e a modernização de suas soluções tecnológicas.

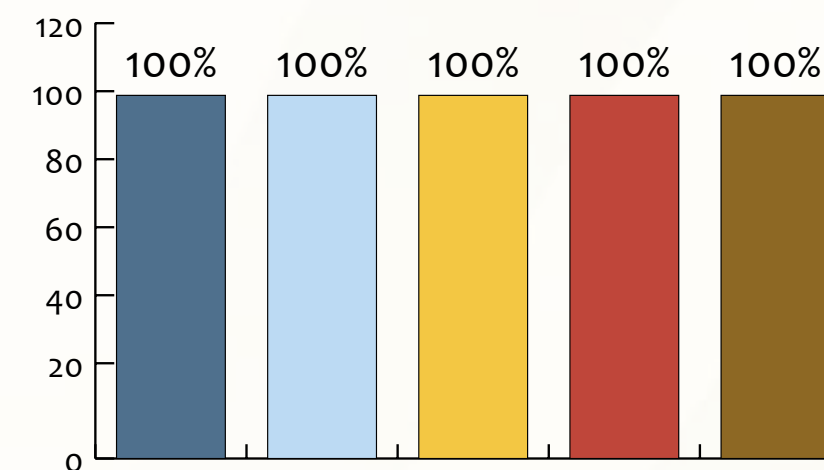
A aderência integral dos sistemas aos padrões do CNJ está diretamente relacionada ao desempenho elevado do Tribunal em indicadores nacionais, como o iGovTIC-JUD, no qual o TJAC tem se mantido nos melhores níveis do país. A consolidação desse índice reflete ações estruturantes conduzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação, incluindo revisão de arquitetura de sistemas, adequação de protocolos de segurança, atualização de plataformas e integração de soluções corporativas ao ecossistema tecnológico nacional.

Outras iniciativas relevantes incluem a atualização de soluções administrativas, integração com plataformas nacionais como PJeOffice, BNMP, DataJud e SNIP, aprimoramento de painéis gerenciais, automação de rotinas e adequações tecnológicas que garantem atendimento con-

tínuo às normativas e aos parâmetros técnicos estabelecidos pelo CNJ.

O desempenho estável em 100% demonstra que o Tribunal dispõe de governança tecnológica madura, sustentada por planejamento estratégico, gestão de riscos, arquitetura corporativa, conformidade normativa e foco na melhoria contínua dos serviços prestados.

Figura 38 - Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ



Fonte: SETIC/TJAC, 2025.

■ Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados

O indicador *Percentual de Comarcas atendidas por Postos Avançados e Escritórios Unificados* apresenta, entre 2021 e 2025, desempenho plenamente satisfatório, com 100% de atendimento em todos os anos avaliados. Esse resultado evidencia o compromisso contínuo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre com a descentralização dos serviços judiciais e a ampliação do acesso à Justiça, especialmente em municípios que não possuem sede de comarca instalada.

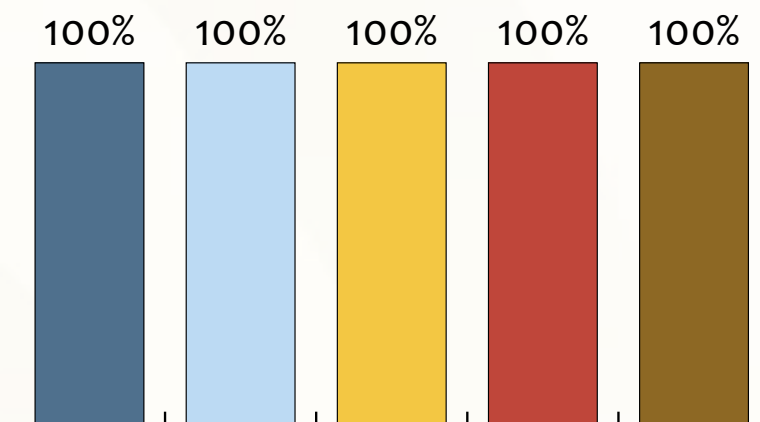
A manutenção do percentual máximo reflete a adoção de práticas alinhadas às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orientam os tribunais a fortalecerem estruturas de apoio para garantir atendimento presencial, orientação processual e prestação jurisdicional mínima em localidades de difícil acesso ou baixa densidade populacional. Tal política contribui diretamente para o cumprimento das metas nacionais de governança, eficiência administrativa e universalização do acesso aos serviços públicos essenciais.

No âmbito do Tribunal, diversas unidades administrativas atuam de forma integrada para assegurar a continuidade desse atendimento, com destaque para as áreas responsáveis pela infraestrutura, logística, tecnologia da informação e gestão territorial. Essas ações incluem a manutenção de postos avançados, articulação com prefeituras e órgãos parceiros, alocação de pessoal, uso de sistemas informatizados e monitoramento periódico das demandas locais.

A persistência do índice máximo demonstra maturidade na execução das políticas de acesso à Justiça e reforça o papel do Tribunal como agente de inclusão social, garantindo que a população dos 22 municípios do Estado continue a receber atendimento adequado, contínuo e humanizado.

Assim, o resultado do período reforça a eficiência das estratégias de descentralização, a efetividade das ações implementadas e a sustentabilidade do modelo de atendimento adotado, consolidando o TJAC como instituição comprometida com a interiorização da Justiça e com a efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos acreanos.

Figura 39 - Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

■ Indicadores de Acessibilidade Digital

Os indicadores relacionados à acessibilidade digital, Índice de Conformidade em Acessibilidade Digital, Percentual de Servidores Capacitados em Acessibilidade Digital e Índice de Satisfação de Usuários com Deficiência foram inseridos no ciclo de monitoramento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) a partir da revisão do Plano Estratégico, em atendimento às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre inclusão, acessibilidade e adequação tecnológica de serviços judiciais.

A introdução desses indicadores decorre, principalmente, das exigências previstas na Resolução CNJ nº 401/2021, que institui diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. Essa resolução estabelece a necessidade de eliminar barreiras de comunicação, informação e tecnologia, garantindo que os sistemas eletrônicos, portais institucionais e conteúdos digitais estejam acessíveis a todas as pessoas, inclusive usuários com deficiência.

Adicionalmente, a Resolução CNJ nº 343/2020 reforça a política de inclusão ao regulamentar condições especiais de trabalho e adaptações necessárias para magistrados e servidores com deficiência, doenças graves ou necessidades específicas. Essas duas normativas formam a base do marco regulatório nacional que orienta os tribunais a implementar acessibilidade plena em seus ambientes físicos e digitais, com ações estruturadas de capacitação, adequação tecnológica, governança inclusiva e melhoria contínua da experiência do usuário.

Considerando que tais indicadores foram introduzidos apenas após a revisão estratégica, e que não integravam o conjunto de monitoramento institucional nos ciclos anteriores, os anos de 2021 a 2024 não apresentaram dados consolidados, constando como “não disponíveis”

(nd). Assim, o acompanhamento efetivo desses indicadores iniciará a partir de 2025, com metodologia alinhada aos parâmetros definidos pelo CNJ e aos novos instrumentos de governança digital do Tribunal.

O TJAC encontra-se atualmente em processo de estruturação de suas ações internas de acessibilidade digital, com foco na adequação dos portais e sistemas eletrônicos, ampliação das capacitações técnicas das equipes de TI e Comunicação e adoção de mecanismos de avaliação da experiência de usuários com deficiência. Essas medidas serão monitoradas ao longo dos próximos ciclos, conforme as exigências da Resolução CNJ nº 401/2021 e demais normativos correlatos.

A inclusão desses indicadores demonstra o compromisso institucional do Tribunal de Justiça do Acre com a promoção da acessibilidade, a eliminação de barreiras tecnológicas e a ampliação da inclusão digital, garantindo que serviços judiciais essenciais sejam acessíveis a todos os cidadãos, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e com as políticas nacionais do Judiciário.

3. 4. 6. Transferência do Fundo Especial de Compensação (FECOM)

O Tribunal, em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça do Acre (COGER), implementou uma importante medida institucional ao transferir a gestão do Fundo Especial de Compensação (Fecom) para a associação representativa dos cartórios extrajudiciais. Essa iniciativa assegura maior eficiência administrativa e fortalece o caráter público do Fundo, que foi criado para ressarcir os cartórios pelos atos gratuitos prestados à população.

Com essa transferência, o Tribunal reforçou seu compromisso com a transparência e a boa governança, garantindo que os recursos do Fecom sejam geridos de forma especializada e vinculados aos objetivos originais: assegurar serviços gratuitos à sociedade sem comprometer a sustentabilidade dos cartórios. A mudança também representa um avanço institucional no registro civil do estado, promovendo a continuidade dos serviços com responsabilidade fiscal.

Dessa forma, o ano de 2025 marca um passo relevante na modernização da gestão do Poder Judiciário Acreano com o TJAC e a Corregedoria atuando de modo articulado para fortalecer a estrutura de apoio aos cartórios, assegurar a gratuidade de serviços à população e consolidar práticas de governança que valorizem a eficiência, a transparência e a responsabilidade institucional.

3. 4. 7. Comunicação Social

Melhorar a Justiça vai muito além de ampliar estruturas, incorporar tecnologias ou aperfeiçoar normas. Melhorar a Justiça significa cuidar de pessoas — das que atendem, das que trabalham e das que buscam direitos todos os dias. Significa organizar processos, tornar rotinas mais claras e garantir que cada decisão, cada serviço e cada entrega esteja alinhada ao que realmente importa: o cidadão.

É com essa visão que o Tribunal de Justiça do Acre vem estruturando sua Comunicação Social em 2025, alinhada ao Modelo de Excelência na Gestão (MEG). Esse modelo nos orienta a olhar para dentro, fortalecer fundamentos, aprimorar práticas e assegurar que cada ação contribua para um Judiciário mais eficiente, transparente e confiável.

É a partir desses fundamentos que a Comunicação Social atuou ao longo do ano de 2025, consolidando avanços estruturantes, fortalecendo a integração institucional e ampliando a capacidade de dialogar com quem realmente importa: a sociedade acreana.

A Secretaria de Comunicação Social foi fortalecida com a reestruturação organizacional, que possibilitou que a unidade ocupasse na gestão uma atuação ainda mais estratégica, consolidando avanços essenciais na transparência institucional, no diálogo com a sociedade e na modernização dos processos comunicacionais.

As ações desenvolvidas refletem o compromisso contínuo com a divulgação clara, acessível e responsável das informações, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e para o aperfeiçoamento da relação entre o órgão, seus servidores, magistrados, magistradas e o público em geral.



Fortalecimento da comunicação integrada

O TJAC atuou na proposta de criação e articulação e integra a Rede de Comunicadores da Justiça Estadual (Redecom), iniciativa do Consepre que une as assessorias dos 27 Tribunais de Justiça em uma articulação nacional inédita. A participação fortalece o alinhamento estratégico, o compartilhamento de práticas e a padronização de diretrizes de comunicação pública,

incluindo a promoção da Linguagem Simples e o compromisso com informação mais acessível à população.

Com foco na comunicação institucional integrada no âmbito estadual, o Tribunal de Justiça do Acre idealizou e articulou a criação da Rede Estadual de Comunicadores do Sistema de Justiça (Redejus), composta pelo TJAC, TRE-AC, MPAC, DPE-AC, PGE, TCE-AC e OAB/AC. O grupo realizou reuniões estratégicas para definir agendas conjuntas e consolidar práticas colaborativas entre as instituições, e já realizou capacitação unificada e campanha integrada no dia da Justiça. A atuação coordenada da Redecom e da Redejus fortalece o ecossistema de comunicação do Judiciário, amplia o alcance das mensagens e promove maior compreensão pública sobre o funcionamento do Sistema de Justiça.

Modernização interna

Promover justiça também significa fortalecer a comunicação interna, tornar processos mais claros, facilitar rotinas e aproximar pessoas. Nesse sentido, a nova *intranet* do Tribunal de Justiça do Acre representa um avanço estrutural alinhado ao Modelo de Excelência na Gestão, especialmente no princípio de que nada pode faltar, *nada pode estar quebrado e tudo deve estar no lugar*.

Desenvolvida pela Secom em parceria com a Setic, a plataforma foi totalmente redesenhada para ser mais moderna, intuitiva e centrada no usuário. Reúne, em um único ambiente, os principais serviços do cotidiano institucional, como solicitação de crachá, registro de ponto, pedidos de manutenção de computadores, infraestrutura, transporte e zeladoria. O objetivo é oferecer uma experiência mais ágil, padronizada e acessível a servidoras, servidores, magistradas e magistrados, com atenção especial às unidades do interior.

A nova *intranet* surge como um ponto integrado de soluções, que organiza informações, orienta fluxos e melhora a comunicação entre as secretarias. Além dos serviços administrativos, o ambiente reúne produtos de comunicação interna — notícias, podcasts, calendário de aniversariantes, agendas administrativas, histórias de servidoras e servidores, mural de recados e avisos importantes — criando um espaço mais vivo, participativo e colaborativo.

Com essa entrega, o Tribunal reafirma o compromisso de colocar o público interno no centro da solução, fortalecendo a integração institucional e criando bases sólidas para aprimorar continuamente a comunicação, o atendimento e a prestação jurisdicional.

Comunicação digital mais estratégica e integrada

A comunicação digital do Tribunal de Justiça do Acre passou por uma reformulação editorial e visual que tornou os conteúdos mais informativos, acessíveis e humanizados. Essa mudança fortaleceu a presença institucional e ampliou o diálogo com a sociedade, tornando a comunicação mais alinhada ao interesse público e às diretrizes de transparência.

O impacto é comprovado pelos resultados: entre 10/09 e 08/12, o Instagram institucional registrou crescimento expressivo, consolidando sua presença digital. Foram 1.625.459 visualizações nos últimos 90 dias — 71,8% de seguidores e 28,2% de novos públicos. O perfil alcançou 114.511 contas (+30,5%), gerou 18.689 interações (+9,2%), recebeu 17.599 visitas (+9%) e contabilizou 1.090 cliques em links externos (+11,6%).

Os números demonstram que o novo modelo de comunicação está gerando interesse real, ampliando o alcance e fortalecendo a confiança da sociedade, com uma presença digital mais estratégica, integrada e relevante para o Judiciário acreano.

Figura 40 - Comunicação digital em número



Fonte: SECOM/TJAC, 2025.

■ Produção jornalística

A produção jornalística alcançou 1.035 matérias publicadas no site institucional, demonstrando o compromisso do Tribunal com a comunicação pública responsável, clara e contínua. Além de ampliar o acesso da sociedade às ações do Judiciário, esse registro sistemático qualifica a transparência ativa e reforça a credibilidade da instituição.

Paralelamente, houve um fortalecimento significativo no relacionamento com a imprensa. Com atuação pautada pela ética, pela abertura ao diálogo e pela oferta de informações claras e confiáveis, as pautas do Judiciário passaram a estar mais presentes no cotidiano das redações. Esse movimento ampliou a cobertura de ações estratégicas e elevou a presença do Tribunal em telejornais, rádios, sites e veículos de grande alcance.

O resultado é uma comunicação mais madura, integrada e alinhada ao interesse público, garantindo que a sociedade tenha acesso a informações precisas e relevantes sobre o funcionamento e as entregas do Poder Judiciário do Acre. Campanhas institucionais de grande alcance social e ampliação das parcerias com a imprensa

A comunicação do Tribunal consolidou-se como ferramenta estratégica de orientação e serviço à população, levando informação clara, confiável e de interesse público para quem mais precisa. Em 2024, as campanhas institucionais ganharam ainda mais força, alcançando diferentes públicos e ampliando sua repercussão graças ao fortalecimento do relacionamento com a imprensa.

O Termo de Cooperação com os veículos de comunicação, que já era um marco de transparência e aproximação com a sociedade, foi ampliado e recebeu novos parceiros ao longo do ano. Isso permitiu que conteúdos educativos e de utilidade pública chegassem a rádios, TVs, sites e jornais de todo o estado, ampliando significativamente o alcance das campanhas do Judiciário.

Entre as principais ações de grande impacto social, destacam-se:

- ◆ Proteção às mulheres: Campanha dedicada ao enfrentamento da violência de gênero, orientando sobre direitos, canais de denúncia e medidas de proteção.
- ◆ Combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes: Ação que reforçou a importância de identificar sinais, incentivar a denúncia e garantir a proteção integral.
- ◆ Campanhas mensais temáticas: Desenvolvidas em parceria com diversos setores, promoveram cuidados em saúde, prevenção de riscos e conscientização em temas essenciais ao bem-estar coletivo.

O resultado desse conjunto de esforços é uma comunicação mais abrangente, cidadã e transformadora, que amplia a voz do Judiciário e fortalece a rede de proteção social no Acre.

Valorização da cidadania e resgate da memória – 30 anos do Projeto Cidadão

A celebração dos 30 anos do Projeto Cidadão tornou-se um marco de valorização da cidadania e de fortalecimento da memória institucional. A Comunicação coordenou um conjunto robusto de entregas que revitalizou a história do programa e ampliou sua presença no debate público:

- ◆ revista especial comemorativa;
- ◆ documentário inédito;
- ◆ nova identidade visual;
- ◆ materiais promocionais;
- ◆ exposição histórica interativa;
- ◆ resgate, digitalização e curadoria de acervo memorial.

O trabalho de memória permitiu recuperar histórias, imagens e registros que contam a trajetória de um dos programas sociais mais importantes do Judiciário acreano, reforçando seu legado de inclusão, acesso a direitos e transformação social.

A repercussão ultrapassou as fronteiras do estado. Além da ampla presença na imprensa local, TVs, rádios, sites, jornais e redes sociais, o conteúdo produzido foi exibido na TV Justiça, ampliando o alcance nacional da iniciativa e valorizando o papel do Tribunal na promoção da cidadania.

As ações integradas reforçaram o impacto social do Projeto Cidadão, resgataram sua história e reafirmaram seu significado para milhares de pessoas que, ao longo de três décadas e meia, tiveram suas vidas transformadas pelo acesso facilitado à Justiça.



Modernização do Boletim TJ Acre (rádio)

A atuação do Tribunal nas rádios ganhou novo fôlego em 2025. Os produtos de rádio da Secom passaram por uma reformulação completa, trazendo mais dinamismo, clareza e proximidade com a população acreana.

Entre as entregas, destaca-se o Boletim TJ Acre, totalmente renovado e veiculado diariamente na Rádio Aldeia e na Rádio Difusora, ampliando a oferta de conteúdo institucional nas emissoras públicas do estado.

Com produção 100% realizada pela equipe da Secom, as peças radiofônicas passaram a ser distribuídas para outras rádios do estado, ampliando significativamente o alcance das informações institucionais e garantindo presença constante nas programações locais.

A estratégia também incluiu coberturas especiais, com destaque para a eleição de juízas e juizes de paz, acompanhada durante todo o dia em tempo real com boletins informativos e entradas ao vivo, reforçando o compromisso com transparência, serviço e comunicação pública de qualidade.



Atuação na primeira Eleição para Juiz de Paz

A Comunicação participou de cada etapa da primeira eleição de juízas e juizes de paz no Acre, conduzindo um trabalho intenso, contínuo e inédito de informação pública. Desde o anúncio do processo até o pós-eleição, cada fase foi comunicada de maneira clara, acessível e responsável, garantindo que a sociedade acompanhasse todo o percurso com total transparência.

O trabalho envolveu uma atuação integrada nas redes sociais, no site institucional e junto à imprensa, com produção diária de conteúdos informativos, notas, orientações, vídeos, cards e esclarecimentos. Para dar unidade e força visual ao processo, foram criadas a identidade visual oficial, a página exclusiva da eleição e a campanha completa de comunicação, peças, manuais, informativos e materiais de apoio às zonas eleitorais.

A presença do TJAC também foi ampliada nas rádios e TVs do estado, com entrevistas, orientações e campanha que facilitaram a compreensão da população sobre a importância do pleito. No dia da votação, a Secom realizou uma cobertura especial, com boletins ao vivo, registro das movimentações e produção simultânea para redes, site, imprensa e rádios. No pós-eleição, o trabalho continuou com apuração, balanços e conteúdos institucionais que consolidaram o registro histórico do momento.

Investimentos em infraestrutura e qualificação da equipe

Houve avanços significativos no planejamento e execução das melhorias na estrutura interna da comunicação com a abertura de processos licitatórios voltados à modernização do setor, que vai garantir a aquisição de câmeras, iluminação, mobiliário, computadores e demais ferramentas essenciais para profissionalizar ainda mais as entregas.

Essas melhorias, aliadas ao aprimoramento do ambiente de trabalho, fortalecem as condições operacionais da equipe. As ações de formação e capacitação também iniciaram, ampliando as competências técnicas e especializadas, garantindo uma atuação mais estratégica, ágil e alinhada às demandas da instituição. O resultado é uma Comunicação mais estruturada, preparada e capaz de atender às exigências de um Judiciário moderno, transparente e conectado com a sociedade.

O ano de 2025 consolidou uma Comunicação Social mais estruturada, integrada e preparada para atender novos desafios. Os resultados alcançados expressam um setor alinhado às melhores práticas da comunicação pública, comprometido com a transparência, a inovação e o fortalecimento do relacionamento entre o Judiciário e a sociedade acreana.

3. 5. Eixo 5 – Gestão de Infraestrutura

3. 5. 1. Iniciativas de Infraestrutura

As ações de fortalecimento da infraestrutura física do Poder Judiciário do Estado do Acre, com foco na modernização, ampliação e adequação dos espaços destinados à atividade administrativa e jurisdicional, se consolidam como ação estratégica de geração de valor para a sociedade. As iniciativas desse eixo contemplam tanto a elaboração de projetos quanto o acompanhamento técnico de obras essenciais para assegurar ambientes funcionais, acessíveis e alinhados às demandas institucionais.

Elas refletem o compromisso em garantir instalações adequadas às necessidades de servidores, magistrados e cidadãos, promovendo mais eficiência no atendimento, redução de riscos estruturais e ambientais, melhoria contínua do ambiente de trabalho, redução de custos futuros, ampliar a capacidade instalada e fortalecer a presença institucional do Tribunal em todo o Estado. Essas iniciativas destacam-se em dois grupos principais: Projetos executados/finalizados e Projetos em elaboração.

Quanto aos projetos em elaboração temos:

- ◆ Projeto de adequação e mobiliário do Centro de Saúde;
- ◆ Projeto de revitalização do telhado do Fórum de Sena Madureira e acompanhamento da obra;
- ◆ Projeto do Prédio das Secretarias Administrativas e estacionamento do TJAC;
- ◆ Projeto para reforma do prédio sede do TJAC;
- ◆ Projeto para aquisição de grupos geradores e acompanhamento do contrato;
- ◆ Projetos para construção de prédio em Santa Rosa do Purus (PID) e acompanhamento da obra;
- ◆ Revitalização e ampliação do Fórum de Feijó;
- ◆ Revitalização e ampliação do CEJUC de Marechal Thaumaturgo;

- ◆ Revitalização e ampliação do Fórum de Mâncio Lima;
- ◆ Revitalização e ampliação do Fórum de Tarauacá;
- ◆ Identidade visual de todos os veículos do TJAC;
- ◆ Contratação de veículos (Juizado de Trânsito) – GRP 2025-277.
- ◆ Quanto aos projetos executados/finalizados temos:
- ◆ Implantação de cobertura para veículos de grande porte – Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul.

3. 5. 2. Ações de contratações, logística e suprimentos

A política de governança nas contratações do PJAC estabelece as diretrizes para a boa gestão do gasto público, em especial no que concerne às contratações, logística de suprimentos e patrimônio. Nesse sentido, os processos de contratações públicas, gestão logística, suprimentos, patrimônio, desfazimento de bens, acompanhamento contratual e planejamento anual de compras, seguem rigorosos padrões de qualidade e controle, garantindo maior segurança jurídica, economicidade e transparência.

Nesse sentido, abaixo são apresentadas as atividades desenvolvidas pela área de contratações, logística e suprimento do Tribunal:

■ Gestão de Contratações Públicas

Atuação integral em todas as etapas do ciclo de contratações, assegurando aderência à Lei nº 14.133/2021 e aos padrões de governança institucional e resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

■ Procedimentos Licitatórios

Foram analisados, instruídos ou acompanhados 295 procedimentos licitatórios, distribuídos entre:

- ◆ Pregão eletrônico;
- ◆ Concorrência;
- ◆ Dispensa eletrônica (Compras.gov.br);
- ◆ Dispensa de licitação (art. 75 da Lei 14.133/2021);
- ◆ Inexigibilidades.

Esse volume evidencia a elevada demanda operacional com forte impacto na execução orçamentária e na manutenção e expansão dos serviços essenciais do Tribunal.

■ Implantação da Equipe de Planejamento da Contratação – EPCON

Em observância aos padrões de governança nas contratações e recomendações legal, implementou-se a Equipe de Planejamento da Contratação (EPCON), responsável pela elaboração de todos os artefatos da fase interna das licitações:

- ◆ Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- ◆ Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- ◆ Termo de Referência / Projeto Básico;
- ◆ Mapa de Riscos;
- ◆ Estimativas de preços;
- ◆ Minutas contratuais e do edital.

A EPCON é composta por equipe multidisciplinar e formalmente nomeada para cada procedimento, garantindo padronização, robustez técnica e plena conformidade à Lei nº 14.133/2021, fortalecendo a segurança jurídica na etapa preparatória das contratações.

■ Novos Contratos

No exercício, foram firmados 67 novos contratos, envolvendo serviços contínuos, fornecimento de bens, obras e serviços de engenharia, soluções de TIC, logística e manutenção predial.

■ Aditivos e Apostilamentos

Foram formalizados:

- ◆ 57 Termos Aditivos, englobando prorrogação de vigência, repactuação, reajustes, alterações quantitativas e reequilíbrios econômicos;
- ◆ 35 Apostilamentos, destinados a atualizações documentais que não alteram o conteúdo contratual substancial.

■ Adesões a Atas de Registro de Preços

Foram 10 adesões a ARPs, assegurando rapidez nas contratações, economicidade e otimização de processos para demandas recorrentes ou emergenciais.

■ Planejamento das Contratações – PCA 2026

Elaboração e aprovação do Plano de Contratações Anual – PAC 2026, pelo Comitê de Governança de Contratações. O processo de construção permitiu, dentre outros aspectos de natureza técnica a:

- ◆ Integração das unidades administrativas e judiciais;

- ◆ Análise de criticidade e viabilidade de demandas;
- ◆ Consolidação dos artefatos de planejamento (DFD, ETP, TR);
- ◆ Priorização estratégica das contratações;
- ◆ Alinhamento ao planejamento, ao plano de gestão e ao PLS.

■ Gestão Patrimonial e Desfazimento de Bens

A execução do processo de gestão patrimonial permitiu adoção de medidas de saneamento, atualização e movimentação de bens, além de orientar unidades quanto à guarda e ao descarte patrimonial.

■ Inventário Patrimonial – Execução do Plano de Ação 49/2025

O inventário patrimonial *in loco* segue as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação 49/2025, e tem como objetivo:

- ◆ Conferência física dos bens;
- ◆ Verificação de situação de uso, conservação e localização;
- ◆ Correção de inconsistências no GRP/THEMA;
- ◆ Registro fotográfico;
- ◆ Atualização contábil e patrimonial;
- ◆ Adequação à Resolução 331/2025 do TJAC.

Etapas Executadas:

Elaboração do plano, conferência prévia das unidades, visitas técnicas em campo, atualização de registros e emissão de relatórios conclusivos.

Quadro 16 - Comarcas atendidas

Período	Comarcas
30–31/10/2025	Senador Guimard, Bujari
03–07/11/2025	Porto Acre, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri
10–14/11/2025	Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia
18–19/11/2025	Sena Madureira
24/11–04/12/2025	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves

Fonte: SELGA/TJAC, 2025.

Resultados Obtidos:

- ◆ Correção de inconsistências de localização;
- ◆ Atualização de estados de conservação;
- ◆ Catalogação fotográfica;
- ◆ Redução de divergências físico-contábeis;
- ◆ Melhoria da confiabilidade da base patrimonial;
- ◆ Integração ao processo de desfazimento;
- ◆ Padronização metodológica para o inventário 2026.

Impactos Institucionais:

- ◆ Fortalecimento da governança nas contratações;
- ◆ Racionalização do PAC e alinhamento orçamentário;
- ◆ Eliminação de passivos patrimoniais;
- ◆ Padronização de rotinas administrativas;
- ◆ Melhoria dos controles internos;
- ◆ Apoio sistemático às unidades do interior;
- ◆ Segurança jurídica ampliada nas decisões administrativas.

Quadro 17 – Síntese dos Resultados

Resultado	Quantitativo
Procedimentos licitatórios	295
Novos contratos celebrados	67
Termos aditivos	57
Apostilamentos	35
Adesões à Ata de Registro de Preços	10
Elaboração do PAC 2026	1
Relatório de desfazimento de bens inservíveis	1
Execução do Plano de Inventário Patrimonial 2025	1

Fonte: SELGA/TJAC, 2025.

3. 5. 3. Segurança institucional

A Regulamentação de importantes normativos voltados à segurança institucional, em especial aos relacionados à implementação do controle de acesso de policiais armados, com passagem obrigatória pelos detectores de metais e vedação da entrada com armas de fogo nas unidades judiciais, bem como à celebração do termo de cooperação entre o Tribunal de Justiça, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre, regulamentando a cessão de militares ao Poder Judiciário.

Material Bélico e Tecnologia Não Letal

Modernização e padronização do armamento e dos equipamentos de proteção utilizados pela Polícia Judicial. Foi concluída a aquisição de pistolas TS9 e fuzis T4, destinados ao reforço do acervo bélico institucional e à adequação do efetivo às normas de segurança vigentes.

Regularização e Manutenção do Sistema de Combate a Incêndio

Manutenção do sistema de combate a incêndio voltada à garantia das condições de segurança predial e à conformidade das edificações do Poder Judiciário do Estado do Acre com as normas vigentes de prevenção e combate a incêndios.

Vigilância Patrimonial Terceirizada

Durante o exercício de 2025, foi garantida a execução integral do contrato de vigilância patrimonial terceirizada, assegurando a cobertura de 100% das dependências da unidade, em regime contínuo de 24 horas. Foram mantidos 09 postos diurnos e 09 postos noturnos de vigilância ativos, com acompanhamento periódico das escalas e condições de trabalho das equipes.



4. PROJETOS SOCIAIS

4. 1. Projeto Cidadão

O Projeto Cidadão, coordenado pela Coordenadoria de Apoio aos Programas Sociais (CO-APS) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, mantém como propósito central o acesso à cidadania, dignidade e garantia de direitos às populações residentes em áreas urbanas periféricas e regiões rurais de difícil acesso, especialmente comunidades tradicionais como ribeirinhos, indígenas, colonos, seringueiros e populações em situação de vulnerabilidade.



Os relatórios analisados, provenientes das etapas realizadas nos municípios de Plácido de Castro, Manoel Urbano, Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó e Porto Acre, evidenciam a amplitude e a relevância das ações promovidas ao longo de 2025. Todos os documentos apresentam coerência metodológica, indicando a execução de serviços em quatro grandes eixos:

- ◆ Documentação civil e regularização cadastral;
- ◆ Atendimentos jurídicos e palestras;
- ◆ Atendimentos em saúde preventiva e especializada;
- ◆ Atendimentos sociais diversos e realização de Casamento Coletivo.

O presente relatório consolida e organiza essas informações, preservando sua integridade, e estrutura dados e tabelas de forma comparativa para fins de gestão, transparência e análise institucional.

4. 1. 1. Síntese das atividades realizadas por Município

■ Plácido de Castro

Foram prestados 378 atendimentos, abrangendo emissão de documentos essenciais (CPF, Título de Eleitor, 2ª via de certidões), orientações jurídicas, serviços de saúde (consultas, testes rápidos, fisioterapia, psicologia, nutrição) e atendimentos sociais. Houve, ainda, a realização de Casamento Coletivo, garantindo acesso a direitos civis.

Quadro 18 – Totais por categoria (Plácido de Castro)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	96
Atendimentos jurídicos	184
Atendimentos de saúde	94
Atendimentos sociais	4
Total geral	378

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ Manoel Urbano

A etapa do Projeto Cidadão em Manoel Urbano registrou 3.321 atendimentos, evidenciando alta procura por documentação civil (1.873 emissões), serviços de saúde (410 procedimentos), atendimentos sociais (776 registros) e casamentos coletivos. Representa uma das ações de maior alcance do ano.

Quadro 19 – Totais por categoria (Manoel Urbano)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	1.873
Atendimentos jurídicos	262
Atendimentos de saúde	410
Atendimentos sociais	776
Total geral	3.321

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ **Mâncio Lima**

O município de Mâncio Lima registrou 4.564 atendimentos, contando todas as ações. Houve forte demanda pelas atividades do INCRA, saúde itinerante, programas sociais e emissão de documentos. O Casamento Coletivo reuniu 80 casais.

Quadro 20 – Totais por categoria (Mâncio Lima)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	1.888
Atendimentos jurídicos	117
Atendimentos de saúde	1.204
Atendimentos sociais	1.355
Total geral	4.564

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ **Cruzeiro do Sul**

Cruzeiro do Sul apresentou 6.048 atendimentos, demonstrando capacidade ampliada de mobilização social. Destacam-se mais de 4.500 atendimentos na área social, em especial emissão de vestuário social e fotocópias documentais, além de ampla oferta de serviços de saúde e emissão de CPF e título eleitoral.

Quadro 21– Totais por categoria (Cruzeiro do Sul)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	507
Atendimentos jurídicos	283

Atendimentos de saúde	702
Atendimentos sociais	4.556
Total geral	6.048

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ **Tarauacá**

A etapa de Tarauacá alcançou 13.408 atendimentos, apresentando o maior volume quantitativo entre todos os municípios. Houve forte demanda por serviços sociais (6.876 atendimentos), saúde (2.711 registros) e emissões de documentos (3.119), evidenciando carência acentuada de políticas públicas básicas.

Quadro 22 – Totais por categoria (Tarauacá)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	3.119
Atendimentos jurídicos	702
Atendimentos sociais	6.876
Atendimentos de saúde	2.711
Total geral	13.408

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ **Feijó**

O município registrou 5.211 atendimentos, com destaque para os serviços sociais (2.695), saúde (930) e documentação civil. As ações reforçaram a importância da presença institucional em áreas de menor cobertura estatal.

Quadro 23 – Totais por categoria (Feijó)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	1.351
Atendimentos jurídicos	235
Atendimentos sociais	2.695
Atendimentos de saúde	930
Total geral	5.211

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ Porto Acre (Vila do V)

Foram contabilizados 1.626 atendimentos, incluindo serviços de documentação, atendimentos jurídicos, saúde básica e atividades sociais, com realização de Casamento Coletivo.

Quadro 24 – Totais por categoria (Porto Acre)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	169
Atendimentos jurídicos	368
Atendimentos sociais	382
Atendimentos de saúde	707
Total geral	1.626

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ Porto Walter

Foram registrados 4.292 atendimentos, incluindo serviços de documentação, atendimentos jurídicos, saúde básica e atividades sociais, com realização de Casamento Coletivo.

Quadro 25 – Totais por categoria (Porto Walter)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	2.442
Atendimentos jurídicos	1.274
Atendimentos sociais	424
Atendimentos de saúde	152
Total geral	4.292

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ Marechal Thaumaturgo

Foram registrados 5.216 atendimentos, incluindo serviços de documentação, atendimentos jurídicos, saúde básica e atividades sociais, com realização de Casamento Coletivo.

Quadro 26 – Totais por categoria (Marechal Thaumaturgo)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	2.391
Atendimentos jurídicos	881
Atendimentos sociais	1.613
Atendimentos de saúde	331
Total geral	4.292

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

■ Santa Rosa

Foram registrados 5.197 atendimentos, incluindo serviços de documentação, atendimentos jurídicos, saúde básica e atividades sociais, com realização de Casamento Coletivo.

Quadro 27 – Totais por categoria (Santa Rosa)

Categoria	Quantidade
Documentos expedidos	1.108
Atendimentos jurídicos	2.466
Atendimentos sociais	670
Atendimentos de saúde	953
Total geral	5.197

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

Os documentos analisados demonstram o impacto expressivo do Projeto Cidadão no fortalecimento da cidadania e no acesso a serviços essenciais no Acre. A magnitude dos resultados, 52.549 atendimentos, revela não apenas a eficiência da execução, mas a permanência de desigualdades sociais que justificam a continuidade e a expansão das ações.

Quadro 29 - Consolidação geral dos atendimentos

Município	Documentos	Jurídicos	Saúde	Social	Total
Plácido de Castro	96	184	94	4	378
Manoel Urbano	1.873	262	410	776	3.321
Mâncio Lima	1.888	117	1.204	1.355	4.564
Cruzeiro do Sul	507	283	702	4.556	6048
Tarauacá	3.119	702	2.711	6.876	13.408
Feijó	1.351	235	930	2.695	5.211
Marechal Thaumaturgo	2.391	881	331	1.613	5.216
Porto Acre	169	368	707	382	1.626
Porto Walter	2.442	1.274	152	424	4.292
Rio Branco	661	1	629	1.678	2.969
Santa Rosa	1.108	2.466	953	670	5.197
Xapuri	-	-	-	-	319
TOTAL GERAL	15.605	6.773	8.823	21.029	52.549

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

Ante o relato das ações do Projeto Cidadão durante o exercício de 2025, observa-se que:

- ◆ Municípios mais isolados apresentam maior demanda acumulada, especialmente Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Santa Rosa;
- ◆ O eixo social (vestuário, CRAS, CadÚnico, fotografia, assistência) concentra o maior volume de atendimentos;
- ◆ Os Casamentos Coletivos se consolidam como ação civil relevante para comunidades de baixa renda;
- ◆ A integração institucional foi essencial para a ampla oferta de serviços (TJAC, DPE, MPAC, INCRA, OCA, SEMSA, SEASDH, etc.);
- ◆ A presença do Judiciário nos territórios amplia a confiança da população e fortalece direitos fundamentais.

4. 1. 2. Projeto Pop Rua Jud - Rio Branco

No exercício de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre concluiu integralmente a execução do Projeto Pop Rua Jud – Rio Branco, iniciativa de elevada relevância social voltada ao atendimento integral e interinstitucional da população em situação de rua. Conduzida em con-

sonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ação integrou-se à política institucional de acesso à justiça, promoção da cidadania e inclusão social das populações em maior situação de vulnerabilidade.

A execução observou todas as etapas previstas no plano de ação do TJAC para essa temática. Inicialmente, foi elaborado o plano operacional, definindo o escopo, as responsabilidades dos órgãos parceiros, as metas de atendimento e a logística da intervenção. Em seguida, realizou-se visita técnica ao local, etapa fundamental para o mapeamento das áreas de atendimento, articulação com equipes de assistência social e adequação da infraestrutura. Concluídas as fases preparatórias, o TJAC coordenou a execução da ação, mobilizando diversas instituições públicas para a oferta integrada de serviços essenciais. Ao final, foi elaborado relatório consolidado, sistematizando os dados quantitativos, os parceiros envolvidos e os impactos alcançados.



O projeto totalizou 734 atendimentos, abrangendo serviços jurídicos, de cidadania, assistência social e saúde. Esse resultado evidencia a amplitude da articulação interinstitucional e reforça a capacidade do Pop Rua Jud de promover atendimento humanizado, garantir acesso a direitos e fortalecer políticas públicas direcionadas à população em situação de rua, conforme detalhamento dos atendimentos abaixo.

Quadro 30 - Atendimentos Realizados no Projeto Pop Rua Jud – Rio Branco (2025)

Categoria de Atendimento	Órgãos/Instituições Envolvidas	Quantidade
Atendimentos Jurídicos	JF, DPU, AGU, TRT, MPE, TJAC, OAB/AC	94
Cidadania e Documentação	OCA, TRE-AC, IIRHM, Cartórios	180
Cidadania – IAPEN	IAPEN	18
Assistência Social	INSS, SEASDH, SASDH – Centro Pop	167
Atendimentos de Saúde	SENSA	78
Total Geral	-	734

Fonte: COAPS/TJAC, 2025.

O ano de 2025 também marcou a consolidação do Pop Rua Jud como política institucional do TJAC, com a realização do 2º Encontro Pop Rua Jud do Acre, em Rio Branco. Promovido pelo Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional (Commi/TJAC), o evento reuniu magistradas, magistrados, servidores, representantes de órgãos públicos, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil para discutir desafios e propor ações voltadas à garantia de direitos dessa população. Realizado no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), com apoio da Escola do Poder Judiciário (Esjud), o encontro reafirmou o compromisso do sistema de Justiça com a Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua (PopRuaJud).

A programação, composta por palestras, mesas-redondas e debates interativos, abordou temas centrais relacionados ao cuidado integral, à dignidade humana e ao fortalecimento das redes de proteção social. Entre os debates estruturantes, destacou-se o painel “Plano Ruas Viáveis no Acre”, conduzido pelo Ministério Público, que ressaltou a importância da iniciativa federal para a promoção da autonomia, do respeito e do acolhimento. Também foram realizadas mesas sobre saúde, cidadania, interseccionalidades e violências estruturais, com participação de especialistas da Sesacre, Semsu, movimentos sociais e representantes do sistema de Justiça, que compartilharam experiências, desafios e práticas exitosas de inclusão.

O encontro foi encerrado com reflexões acerca da Justiça Restaurativa e de políticas emancipatórias, com destaque para o projeto “Rua do Respeito”, do TJMG, e para as ações desenvolvidas pela Central Integrada de Alternativas Penais (Ciap) em parceria com o TJAC. As discussões reforçaram que a efetivação dos direitos fundamentais da população em situação de rua exige ações articuladas entre instituições, sensibilidade administrativa e um olhar humanizado sobre as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a vida nas ruas. Assim, o Pop Rua Jud 2025 consolidou-se como espaço de diálogo qualificado e como instrumento relevante para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a essa população, reafirmando o papel do Judiciário acreano como agente de promoção da cidadania, da dignidade e da justiça social.

4. 1. 3. Projeto Justiça Comunitária

No exercício de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre avançou de forma significativa na execução do Projeto Justiça Comunitária, desenvolvido nas comarcas de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. A iniciativa tem como propósito aproximar o Poder Judiciário das comunidades locais, fortalecendo mecanismos de prevenção e resolução pacífica de conflitos, especialmente no ambiente escolar, por meio de práticas dialógicas, ações educativas e atendimento comunitário direto. Trata-se de política institucional alinhada às diretrizes de acesso à justiça, inclusão social e pacificação comunitária, consolidando o papel do Judiciário como agente de transformação social nos territórios do interior acreano.

Ao longo do ano, o projeto priorizou a execução do Programa de Mediação de Conflitos nas Escolas, com ações pedagógicas e restaurativas voltadas a estudantes, educadores e famílias na comarca de Cruzeiro do Sul. Paralelamente, foram iniciados procedimentos de conclusão e elaboração do relatório final, com sistematização dos resultados alcançados e avaliação das

demandas emergentes. As atividades envolveram orientação comunitária, encaminhamentos a órgãos da rede de proteção, palestras educativas e visitas domiciliares, compondo um conjunto de intervenções que reforçam a presença institucional do TJAC nas comunidades atendidas.

O Projeto Justiça Comunitária contabilizou 124 atendimentos e ações diretas, refletindo o impacto social das iniciativas desenvolvidas. As atividades envolveram desde orientação e prestação de informações à comunidade até intervenções mais estruturadas, como palestras e visitas domiciliares. A amplitude dos serviços demonstra o alcance comunitário do programa e sua relevância para a promoção de direitos, prevenção de conflitos e fortalecimento do diálogo no ambiente escolar e familiar.

Quadro 31 – Resultados da Execução do Projeto Justiça Comunitária (2025)

Tipo de Ação/Atendimento	Quantidade
Encaminhamentos	17
Informações prestadas	65
Palestras educativas	38
Visitas domiciliares	4
Total Geral	124

Fonte: NUPJR/TJAC, 2025.

4. 1. 4. Projeto Infância Literária

O TJAC, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJ), realizou mais uma edição do Projeto Infância Literária, em alusão à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca. A ação, desenvolvida em parceria com a Secretaria de Educação do Estado e a Fundação Elias Mansour, teve como objetivo democratizar o acesso ao livro, estimular o hábito da leitura entre crianças da rede pública de ensino e ampliar o repertório literário dos estudantes, fortalecendo a aprendizagem por meio da literatura.

A edição de 2025 contou com a participação de alunos do 4º ano da Escola Luiz de Carvalho Fontenelle, que passaram uma manhã de atividades no Palácio da Justiça, em Rio Branco. A programação incluiu um tour guiado pelo acervo histórico do Judiciário acreano, exibição de filme infantil, recepção pelas autoridades do Tribunal e momentos de conversa sobre a importância da leitura para o desenvolvimento pessoal e para a construção de projetos de vida. Também foram promovidas atividades lúdicas e educativas, como contação de histórias e declamação de poemas, conduzidas por servidoras da Biblioteca Pública, além da distribuição de lanches e livros infantojuvenis doados pelo TJAC.



Com essa iniciativa, o Tribunal reforçou, em 2025, seu compromisso com a promoção dos direitos da criança e do adolescente e com a aproximação do Poder Judiciário da comunidade escolar. O Projeto Infância Literária mostrou impacto positivo tanto na motivação das crianças para a leitura quanto na formação de uma imagem cidadã do Judiciário, contribuindo para que estudantes conhecessem melhor as instituições de justiça e passassem a enxergar o acesso ao conhecimento e à educação como caminhos para a realização de sonhos e para a transformação social.

4. 1. 5. Projeto Pedalando Novos Tempos

O TJAC manteve e fortaleceu sua atuação na política de socioeducação com a realização de mais uma edição do projeto “Pedalando Novos Tempos”. A aula inaugural da quarta turma ocorreu no Centro Socioeducativo Aquiry, em Rio Branco, contemplando adolescentes em cumprimento de medida de internação. A iniciativa, alinhada ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ofertou cursos de mecânica de bicicletas como oportunidade de formação profissional, desenvolvimento de habilidades e construção de novos projetos de vida para os socioeducandos.

O projeto é desenvolvido pelo TJAC em parceria com o governo do Estado, por meio do Instituto Socioeducativo (ISE), além do Ministério Público do Acre, Defensoria Pública do Estado e instituições do Sistema S. O curso, com carga horária de 40 horas-aula, vem sendo continuamente aperfeiçoado em seus conteúdos e metodologias, com apoio técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Durante a solenidade de abertura, representantes das

instituições parceiras ressaltaram o caráter transformador da socioeducação e o potencial do projeto para abrir novas perspectivas profissionais aos adolescentes.



A Coordenadoria da Infância e Juventude destacou que o “Pedalando Novos Tempos” foi reconhecido nacionalmente em 2024 com o Prêmio Prioridade Absoluta do Conselho Nacional de Justiça, o que reforça sua relevância e efetividade. Em 2025, o Tribunal também viabilizou a continuidade do projeto com recursos oriundos do Bazar Solidário, realizado anualmente pelo TJAC, utilizados para a aquisição de peças e materiais para as bicicletas usadas nas aulas práticas. Ao apoiar e ampliar essa iniciativa, o Tribunal reafirmou seu compromisso com a transformação social, com a crença no potencial dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e com a construção de caminhos concretos de ressocialização e cidadania.

4. 1. 6. Programa Conscientização pela Paz no Lar

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cosiv), executou a primeira etapa do programa “Conscientização pela Paz no Lar – Edição 2025”. Lançada em maio, a iniciativa teve como foco estudantes do 1º ano do ensino médio de escolas públicas de Rio Branco, com o objetivo de informar e sensibilizar sobre o crime de importunação sexual e outras formas de violência contra a mulher, como violência patrimonial, moral, psicológica, física e sexual. Cerca de 600 alunas e alunos das escolas Raimunda Pará, Lourival Pinho, Alcimar Nunes Leitão, José Ribamar Batista e Glória Perez participaram das ações, que buscaram fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica a partir da educação e do diálogo nas escolas.

O encerramento da primeira etapa ocorreu em solenidade realizada no auditório da Secretaria de Estado de Educação, em Rio Branco, e foi marcado pela premiação do concurso de redações com o tema “violência doméstica e familiar contra a mulher e os impactos negativos na sociedade”. Três estudantes de escolas públicas receberam computadores doados pelo TJAC, em reconhecimento às melhores produções textuais. Autoridades do Judiciário e de instituições parceiras ressaltaram a importância da iniciativa para romper o ciclo de violência, fortalecer a autonomia das mulheres e formar jovens mais conscientes sobre seus direitos e responsabilidades, destacando a escola como espaço estratégico de formação cidadã e transformação social.



O programa contou com o apoio da Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Acre, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, Associação dos Magistrados do Acre e do governo estadual, por meio da Secretaria de Educação. Em alinhamento ao Plano de Logística Sustentável do TJAC, os computadores utilizados como premiação foram equipamentos em desuso no Tribunal, mas ainda em boas condições, reforçando o compromisso institucional com a sustentabilidade e o reaproveitamento de bens em projetos sociais. Encerrada a etapa inicial em Rio Branco, o programa foi planejado para expansão a outros municípios do Acre, como Xapuri, Plácido de Castro, Porto Acre, Feijó, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Mâncio Lima, ampliando o alcance das ações de conscientização e promoção da cultura de paz.

4. 1. 7. Programa Audiência Pública do TJAC

O Tribunal consolidou sua atuação em comunicação e transparência com a sociedade ao inscrever o programa “Audiência Pública” no Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Criada em 2000, a iniciativa completou 25 anos de transmissão ininterrupta pelo rádio, tendo como propósito levar informações claras sobre direitos, deveres e serviços da Justiça à população acreana, especialmente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade informacional.

Ao longo do exercício de 2025, o programa continuou a ser exibido semanalmente, às segundas-feiras, na Rádio Difusora Acreana, em Rio Branco, com apresentação do juiz de direito Cloves Ferreira e participação do servidor e jornalista do TJAC, Marcio Bleiner, e do advogado Marco Aurélio Flores. O conteúdo é transmitido ao vivo, em formato simples e acessível, com leitura de notícias do Tribunal, entrevistas e esclarecimentos sobre temas jurídicos do cotidiano, sem roteiro rígido ou edição, o que favorece a espontaneidade e a proximidade com o público. O programa mantém ainda diálogo contínuo com instituições do sistema de justiça, como Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Procuradorias, que participam regularmente das edições.

Além do reconhecimento pelo CNJ como boa prática de comunicação do Judiciário, o “Audiência Pública” avançou no planejamento de sua expansão para plataformas digitais, como Instagram e TikTok, com o objetivo de alcançar novos públicos, em especial jovens e moradores de regiões mais distantes. Com isso, o TJAC reforçou seu compromisso com a transparência, o

acesso à informação e a educação em direitos, utilizando a comunicação como ferramenta de aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade acreana.

4. 1. 8. Projeto “ECA na Comunidade”

O TJAC, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJ), deu continuidade ao projeto “ECA na Comunidade: Direitos e Deveres”, iniciado em 2012, reforçando o compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes. Ao longo do ano, cerca de 300 estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas participaram de palestras educativas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), violência sexual infantojuvenil, *bullying* e *cyberbullying*. As ações buscaram conscientizar não apenas os alunos, mas também pais, professores e equipes escolares, orientando sobre como identificar situações de risco e quais canais de apoio e denúncia devem ser acionados.

Nas atividades realizadas em 2025, como a ação no Colégio Acreano, em Rio Branco, foram apresentados os diferentes tipos de *bullying* (moral, relacional, social, físico, verbal, material, preconceituoso e virtual), seguidos de discussões em grupo e da assinatura de um “Pacto de Convivência e Respeito”. Os relatos de estudantes, professores e gestores indicaram que o projeto contribuiu para fortalecer a empatia, o respeito às diferenças e a construção de ambientes escolares mais seguros e inclusivos. Para o Judiciário acreano, o “ECA na Comunidade” tornou-se uma ponte permanente com as escolas, possibilitando orientações, oficinas e outras ações de apoio sempre que necessário, fortalecendo a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.



Em parceria com a Secretaria de Comunicação e com a Rede de Proteção, a Coordenadoria também seguiu à frente da campanha “Nunca é Tarde”, voltada à prevenção do abuso sexual infantil. Essas ações, somadas, reforçam o papel do TJAC para além da função julgadora, atuando diretamente na promoção de direitos, na prevenção de violências e na formação cidadã de crianças e adolescentes em todo o estado.

4. 1. 9. Projeto Cidadania e Justiça na Escola

No exercício de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJ), deu início a mais uma edição do projeto “Cidadania e Justiça na Escola”, com abertura realizada na Escola Municipal Francisco de Paula Leite Oiticica, em Rio Branco. A iniciativa tem como objetivo ensinar, de forma simples e lúdica, os três Poderes do Estado, bem como conscientizar crianças do 5º e 6º ano do ensino fundamental sobre direitos, deveres e o funcionamento do sistema de justiça, aproximando o Judiciário do ambiente escolar e fortalecendo a formação cidadã desde a infância.



Ao longo do ciclo, magistradas, magistrados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia e representantes de instituições parceiras visitam as escolas para ministrar palestras sobre temas como cidadania, ética, *bullying*, responsabilidade civil e criminal, além de abordar questões atuais, como a exposição nas redes sociais digitais. As escolas recebem cartilhas em quadrinhos que apresentam a Constituição Federal e orientam sobre direitos e deveres básicos. Ao final da edição, as crianças participam de visita técnica ao Tribunal e elaboram redações sobre os conteúdos aprendidos; os três melhores textos são premiados com tablets doados pela Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), reforçando o incentivo à educação e ao protagonismo juvenil.

O projeto conta com o apoio das secretarias municipal e estadual de Educação (Seme e SEE), do Conselho Tutelar, do Ministério Público do Estado, da Defensoria Pública, da OAB/AC e de instituições que integram a Rede de Proteção à Infância no Acre, o que amplia seu alcance e legitimidade. A edição de 2025 foi marcada pelo engajamento dos estudantes e da comunidade escolar, com relatos de crianças que reconheceram na iniciativa uma oportunidade de aprender sobre justiça, respeito e convivência, e de sonhar com um futuro melhor a partir do estudo e do exercício da cidadania.

4. 1. 10. Registre-se

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre participou ativamente da 3ª edição da Semana Nacional do Registro Civil – “Registre-se”, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltada à promoção do direito à documentação básica para populações em situação de vulnerabilidade. No estado, a campanha foi coordenada pelo TJAC, por meio da Secretaria de Programas Sociais (Projeto Cidadão) e da Corregedoria-Geral da Justiça, com o apoio da Coordenadoria Estadual de Combate à Violência Doméstica e Familiar e da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas. As ações ocorreram entre 12 e 16 de maio em diferentes territórios, incluindo o bairro Cidade do Povo, a Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAÍ) e unidades prisionais femininas e masculinas em Rio Branco, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, totalizando 2.005 pessoas atendidas.

O encerramento da campanha, em 16 de maio, foi marcado por uma ação específica voltada à população em situação de rua, realizada no Centro POP, em Rio Branco. Em parceria com a Prefeitura Municipal, por meio das Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos e Saúde, foram ofertados serviços socioassistenciais, consultas odontológicas, vacinação e orientações diversas, integrando atendimento social e de saúde. Paralelamente, o Tribunal Regional Eleitoral, o próprio TJAC e a Defensoria Pública prestaram atendimento para emissão e regularização de documentos como certidões de nascimento, carteiras de identidade e títulos de eleitor, garantindo o acesso a direitos civis, jurídicos e políticos a pessoas historicamente excluídas desses serviços.



Ao articular essa rede de parceiros e levar serviços diretamente aos territórios, o Tribunal contribuiu, em 2025, para o fortalecimento da proteção social e jurídica, a inclusão cidadã e a redução de barreiras de acesso ao sistema de justiça. Depoimentos de usuários e de gestores do Centro POP evidenciaram a importância da presença do Poder Judiciário nessas ações, tanto como garantidor de direitos quanto como legitimador das políticas públicas voltadas à população em situação de rua, reforçando a imagem de um Judiciário próximo, sensível às vulnerabilidades e comprometido com a promoção da dignidade humana.

4. 1. 11. Programa Radioativo

Em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre deu continuidade ao Programa RadioAtivo, ampliando ações de qualificação profissional voltadas a adolescentes em abrigos, em cum-

primento de medidas de internação socioeducativa e jovens em situação de vulnerabilidade social. Em parceria com a Federação das Indústrias do Acre (FIEAC), por meio do Sistema S (SENAI e SENAC), foi realizada a aula inaugural da etapa prática do curso de mecânica automobilística, com a participação do presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, e da vice-presidente e coordenadora da Infância e Juventude, desembargadora Regina Ferrari. No exercício de 2025, 46 participantes foram beneficiados pelo programa, reafirmando o compromisso do Judiciário acreano com a inclusão produtiva e a construção de novas oportunidades de vida para esse público.



Durante a aula magna, as autoridades destacaram que o Programa RadioAtivo tem como eixo central a profissionalização como ponte entre o presente dos jovens e o futuro que desejam construir, incentivando a permanência no curso, o desenvolvimento de competências técnicas e o fortalecimento da autoestima. Representantes da FIEAC e do SENAI ressaltaram que o modelo de aprendizagem adotado permite a aproximação com o mercado de trabalho

formal, com possibilidade de contratos com empresas parceiras, e vem sendo fortalecido com apoio de recursos oriundos de emendas parlamentares destinados ao custeio de bolsas de estudo. Os depoimentos dos alunos evidenciaram o impacto da iniciativa, com jovens relatando a descoberta de talentos e o desejo de seguir carreiras técnicas, como nas áreas de mecânica e eletrotécnica.

O Programa RadioAtivo integra um conjunto de ações estruturadas em Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2018, que busca oferecer formação profissional continuada a jovens usuários do Sistema Socioeducativo, vítimas de trabalho infantil e de outras formas de exploração, preparando-os para uma inserção qualificada no mercado de trabalho. Em 2025, ao fortalecer parcerias institucionais, acompanhar de perto a execução dos cursos e apoiar a etapa prática em ambiente profissional, o TJAC consolidou o RadioAtivo como política permanente de responsabilização com oportunidade, contribuindo para a redução da reincidência, a promoção da cidadania e a efetiva proteção integral de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade no Acre.



5. GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Este tópico do Relatório de Gestão apresenta as principais ações realizadas em 2025 pela Coordenadoria de Gestão de Precatórios (COGEP) do TJAC, destacando iniciativas voltadas à organização, ao pagamento e ao aprimoramento da gestão dos precatórios no âmbito do Tribunal.

5. 1. Coordenadoria de Gestão de Precatórios

A Coordenadoria de Gestão de Precatórios é um órgão vinculado à Presidência, com as atribuições regulamentadas pela Resolução n. 331/2025, do Tribunal Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Foi criada com o objetivo de implantar e desenvolver no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre os procedimentos decorrentes do sistema de pagamentos de precatórios criado pela Emenda Constitucional n. 62/2009, e posteriores alterações implementadas pelas Emendas Constitucionais n. 94/2016, 99/2017 e 113/2021, e pela Resolução n. 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

A Coordenadoria é responsável por gerenciar e supervisionar todas as atividades relacionadas à administração e pagamento de precatórios, incluindo atividades como registro, cadastramento/cancelamento dos ofícios precatórios, elaboração de cálculos, tramitação, cumprimento de despachos e decisões, emissão de intimações a credores e entes devedores, expedição de ofícios aos Entes Devedores, solicitando a inclusão de crédito em orçamento, análise e processamento de requerimentos de pagamentos superpreferenciais, prestação de informações a juízos de primeira instância e ao público em geral.

A Coordenadoria também elabora e administra as listas de ordem cronológica de credores, faz o controle dos recursos que são repassados pelos entes devedores ao Tribunal de Justiça, realiza a gestão do pagamento de precatórios com vista à preservação da ordem cronológica, além do monitoramento periódico da regularidade de pagamento das Entidades Devedoras.

5. 2. Realização de Correição Anual Ordinária

No início da gestão para o biênio 2025-2027, após a designação da Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Louise Kristina, para coordenar a gestão de precatórios, a COGEP (antiga Secretaria de Precatórios - SEPRE), foi submetida à correição anual ordinária, no período de 25 de fevereiro a 12 de março de 2025, conforme Portaria n. 865/2025.

5. 3. Processos Analisados Durante a Correição

Durante o período de correição foram analisados e despachados 1.642 (um mil seiscentos e quarenta e dois) precatórios. Com isso, foi possível deferir superpreferências para os precatórios alimentares que tinham credores idosos, portadores de doença grave ou deficiência.

5. 4. Adequação das Decisões às Regras de Linguagem Simples

A COGEP, em atenção à Recomendação N°. 144 de 25/08/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), adaptou as minutas de decisões e despachos em linguagem simples, como uma forma de facilitar o entendimento do cidadão quanto aos seus direitos.

5. 5. Atendimento das Partes

A COGEP realiza diariamente atendimento às partes credores, advogados, procuradores do estado e de municípios, representantes dos entes públicos devedores, seja por meio eletrônico (e-mail), por meio telefônico e presencialmente.

5. 6. Participação em Encontros Nacionais

No decorrer do exercício, a COGEP participou ativamente de discussões em âmbito nacional a respeito da temática de precatórios, participando das reuniões ordinárias e extraordinária da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios (CNGP), bem como do Fórum Nacional de Precatórios (FONAPREC), órgão do CNJ.

5. 7. Criação de Painel de BI para Monitoramento e Gestão de Precatórios

Destaca-se uma importante ferramenta que foi desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (SETIC) e aprimorou os serviços prestados pela COGEP à população, que foi a ferramenta de Business Intelligence (BI), onde de forma automática todos os dados de precatórios são disponibilizadas na página da COGEP no sítio eletrônico deste Tribunal, conforme figura abaixo.

Figura 41- Painel de Bi para Monitoramento e Gestão de Precatórios



Fonte: COGEP/TJAC, 2025.

5. 8. Realização de Reuniões com os Comitês de Precatórios

Foram ainda reativados o Comitê Gestor de Contas Especiais de Precatórios e o Comitê Estadual de Precatórios, tendo sido realizada reunião ordinária no segundo semestre do corrente ano, para cada comitê.

5. 9. Reconhecimento Nacional Durante a Inspeção Ordinária do CNJ

Ainda no final do mês de agosto de 2025, a COGEP passou por Inspeção ordinária do CNJ, tendo sido apontados pequenos ajustes a serem realizados para aprimoramento da prestação dos serviços aos credores. Por outro lado, a ferramenta de BI citada no item anterior recebeu um elogio público da equipe do CNJ, no encerramento da Inspeção.

5. 10.Registro de Pagamentos de Precatórios Efetuados

A COGEP registrou o valor total de pagamentos realizados no montante de R\$ 52.659.027,56 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos), valor este que ainda aumentará, em virtude das liberações que estão ocorrendo ao longo do mês de dezembro de 2025. A distribuição de valores, tribunais de origem e quantitativo pode ser representada conforme quadro abaixo.

Quadro 32 - Registro de Pagamentos de Precatórios Efetuados

ENTIDADE	VALOR				QUANTIDADE DE PRECATÓRIOS				BENEFICIÁRIOS			
	TJAC	TRT	TRF	TOTAL	TJAC	TRT	TRF	TOTAL	TJAC	TRT	TRF	TOTAL
ESTADO	R\$ 23.080.071,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 23.080.071,05	410	0	0	410	410	0	0	410
ACRELÂNDIA	R\$ 427.850,55	R\$ 1.859.026,87	R\$ -	R\$ 2.286.877,42	2	79	0	81	2	79	0	81
EPÍTACIO-LÂNDIA	R\$ 555.483,04	R\$ -	R\$ -	R\$ 555.483,04	5	0	0	5	5	0	0	5
FEIJÓ	R\$ 107.639,10	R\$ -	R\$ -	R\$ 107.639,10	1	0	0	1	1	0	0	1
INSS	R\$ 643.951,03	R\$ -	R\$ -	R\$ 643.951,03	3	0	0	3	3	0	0	3
JORDÃO	R\$ 44.958,16	R\$ -	R\$ -	R\$ 44.958,16	1	0	0	1	1	0	0	1
PLÁCIDO DE CASTRO	R\$ 697.195,06	R\$ 3.986.491,15	R\$ -	R\$ 4.683.686,21	3	150	0	153	3	150	0	153
PORTO ACRE	R\$ 278.798,00	R\$ 1.838.026,13	R\$ -	R\$ 2.116.824,13	7	71	0	78	7	71	0	78
RODRIGUES ALVES	R\$ 1.335.131,52	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.335.131,52	2	0	0	2	2	0	0	2
RIO BRANCO	R\$ 12.723.241,92	R\$ 4.772.612,68	R\$ -	R\$ 17.495.854,60	40	81	0	121	40	81	0	121
SANTA ROSA	R\$ 308.551,30	R\$ -	R\$ -	R\$ 308.551,30	1	0	0	1	1	0	0	1
TOTAL	R\$ 40.202.870,73	R\$ 12.456.156,83	R\$ -	R\$ 52.659.027,56	475	381	0	856	475	381	0	856

Fonte: COGEP/TJAC, 2025.

5. 11. Priorização e Humanização no Atendimento

A COGEP busca atuar de forma célere, mas também com atendimento simples e humanizado para que os credores, advogados e entes públicos possam ter suas respectivas demandas atendidas.



6. PREMIAÇÕES

6. 1. Um Novo Olhar

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por meio da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), desenvolveu em 2025 o projeto “Um Novo Olhar”, uma iniciativa inovadora voltada à proteção social de pessoas em cumprimento de pena que se encontram em situação de rua.

A proposta surge diante de um cenário crítico: apenados do regime semiaberto harmonizado, sem moradia, sem rede de apoio e com uso abusivo de álcool e drogas, eram sistematicamente privados de liberdade por descumprimento das condições impostas, em um ciclo que desconsiderava suas vulnerabilidades sociais e produzia regressões cautelares de regime. Diante desse contexto, o TJAC, responsável por 35% dos processos dessa população em todo o país, reconheceu a necessidade de um novo paradigma, baseado em direitos humanos, reintegração social e justiça social.

O projeto fundamenta-se em marcos legais relevantes, como a ADPF 347, que reconhece o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional; as Resoluções CNJ nº 425/2021 e nº 307/2019, que instituem políticas de atenção à população em situação de rua e às pessoas egressas; e o Plano Nacional “Pena Justa”, especialmente em seu eixo voltado à qualificação das saídas prisionais. Nesse arcabouço jurídico, a iniciativa se consolidou como uma resposta estruturada às demandas de um público-alvo específico: pessoas em cumprimento de pena que, ao declararem estar em situação de rua, eram reincarceradas sem a oferta de políticas públicas mínimas, como moradia, saúde, educação e assistência social.

O objetivo central do projeto consiste em qualificar a saída de pessoas em situação de rua do sistema prisional, promovendo a construção de Planos Individuais de Saída (PIS) de forma articulada entre o Poder Judiciário, o sistema prisional, a rede socioassistencial, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), entidades da sociedade civil e órgãos governamentais. Entre seus objetivos específicos destacam-se: a identificação sistemática dessa população no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU); a articulação interinstitucional para elaboração dos PIS; e a criação de estratégias de acompanhamento pós-saída, assegurando acesso contínuo a direitos básicos, retomada de vínculos familiares e prevenção da reincidência penal.

A metodologia implementada envolve diversas inovações. A primeira foi a sinalização, no SEEU, da condição de “pessoa em situação de rua”, com uso de alertas automáticos para gestores prisionais. Em seguida, estabeleceu-se atendimento multidisciplinar no interior das unidades prisionais, com escuta qualificada e levantamento de necessidades, permitindo diagnósticos mais precisos. A partir dessas informações, cada PIS passou a ser construído em diálogo permanente com a RAPS, RAESP, Escritório Social, IAPEN e demais instituições parceiras. O projeto destacou-se, ainda, pela inovação em qualificar não apenas a saída ordinária do semiaberto, mas também as saídas de pessoas com intercorrências e alta vulnerabilidade social.



Como ação piloto, um caso real passou a ser acompanhado de forma integrada, envolvendo oferta de tratamento para dependência química, busca por moradia, encaminhamento profissional, escolarização e reconstrução de vínculos familiares. Esse piloto demonstra o potencial multiplicador da iniciativa e o impacto direto na vida das pessoas atendidas. A expectativa é que a implementação sistematizada dos PIS fortaleça o acesso a políticas públicas, reduzindo reincidência criminal, aprimorando a gestão processual no SEEU e, sobretudo, promovendo uma abordagem mais humana e socialmente responsável.

Os principais desafios identificados incluem a fragmentação entre políticas públicas, a subnotificação da condição de rua no sistema prisional, a extrema vulnerabilidade do público atendido e a necessidade de mudança cultural para uma atuação menos punitivista e mais restaurativa. Ainda assim, a atuação conjunta entre VEPMA, GMF-TJAC, IAPEN, CAPS AD III, AREDACRE, Escritório Social, UMEP, CIAP, rede socioassistencial local e programas de Justiça Restaurativa permitiu a consolidação de uma rede robusta de apoio e implementação.

Reconhecido nacionalmente, o projeto foi premiado no II Prêmio Pop Rua Jud 2025 – CNJ, demonstrando seu caráter inovador, sua relevância social e seu alinhamento às diretrizes contemporâneas de execução penal e proteção social. Ao promover um olhar ampliado para as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a vida de apenados em situação de rua, o Tribunal de Justiça do Acre firma-se como instituição comprometida com a promoção de direitos, com a justiça humanizada e com a transformação social.

6. 2. Identificar para Incluir

O Tribunal de Justiça do Acre implementou, em 2025, o projeto “Identificar para Incluir”, iniciativa inovadora voltada à identificação, visibilidade processual e inclusão social de pessoas em situação de rua vinculadas à execução penal. O projeto responde a um cenário crítico, no qual o TJAC concentra cerca de 35% dos processos nacionais dessa população, que historicamente enfrentava invisibilidade no SEEU, fragmentação de atendimentos e regressões de regime motivadas por vulnerabilidades sociais extremas.



A ação estabelece fluxo integrado entre Judiciário, sistema prisional, rede socioassistencial e serviços de saúde, permitindo registrar a condição de rua no SEEU, emitir alertas automáticos, realizar atendimentos multiprofissionais e elaborar Planos Individuais de Saída (PIS) com enfoque em direitos humanos, saúde, moradia e reinserção social.

A iniciativa promove acesso ampliado a políticas públicas, reduz reincidência motivada por condições sociais e fortalece a articulação institucional em consonância com as Resoluções CNJ nº 425/2021 e nº 307/2019. Em reconhecimento à sua relevância, o projeto recebeu o II Prêmio Pop Rua Jud 2025 – CNJ, consolidando o TJAC como referência nacional em execução penal humanizada e justiça social.

6. 3. Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos do CNJ

Em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre alcançou destaque nacional na área de direitos humanos ao vencer o 2º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria “Direitos das Pessoas em Situação de Rua”. O reconhecimento foi concedido à decisão proferida pela juíza de Direito Andréa Brito, da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas de Rio Branco (Vepma), em favor de uma mulher trans em situação de rua e extrema vulnerabilidade social, autorizando o cumprimento de regime semiaberto sem monitoração eletrônica. A decisão levou em conta as condições concretas de vida da reeducanda e buscou evitar que a exigência tecnológica se transformasse em barreira intransponível ao exercício de seus direitos.

Na fundamentação, a magistrada aplicou as Resoluções n. 412 e 425 do CNJ, que tratam, respectivamente, do monitoramento eletrônico e da Política Nacional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades (PopRuaJud), além de dialogar com a Agenda 2030 da ONU e com a política judiciária nacional de direitos humanos. A decisão destacou a necessidade de individualização da execução penal, o enfrentamento das desigualdades sociais e do racismo institucional, bem como a importância da articulação entre o Poder Judiciário, o Executivo e a rede de assistência psicossocial para a construção de respostas mais justas e proporcionais. O caso reafirmou a compreensão de que a jurisdição criminal deve estar atenta às múltiplas vulnerabilidades, especialmente de pessoas em situação de rua, população LGBTQIAP+ e grupos atingidos pela seletividade penal.

Esse reconhecimento pelo CNJ representa a segunda premiação nacional do Judiciário acreano no concurso de decisões em direitos humanos, somando-se à conquista de 2017 na categoria “Direitos da População LGBTQIAP+”. Em 2025, ele reforçou o papel do TJAC como instituição comprometida com a centralidade dos direitos humanos na execução penal, com a atuação integrada do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) e do Comitê de Políticas Penais, e com a construção de práticas judiciais alinhadas aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da inclusão social.

6. 4. Prêmio de Inovação J.Ex 2025

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre alcançou, em 2025, um marco significativo ao ser duplamente premiado no Prêmio J.Ex de Inovação, uma das mais prestigiadas premiações nacionais dedicadas ao reconhecimento de líderes, instituições e projetos que impulsionam a transformação digital e a modernização do sistema de Justiça. Em cerimônia realizada no dia 24 de novembro, em Brasília, o TJAC foi agraciado em duas categorias de destaque, consolidando o Acre entre os protagonistas da inovação pública no país.

O presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, recebeu o prêmio Liderança Exponencial, reconhecimento concedido a gestores que se destacam por promover mudanças estruturais sustentadas em visão estratégica, modernização administrativa e valorização das pessoas. A premiação reflete o ciclo de avanços institucionais vivenciado pelo Tribunal, marcado pela ampliação do uso de sistemas inteligentes, reestruturação de fluxos internos, fortalecimento da governança e foco contínuo na melhoria da prestação jurisdicional. Em sua manifestação, o presidente ressaltou o caráter coletivo da conquista, enfatizando que os resultados atingidos são fruto do comprometimento de magistrados, servidores e equipes técnicas que compõem o Judiciário acreano.



Na mesma noite, o juiz de Direito Giordane Dourado, auxiliar da Presidência, foi eleito Executivo de Inovação do Ano, categoria destinada aos tribunais estaduais e militares. O reconhecimento destaca sua atuação à frente de iniciativas que integram soluções tecnológicas, automação inteligente e novos modelos de gestão, gerando impactos diretos na produtividade, celeridade e qualidade dos serviços prestados à população. O magistrado enfatizou que inovar no Judiciário significa aproximar o cidadão de seus direitos e que o Acre demonstra sua capacidade de protagonismo mesmo sendo um tribunal de menor porte, quando há união, propósito e foco no futuro.

O Prêmio J.Ex 2025 registrou recorde de 603 inscrições, demonstrando o alcance e a relevância nacional do movimento de modernização no Judiciário brasileiro. Estar entre os finalistas já representaria um indicador de excelência; conquistar duas premiações inéditas posiciona o TJAC como referência no país em inovação, estratégia e transformação digital.

Os resultados obtidos evidenciam o compromisso da atual gestão em consolidar políticas e iniciativas que colocam o cidadão no centro das decisões administrativas, fortalecem a cultura de inovação institucional e impulsionam o Tribunal de Justiça do Acre rumo a novos patamares de eficiência, transparência e entrega de valor público. Trata-se de mais um capítulo relevante no processo de modernização do Judiciário acreano, reafirmando sua capacidade de competir em nível nacional por meio de gestão qualificada, visão estratégica e inovação orientada ao serviço público.

6. 5. Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça

O Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça em 2025 resultou na obtenção do Selo Ouro, configurando uma conquista institucional significativa no âmbito da gestão de qualidade orientada por indicadores e conformidade regulatória.



Figura 41: Gestão Técnica do Prêmio de Qualidade feita por Pannel de BI



Fonte: SEGOV/TJAC, 2025.

A pontuação obtida de 84,3% garantiu a obtenção do Selo Ouro e representa o coroamento de esforços empreendidos ao longo de 2025 por todos os magistrados e magistradas, servidores e servidoras e demais colaboradores deste Tribunal, que não mediram esforços para o cumprimento das metas nacionais, indicadores institucionais e a própria gestão do Prêmio CNJ de Qualidade.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e resultados apresentados ao longo deste Relatório de Gestão evidenciam que, em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre consolidou importantes avanços na construção de uma Justiça mais eficiente, acessível e alinhada às necessidades do jurisdicionado. Sob as diretrizes da Resolução CNJ n.º 325/2020, do Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026 e do Plano de Gestão 2025–2027, a atuação institucional esteve organizada em cinco eixos de gestão, que permitiram fortalecer a governança, aprimorar a prestação jurisdicional e elevar o nível de maturidade administrativa do Poder Judiciário acreano.

No eixo de priorização da atividade jurisdicional, registraram-se iniciativas inovadoras voltadas à melhoria da produtividade, da celeridade processual e da qualidade da entrega jurisdicional, em sintonia com as metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça e com os indicadores estratégicos da instituição. A atuação integrada das unidades jurisdicionais e administrativas contribuiu para o aperfeiçoamento do atendimento ao jurisdicionado, bem como para a ampliação de projetos voltados à pacificação social, a exemplo das ações de Justiça Restaurativa e dos projetos sociais desenvolvidos ao longo do exercício, que reforçaram a presença do TJAC junto às comunidades e populações em situação de maior vulnerabilidade.

No campo da gestão tecnológica, o Tribunal avançou na modernização de sistemas, na ampliação da conectividade e na adoção de soluções inovadoras, com foco na transformação digital dos serviços judiciais e administrativos. As iniciativas de inovação no âmbito do PJAC, aliadas a investimentos em segurança institucional e tecnológica, criaram condições mais favoráveis para a automação de rotinas, o uso intensivo de dados para apoio à decisão e a oferta de serviços mais ágeis e seguros à sociedade.

Em gestão de pessoas, as ações desenvolvidas priorizaram o desenvolvimento de competências, a formação continuada, o cuidado com a saúde física e mental e o bem-estar das equipes, em consonância com a visão de que a sustentabilidade dos resultados institucionais depende diretamente da valorização de magistrados, servidores, colaboradores, estagiários e terceirizados. Programas de capacitação, iniciativas de inovação educacional e projetos voltados à qualidade de vida no trabalho contribuíram para o fortalecimento do engajamento e para a construção de um ambiente organizacional mais colaborativo e orientado a resultados.

Na gestão organizacional, merece destaque a implantação e o amadurecimento do Modelo de Excelência em Gestão (MEG), que orientou processos de transformação organizacional, revisão de fluxos de trabalho e consolidação de práticas de governança, gestão de riscos, integridade e transparência. O monitoramento sistemático dos indicadores jurisdicionais e administrativos, bem como das metas nacionais do CNJ, permitiu maior controle sobre o desempenho institucional e ofereceu subsídios qualificados para o aperfeiçoamento do planejamento e da tomada de decisão estratégica.

No eixo de infraestrutura, as ações de 2025 contemplaram melhorias em instalações físicas, contratações, logística e suprimentos, com atenção à sustentabilidade socioambiental e à adequada aplicação dos recursos públicos, em alinhamento com a Resolução CNJ n.º 400/2021 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A reorganização de espaços, a modernização de ambientes de trabalho e a adoção de práticas de compras e contratações mais eficientes contribuíram para dar suporte material às demais iniciativas da gestão.

Os resultados obtidos foram reconhecidos por meio de premiações e certificações que atestam o compromisso do Tribunal com a inovação, a inclusão e a qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos. O recebimento de distinções, a exemplo do Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça e de premiações voltadas à inovação e à promoção de direitos, reforçou a relevância das iniciativas implementadas e evidenciou o alinhamento do TJAC às boas práticas nacionais de gestão judiciária.

Para o exercício de 2026, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre assume o compromisso de consolidar e aprofundar os avanços registrados em 2025, dando continuidade à execução do Planejamento Estratégico Institucional 2021–2026 e do Plano de Gestão 2025–2027. Entre as principais prioridades, destacam-se:

- ♦ O fortalecimento da governança e da gestão por resultados;
- ♦ A ampliação da maturidade em gestão de riscos, integridade e conformidade;
- ♦ O aprofundamento da transformação digital, com foco em serviços eletrônicos mais simples, intuitivos e acessíveis; e
- ♦ A intensificação do uso de dados e indicadores para qualificar ainda mais o processo decisório.

No campo da gestão de pessoas, a prioridade será o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento de competências, da formação continuada e da promoção da saúde ocupacional, com vistas a manter equipes preparadas para enfrentar os desafios de um Judiciário em constante transformação.

Na gestão organizacional, o compromisso é avançar na implementação do MEG, aperfeiçoar processos, reduzir burocracias desnecessárias e garantir maior integração entre as unidades, fortalecendo uma cultura institucional orientada à melhoria contínua e à inovação.

Também compõem a agenda de 2026 a ampliação e qualificação dos projetos sociais e das ações de Justiça Restaurativa, o fortalecimento do relacionamento interinstitucional e a melhoria contínua dos indicadores de desempenho jurisdicional e administrativo, em consonância com as metas nacionais do CNJ e com as expectativas da sociedade acreana quanto à atuação do Poder Judiciário.



**PODER
JUDICIÁRIO**
DO ESTADO DO ACRE

www.tjac.jus.br